

Juliana Bastos Marques
Monica Selvatici

Volume | 1

Volume | 1



Mundo Helenístico

Mundo Helenístico



cederj



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Mundo Helenístico

Volume 1

Juliana Bastos Marques

Monica Selvatici



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Juliana Bastos Marques

Monica Selvatici

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Ana Amélia Brasileiro Medeiros Silva

Fábio Peres

Lúcia Beatriz da Silva Alves

Marcelo Oliveira

Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godói

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M357m

Marques, Juliana Bastos.

Mundo helenístico v. 1. / Juliana Bastos Marques, Monica Selvatici. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012.

204 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-861-3

I. Mundo helenístico. 2. Cultura medieval. I 3. Mundo grego. 4. Egito. 5. Macedônia. I. Selvatici, Monica. II. Título.

CDD: 930

2012.2/2013.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Mundo Helenístico

SUMÁRIO

Volume 1

- Aula 1** – Introdução ao mundo helenístico:
definições e problemas fundamentais _____ 7
Juliana Bastos Marques
- Aula 2** – As evidências: características geográficas,
fontes escritas e cultura material _____ 33
Juliana Bastos Marques
- Aula 3** – O mundo grego antes de Alexandre:
das Guerras Médicas a Filipe II _____ 57
Juliana Bastos Marques
- Aula 4** – As conquistas de Alexandre e a construção
da imagem do grande general _____ 83
Juliana Bastos Marques
- Aula 5** – O Egito ptolomaico _____ 113
Monica Selvatici
- Aula 6** – A Ásia selêucida e os reinos asiáticos _____ 141
Monica Selvatici
- Aula 7** – A Macedônia dos antigônidas e as ligas
gregas _____ 169
Juliana Bastos Marques
- Referências** _____ 197

Aula 1

Introdução ao mundo helenístico: definições e problemas fundamentais

Juliana Bastos Marques

Metas da aula

Apresentar e discutir o recorte temporal que define o período helenístico como uma construção da historiografia moderna, suas definições primordiais e as implicações da interação entre o mundo ocidental grego e o mundo oriental incorporado a partir das conquistas de Alexandre.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar de forma crítica a definição do mundo helenístico como recorte temporal e espacial historicamente determinado;
2. identificar elementos das interações sociais, culturais e econômicas entre o mundo grego e o mundo oriental nesse período;
3. estabelecer paralelos entre essas interações no mundo antigo e a realidade atual.

Pré-requisitos

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é importante recapitular os conceitos trabalhados na disciplina História Antiga, em especial os relacionados com o período que iremos estudar.

Como sempre, um atlas histórico é fundamental para que você saiba situar geograficamente o conteúdo trabalhado. Sugerimos também procurar acompanhar nos jornais e revistas as notícias e comentários sobre a guerra no Iraque e no Afeganistão, para que você trabalhe melhor os objetivos da aula.

INTRODUÇÃO

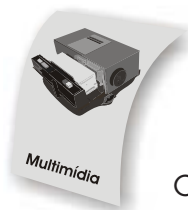
Esta é a primeira aula de uma disciplina que irá tratar de um período bastante específico da Antiguidade, e que até recentemente havia sido muito pouco explorado pelos estudos acadêmicos da área. Dentro do currículo do Ensino Básico, também há pouco espaço para apresentar o assunto, mas isso é reflexo exatamente dessa posição, hoje superada, que privilegiava o estudo da Grécia clássica e da Roma imperial como os principais blocos temáticos do mundo antigo.

Por que estudar o mundo helenístico, então? Veremos, nesta e nas próximas aulas, que este é um período que apresenta características muito similares ao mundo de hoje, quando pensamos em conceitos como a globalização e o multiculturalismo. Porém, ao mesmo tempo que culturas e sociedades tão diversas da nossa se tornam cada vez mais próximas, é ainda o conjunto da cultura ocidental, hoje capitaneada pela sociedade norte-americana, mas ainda também pelos europeus, que determina certa homogeneidade de modos de vida e visões de mundo que caracterizam o fim do século XX e início do século XXI.

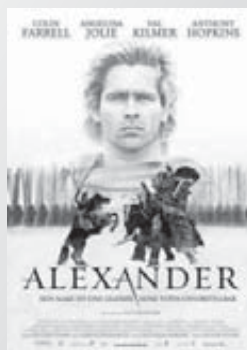
No decorrer das aulas, estudaremos como se deu a primeira grande conquista de uma sociedade ocidental no Oriente Próximo, com a introdução de uma determinada cultura e um modo de vida em regiões tão vastas e diversas entre si, até os confins do mundo conhecido na Antiguidade ocidental. O paralelo entre esse mundo e o nosso às vezes pode transparecer de maneira mais clara, outras não. E é justamente essa compreensão das semelhanças e diferenças entre realidades diferentes no tempo e no espaço que constitui a habilidade fundamental do historiador. E nada melhor do que estudar o mundo helenístico para entender como isso funciona.

Delimitando: o que é o mundo helenístico?

Provavelmente você já deve conhecer Alexandre, o Grande, e Cleópatra, duas das figuras mais conhecidas do mundo antigo. Os dois representam o início e o fim do período que iremos estudar nesta disciplina, mas é possível que você não conheça muito sobre o que aconteceu entre as épocas de cada um.



O cinema oferece opções interessantes para quem quer conhecer, de modo romancado, um pouco mais sobre as histórias de Alexandre e Cleópatra. São dois filmes: o primeiro é a cinebiografia do general e rei, vivido por Colin Farrell e dirigido por Oliver Stone em 2004. O segundo é um clássico de 1963 chamado *Cleópatra*, apresentando a vida da lendária rainha do Nilo (Elizabeth Taylor) envolvida na conquista de Júlio César e Marco Antônio. Este clássico ganhou o Oscar de Fotografia, Direção de Arte, Figurinos, Cenários e Efeitos Especiais.



Fontes: <http://www.adorocinema.com/filmes/alexandre/>;
<http://www.imdb.com/media/rm336500992/tt0056937>

De fato, o período helenístico tem sido muitas vezes deixado de lado como uma transição pouco importante entre a Grécia clássica, de Péricles e do auge da democracia, e a ascensão do Império Romano, que seriam os dois grandes períodos fundadores da tradição cultural ocidental. Veremos, nesta aula, algumas das razões que permitiram a criação desta imagem e também que, na verdade, o estudo do período helenístico traz questões muito relevantes para o estudo da História.

As conquistas de Alexandre e os impérios que se sucederam à sua morte representam um novo tipo de interação cultural entre o mundo grego e as diversas sociedades do Oriente Próximo. A cultura grega adentra e instala-se no Oriente, e as formas em como se deu esta mistura são muito ricas e variadas. Iremos nos questionar continuamente durante o curso sobre como funcionou este processo:

- Houve uma imposição do modo de vida grego no Egito, na Ásia Menor e na Mesopotâmia?
- Em que medida a cultura grega foi realmente incorporada nessas regiões?
- E as culturas locais, como sobreviveram?
- Elas também influenciaram os gregos?
- E será que podemos falar de uma “cultura grega” única, espalhando-se de maneira uniforme por todo o mundo helenístico?
- As conquistas de Alexandre destruíram o Império Persa ou alguns dos elementos anteriores permaneceram?

Na introdução de seu livro sobre o mundo helenístico, o historiador Peter Green afirma: “A era helenística traz uma grande vantagem para nós: é facilmente definível” (1993, p. 15). Na verdade, os outros estudos dedicados ao tema demonstram que o assunto é um pouco mais complexo. Quando termina o mundo clássico grego e começa o mundo helenístico? Diferentes eventos têm sido propostos como marco:

- 338 a.C., quando Filipe II, pai de Alexandre, derrota os gregos na Batalha de Queroneia e inicia a expansão macedônica, que irá dominar o mundo das cidades-Estados clássicas;
- 336 a.C., com a coroação de Alexandre, o Grande, e o início das suas guerras de conquista de um novo império;
- ou 323 a.C., quando Alexandre morre na Babilônia e seu império é dividido entre seus generais.

Para datas que representem o fim do período, geralmente duas são as mais usadas:

- 146 a.C., quando os romanos arrasam Corinto e estabelecem a província da Macedônia, assinalando o início da expansão romana que irá dominar a Grécia;
- 31 a.C. (a mais comum na historiografia atual), com a vitória de Augusto sobre Marco Antônio e Cleópatra, com a anexação do Egito como província romana e a morte da última rainha do último império helenístico remanescente.

Mas por que estamos falando tanto de datas? Você já sabe que irá encontrá-las em toda parte, especialmente nos livros didáticos mais tradicionais. Elas representam momentos em que acontecimentos únicos, como o resultado de uma batalha, determinam mudanças irreversíveis em configurações políticas e econômicas, e também são um artifício prático para que delimitemos nosso campo de estudo. Porém, não são suficientes para entendermos o surgimento de novas ideias e expressões culturais, filosóficas, artísticas ou religiosas. Além do mais, mudanças políticas muitas vezes não representam uma mudança brusca na vida das populações das áreas envolvidas. A morte de Alexandre, por exemplo, não foi percebida por seus súditos distantes como um divisor de águas, como uma nova era que se estabeleceu da noite para o dia. Assim como a ascensão dos selêucidas, na Ásia, pouco ou nada representou de diferente no cotidiano do camponês, que continuava obrigado a pagar impostos não importando qual fosse o novo governante. Portanto, podemos perceber que o que faz do período helenístico uma época

tão instigante é a mistura entre as mudanças determinadas pela política e pelos novos contatos culturais, assim como a continuidade de determinados e diferentes modos de vida.

Os livros mais antigos sobre a história da Grécia geralmente terminam antes ou com a morte de Alexandre, mas nas últimas décadas podemos notar uma maior valorização do período, com uma extensa gama de estudos específicos. De certa forma, é possível compreender por que o mundo helenístico havia sido deixado de lado pelos estudiosos: o **cânone** dos autores clássicos gregos, compilado no próprio período helenístico pelos sábios da biblioteca de Alexandria, foi em boa parte responsável pela falta de preservação de outros textos que não aqueles considerados mais importantes e dignos de estudo. Por causa disto, como iremos ver na Aula 2, os textos literários produzidos na época helenística sobreviveram em pequeno número e geralmente sob a forma de fragmentos. Também são abundantes as fontes arqueológicas, epigráficas, papirológicas e numismáticas, mas estas, no entanto, demandam conhecimentos bastante específicos para seu estudo (veremos mais sobre estas fontes na próxima aula). Além disto, nem todos os documentos disponíveis estão em grego, e é difícil encontrar algum especialista que tenha conhecimento suficiente de aramaico, demótico e acadiano (as principais línguas das regiões orientais dominadas pelos gregos) para que possa fazer uma leitura mais ampla das fontes.

A visão idealizada da Grécia clássica como berço da democracia, auge das realizações culturais do mundo antigo e “berço da civilização ocidental”, também ajudou a ofuscar o período que veio logo em seguida. Muitos autores viram o mundo helenístico como a decadência, o fim da **pólis**, porque as cidades-Estados gregas tornaram-se submissas a novos impérios. Hoje em dia, esta visão está sendo questionada e defende-se a ideia de que a *pólis* pode ser definida não a partir da existência de uma democracia radical e livre, mas sim por uma autonomia territorial e institucional que independe da submissão a um determinado governante.

Cânone

Um cânone literário é um conjunto de obras, fixado por determinados compiladores ou por uma tradição, que representa o auge, um padrão, um modelo ideal de literatura a ser transmitido e imitado. Vem do grego *kanón*, que significa “regra”, “norma”.

Pólis

É a forma grega por excelência da cidade-Estado antiga, caracterizada no período clássico pelo autogoverno de seus cidadãos, pela presença de determinados espaços urbanos, como a ágora, o templo e o teatro, e pela independência política e territorial.

Por outro lado, quando estudamos a arte e a ciência helenísticas, vemos que esse foi um período de definição e consolidação de padrões estéticos e científicos vistos até hoje como principais definidores do mundo antigo. Na escultura, por exemplo, as peças helenísticas, preservadas geralmente por cópias do período romano (**Figura 1.1**), estão entre as mais influentes na visão que a História da Arte tradicionalmente tem da herança clássica. Na ciência, foi no período helenístico que os fundamentos da Matemática, da Geometria, da Astronomia e da Física foram estabelecidos pelos estudiosos gregos.



Figura 1.1: Laocöonte e seus filhos, cópia romana em mármore de um original helenístico (200 a.C.), Museu do Vaticano.
Fonte: Marie-lan Nguyen / Wikimedia Commons (Domínio Público)
<http://en.wikipedia.org/wiki/File:Laocoon_Pio-Clementino_Inv1059-1064-1067.jpg>

O termo “helenístico”

Em 1836, o historiador alemão Johann Gustav Droysen (**Figura 1.2**) publicou um livro sobre a história do período entre Alexandre e os romanos, chamado *Geschichte des Hellenismus* [História do helenismo], cunhando o termo “helenístico” para designar essa época. O termo vem do verbo grego *hellenizô*, que significa “eu ajo como grego”, “adoto costumes gregos”, “falo como grego”, e, embora já tivesse sido usado esporadicamente no mundo antigo, Droysen foi o primeiro a usá-lo para determinar um período histórico específico. Assim, destacava-se a época helenística como uma nova era, um período distinto da história grega, sinalizando a expansão da cultura grega para o Oriente com as conquistas de Alexandre e o estabelecimento de uma cultura unificada, que fundiria igualmente elementos gregos e orientais em uma mistura única.



Figura 1.2: Johann Gustav Droysen (1808-1884).

Fonte: Wikimedia Commons (Domínio Público) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Gustav_Droysen.JPG>

Droysen tinha um objetivo específico em sua argumentação. Ele defendia a ideia de que esse processo de fusão cultural criava um ambiente de sincretismo religioso, em que havia uma tendência

Teleologia

Teoria característica do *hegelianismo*, segundo a qual o processo histórico da humanidade — assim como o movimento de cada realidade particular — é explicável como um trajeto em direção a uma finalidade que, em última instância, é a realização plena e exequível do espírito humano.

Fonte: *Dicionário Houaiss*.

para se cultivar as diferentes divindades como manifestações de uma força divina única, ou seja, uma “predisposição ao monoteísmo”. Segundo Droysen, junto com um ambiente de “solidão individual” e de “clamor por um salvador”, o período teria sido, portanto, a base ideal para o surgimento do cristianismo. O raciocínio de Droysen é de causalidade, baseado na **teleologia** do idealismo de Hegel: Alexandre e o mundo que ele criou teriam sido as ferramentas que prepararam e culminaram logicamente na vinda de Jesus.



O contexto histórico de Droysen nos ajuda a entender sua preocupação com o mundo helenístico. A Alemanha vivia seu processo de unificação nacional, e Droysen tomava a conquista e a unificação feitas por Alexandre e seus sucessores como um prenúncio do que poderia ser o novo Estado alemão: um regime autocrático, esclarecido, cujos elevados princípios culturais ajudariam a civilizar o mundo conquistado. Os alemães se viam como herdeiros diretos da civilização grega e se apresentavam como responsáveis por sua difusão.

**Atende ao Objetivo 1**

1. “No geral, o período entre 300 a.C. e a absorção da Grécia pelos romanos não é em si mesmo de interesse algum, e apenas tem valor para nos ajudar a compreender os séculos anteriores.” George Grote, historiador inglês, *História da Grécia* (1856).

Repare na data em que foi publicada a obra de Grote. É possível dizer que hoje ainda vemos o período helenístico dessa forma? Por que Grote, escrevendo em 1856, tinha essa ideia?

○ que mudou e por quê?

Resposta Comentada

Essa ideia tradicional, consolidada no século XIX mas ainda hoje presente, vem da valorização da cultura grega clássica e da democracia ateniense, como auge do mundo grego. A historiografia hoje vê o período helenístico como tendo características próprias, bastante particulares, pois se distingue por uma nova presença de elementos gregos dentro das várias regiões orientais conquistadas por Alexandre. Esta presença não resultou em uma nova cultura helenística homogênea, como muito se pensou, mas teve diferentes nuances locais e foi resultado de um longo processo.

A integração da cultura grega com o Oriente

A visão tradicional sobre o período helenístico traz em si alguns pressupostos que devem ser repensados:

- *A cultura helenística é uma mistura nova e homogênea entre os mundos grego e oriental.*

Não existem evidências de que as populações locais na Ásia e no Egito tenham adotado a língua e os costumes gregos de maneira universal. A colonização grega se deu de maneira gradual, com a fundação de novas bases militares avançadas e cidades com o modelo urbanístico da *pólis* em diversos pontos do Oriente Próximo.

No Egito, as novas populações gregas que migraram para colonizar os novos domínios apresentaram uma característica importante: os gregos nessas áreas formaram as elites locais, mas apenas em centros urbanos restritos – é o caso de Alexandria, Náucratis e Ptolemais. Como já dissemos, a grande maioria das populações camponesas nas imensas áreas conquistadas pouco ou nada teve de contato direto e intenso com os gregos. Assim, esta cultura helenística que agrega elementos gregos e orientais tem nuances espaciais, já que se concentrou em determinados centros urbanos e temporais, pois foi um processo contínuo.

Além disso, os gregos já cultivavam importantes contatos com o Egito e a Ásia Menor havia séculos. A divisão que fazemos entre Ocidente e Oriente é reflexo de uma combinação entre a interpretação de fontes historiográficas antigas, que condenavam o suntuoso comportamento das cortes orientais, e uma construção colonialista que teve seu auge no século XIX. Os próprios gregos só começaram a se conscientizar de que possuíam uma identidade distinta da “oriental” quando conseguiram repelir a invasão persa, no século V a.C. Durante toda a Era do Bronze, nos períodos minoico e micênico (aproximadamente de 2100 a 900 a.C.), a arte e a cultura material na Grécia (**Figura 1.3**) revelam com clareza a presença de decorações, formas e funções que remetem a contatos com a Anatólia (onde hoje é a Turquia), o Levante (Líbano e Israel) e o Egito. No chamado período *orientalizante* da história grega, entre 750 e 650 a.C. (aproximadamente a época em que viveu Homero), um exemplo desses contatos próximos é a adoção do alfabeto fenício, bem como de formas religiosas e literárias (BURKERT, 1992, p. 6).



Figura 1.3: Esfinge grega, 560 a.C., exemplo da influência oriental na arte do período arcaico (Museu Arqueológico de Delfos).

Fonte: Ricardo André Frantz. Uso autorizado sob licença Creative Commons Attribution-Share Alike 3.0 Unported http://commons.wikimedia.org/wiki/File:028MAD_Sphinx.jpg

A cultura grega foi levada por Alexandre ao Oriente.

Há dois pressupostos generalizantes aqui. Em primeiro lugar, não podemos dizer que havia uma “cultura grega” uniforme e indiferenciada. Há também o paradoxo de que Alexandre e seu exército eram macedônios, um povo do norte da Grécia que era considerado pelos outros gregos como quase **bárbaro**. Existe um complexo debate entre os estudos atuais sobre como os gregos se viam como um povo culturalmente distinto dos outros, já que nunca houve na Grécia uma unificação territorial equivalente à do Império Romano, do Egito faraônico ou dos persas, por exemplo. De fato, alguns elementos são comuns, em especial a língua e um panteão religioso relativamente homogêneo, com práticas rituais semelhantes,

Bárbaros

Para os gregos, o termo “bárbaro” significava todos aqueles povos que não falavam a língua grega e nem sempre tinha um valor pejorativo. O termo vem de uma onomatopeia: “bar-bar” soaria como o som incompreensível das línguas que os gregos não compreendiam.

embora houvesse muitas pequenas diferenças regionais. Nas Olimpíadas antigas, apenas os povos gregos podiam competir – e os macedônios por muito tempo foram excluídos de participar, o que mostra que não eram vistos como totalmente gregos.

Em segundo lugar, falar de “mundo oriental” como um bloco homogêneo é desprezar as enormes diferenças regionais, dado que o império de Alexandre compunha-se de um território imenso e variado. As formas de interação cultural que ocorreram no Egito tiveram características diferentes das ocorridas, por exemplo, na costa da Ásia Menor, onde a presença grega já estava consolidada havia séculos, ou na Bactria, uma área remota onde hoje se encontra o Afeganistão (analisaremos melhor estas localizações na próxima aula). Sendo assim, este “amalgama cultural” que se convencionou atribuir ao mundo helenístico não pode ser visto como uniforme, nem do lado grego nem dos diferentes lados orientais.

Uma razão para essas generalizações terem ocorrido é a predominância de fontes textuais e de cultura material relativas à ocupação grega dos novos territórios. Os textos literários mais utilizados pelos pesquisadores para estudar o período foram todos escritos em grego, por gregos ou pela elite local helenizada. Na arqueologia, a exploração de ocupações urbanas é predominante, e a preservação de artefatos de luxo provenientes das elites é geralmente mais comum. Apenas nas últimas décadas, textos produzidos em outras línguas, como papiros administrativos egípcios, e estudos arqueológicos da ocupação das populações locais começaram a ser estudados com mais atenção.



Figura 1.4: Colunas helenísticas da ágora de Gerasa, hoje Jerash, na Jordânia.
Fonte: http://www.elinepa.org/indika2007/papers_hellenismintheorient.htm

Portanto, como discutimos agora, embora tenha havido sim uma nova dinâmica nos contatos culturais entre gregos e o Oriente Próximo, não podemos dizer que o período helenístico foi pioneiro nestes contatos nem que houve uma fusão uniforme entre duas culturas distintas e monolíticas. O que houve foi uma intensificação de trocas culturais e comerciais, possibilitadas pela unificação territorial em novos impérios sob a liderança das elites macedônias e gregas, que também se estabeleceram em territórios distantes da Grécia.



Atende ao Objetivo 2

2. O historiador inglês Arnold Toynbee, autor de uma história comparativa das civilizações, baseada em fatores culturais e religiosos, representa, no trecho que segue, alguns dos

paradigmas que observamos aqui. Utilizando as informações fornecidas na aula, quais argumentos você utilizaria para analisar a ideia defendida por Toynbee?

(...) o conflito cultural entre o helenismo e as civilizações orientais reapareceu depois que a cultura helênica tinha assegurado com êxito sua supremacia sobre as outras, como uma crise interna das almas helênicas: uma crise que se declarou na emergência da adoração a Ísis, da astrologia, do mahayana, do mitraísmo e do cristianismo, e de muitas outras religiões sincréticas (TOYNBEE, 1987, p. 147).

Resposta Comentada

Os termos-chave para uma crítica à visão de Toynbee são "conflito cultural" e "crise", que ele usa para defender a ideia de que a cultura grega perdeu suas características definidoras ao entrar em contato com elementos orientais. Como vimos, não só não podemos falar de uma cultura grega homogênea, penetrando no Oriente, como também a influência oriental no mundo grego é já antiga; ocorre no período helenístico uma aceleração destes contatos, configurando um mundo com valores distintos e não necessariamente inferiores aos da cultura grega clássica.



O mundo helenístico e as relações Ocidente-Oriente hoje

Foi apenas depois do fim das **Guerras Médicas**, ou seja, a partir do período clássico, que os gregos começaram a ter consciência de si como distintos dos orientais em termos de valores, crenças e costumes, surgindo assim uma “identidade grega”. Portanto, a expansão para o Oriente com a conquista de Alexandre representou a primeira investida conscientemente ocidental para leste com propósitos de dominação e colonização. Como veremos com mais detalhes durante as próximas aulas, este processo colonizador teve tanto características semelhantes quanto distintas dos outros processos de períodos posteriores, que você tem estudado ao longo do curso.

A comparação que vamos apresentar aqui tem como intuito, a princípio, distinguir essas semelhanças e diferenças, mas também servir como subsídio para pensarmos o significado da própria situação em que se encontra o mundo de Alexandre nos dias de hoje. Afinal de contas, a maneira como olhamos para o passado e as perguntas que fazemos a ele estão diretamente relacionadas à nossa leitura do presente, e estudar um período e um lugar tão distantes de nossa realidade só faz sentido se pudermos entender as implicações dos conceitos que ele nos traz.

As conquistas de Alexandre destruíram o Império Persa e anexaram as suas regiões em um império que teve a duração apenas da vida do próprio general. No entanto, com a divisão territorial que se seguiu, os três generais que ocuparam a Macedônia e a Grécia (Antígono), o Egito (Ptolomeu) e a Ásia (Seleuco) continuaram o processo de colonização iniciado de maneira sistemática por Alexandre. Ele fundou várias novas Alexandrias por todo o território conquistado, todas estas cidades dentro do modelo urbanístico da *pólis* grega, e esta política continuou sob as dinastias seguintes, em especial no imenso território asiático, dominado por Seleuco. Por

Guerras Médicas

O termo *médicas* aqui é relativo aos medos, uma das principais etnias do Império Persa. O nome designa, portanto, as invasões persas de Dario e Xerxes ao território grego e os períodos de guerra em que os gregos conseguiram defender seu território, entre 499 e 449 a.C. O mais importante relato sobre este período está na obra do historiador Heródoto.

sinal, este também fundou a cidade de Selêucia, adjacente à cidade da Babilônia. A atribuição de nomes próprios dos reis ou da família real a novas cidades era um procedimento comum.

Nessas novas cidades se concentrou a elite de origem grega, responsável pela administração e pelo comando militar. Desta elite, alguns eram macedônios veteranos do exército de Alexandre, mas muitos gregos migraram posteriormente para estas novas regiões em busca de oportunidades, riqueza e poder. De forma geral, não vemos indícios de que esta elite tenha adquirido muitos elementos das culturas locais, mantendo assim o uso da língua e dos costumes gregos. Já as populações locais, se quisessem se inserir dentro das novas redes de poder dos conquistadores, precisavam aprender o grego (você se lembra do termo *hellenizô*, que mencionamos antes?) e adquirir os costumes dos conquistadores.

Ao mesmo tempo, a ocupação dessas regiões por Alexandre e pelas dinastias que se seguiram procurou manter as estruturas administrativas que haviam sido criadas pelos persas, como as divisões em províncias e o complexo sistema de estradas e postos, que permitia comunicações mais rápidas e eficientes. A **cooptação** das elites locais continuou a ser feita por meio de alianças com mecanismos tribais, como presentes e casamentos. Também os cultos religiosos de cada região continuaram sem restrições, porém incluindo a nova observância aos cultos oficiais. Isto não significa que não tenham ocorrido rebeliões e outras formas de resistência – algumas destas rebeliões, como a dos egípcios sob os Ptolomeus IV e V, e a dos judeus sob Antíoco Epifanes, foram altamente desestabilizadoras e demonstraram que a absorção da cultura grega nem sempre era desejada pelas sociedades locais.

Mas a historiografia sobre o mundo helenístico nem sempre ressaltou esses conflitos, tradicionalmente apresentando sem questionamentos uma mistura ordenada entre Ocidente e Oriente. Escrita no contexto da colonização do século XIX e início do século XX, ela geralmente refletia conceitos e comportamento imperialistas.

Cooptar

Agregar, associar, admitir numa sociedade com dispensa das formalidades de praxe; atrair (alguém) para seus objetivos.

Fonte: Dicionário Aurélio.

O esclarecimento para as massas atrasadas, o presente do governo superior, a adoção de uma língua comum (o grego “*koiné*”), o estímulo econômico: o “fardo do homem branco” europeu foi transferido com primor para os ombros robustos dos precursores do Raj britânico – os gregos e macedônios. O triunfo da cultura grega, cobrindo e civilizando as indiferenciadas populações “orientais” derrotadas sem esforço por Alexandre, continuou a dominar várias discussões da “colheita do helenismo” (ALCOCK, 1994, p. 171).

Portanto, assim como os gregos haviam levado a herança clássica para os bárbaros orientais, seus herdeiros europeus apresentavam-se no século XIX com uma “missão civilizadora” nas mesmas regiões que Alexandre havia ocupado.



Macedônia: uma polêmica moderna

Na verdade, partindo do que já discutimos, nem mesmo podemos dizer que a Grécia reflita em termos culturais sua unidade política hoje, o que é ilustrado pela sua relação conflituosa com a ex-república Iugoslava da Macedônia:

O presidente da Macedônia, Branko Crvenkovski, cancelou nesta quarta-feira sua participação em uma cúpula regional, em Atenas, após ser avisado pelas autoridades gregas que não seria permitida a aterrissagem do avião por causa da inscrição “Macedônia”. (...) Os dois países mantêm uma disputa sobre a denominação do país ex-iugoslavo, já que a Grécia considera que o nome “Macedônia” é de tradição exclusiva do helenismo e teme reivindicações territoriais em relação à Província grega de mesmo nome (PRESIDENTE..., 2008).

O excerto anterior demonstra também o tipo de questão no qual o termo “helenismo” está envolvido atualmente: a disputa para fazer parte da Europa e as vantagens possíveis de serem obtidas com a participação na União Europeia. A União Europeia (UE) é uma união supranacional econômica e política de 27 “Estados-membros”, estabelecida a partir da assinatura do Tratado de Maastricht em 7 de fevereiro de 1992 pelos doze primeiros países da antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Além disso, a questão traz o problema de uma identidade que estabelece quem são os outros a quem esses países podem se opor e de quem, num contexto de “terrorismo internacional”, eles têm de se defender.

Arnaldo Momigliano, em um raciocínio derivado das ideias de Droysen, considera que aquilo que o homem europeu cristalizou como parte de sua herança helenística seria o “triângulo” Grécia-Roma-Judeia, um amálgama destas três tradições culturais, correlacionado com o cristianismo, enquanto religião do Ocidente. De fato, esta ênfase está refletida até mesmo em nosso currículo escolar, pautado em boa parte no conhecimento que os próprios gregos e romanos legaram-nos do Oriente – a Índia e a China, quando muito, têm sido continuamente abordadas de maneira superficial nos livros didáticos.



Arnaldo Momigliano nasceu em 1908 na Itália e foi professor em Oxford, no University College London e na Universidade de Chicago. É considerado um dos historiadores mais importantes do século XX, sobretudo por seus trabalhos historiográficos. Publicou estudos sobre História grega, romana e judaica. Morreu em Londres em 1987.



Atende ao Objetivo 3

3. Comentando o viés colonialista da historiografia tradicional sobre o mundo helenístico, a arqueóloga Susan Alcock escreveu: “O Oriente Próximo e Médio foi visto em geral como uma *tabula rasa*, esperando a marca da civilização” (1994, p. 171). Baseando-se na foto e no texto que segue, responda: Qual seria a diferença entre a colonização grega do Oriente no período helenístico e os objetivos atuais das tropas americanas na região do Afeganistão atual?

O pragmatismo de Obama sepulta o messianismo do “Grande Oriente Médio”, idealizado por Bush: a possibilidade teórica de que um golpe de força varresse décadas de intolerância e, como por encanto, implantasse o sopro modernizador da democracia.

Fonte: AMBRÓSIO, Marcelo. A estratégia correta no Afeganistão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 abr. 2009.

Disponível em:

<<http://www.jblog.com.br/marceloambrosio.php?itemid=12040>>. Acesso em: 10 maio 2010.



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Local_man_of_Zirat_village_discussing_construction_of_road_with_US_Army_Nuristan_Provincial_Reconstruction_Team_12-30-2008.jpg

Resposta Comentada

A colonização grega do Oriente Próximo teve como importante característica a preservação das estruturas locais anteriores em diversos níveis da vida cotidiana. Os gregos mantiveram as estruturas administrativas do Império Persa e as adaptaram para a língua grega. Mesmo assim, sua presença também gerou conflitos e resistência, não apenas integração.

Já um dos maiores problemas da ocupação americana recente no Iraque e no Afeganistão é a dificuldade em compreender as estruturas de poder e a cultura local, tentando impor o modelo democrático americano a sociedades cujo modo de vida característico, no caso atual, de caráter islâmico, está consolidado há muitos séculos.

CONCLUSÃO

As questões que levantamos nesta primeira aula fazem parte de um exemplo histórico de interação cultural e social. O mundo helenístico tem muito a ver com o relacionamento muitas vezes conflituoso, mas também de mistura entre o Ocidente e o Oriente, e até hoje é relevante. A história da conquista e inserção dos gregos no mundo oriental também pode ser vista como um exemplo de colonização, de dominação de povos locais por autoridades externas. Neste sentido, estudar o mundo helenístico é também um laboratório para que possamos entender as diversas formas de interação de diferentes culturas no nosso mundo e entendê-lo com uma postura crítica e consciente.

Atividade Final

Leia o trecho a seguir, do escritor grego Plutarco (c. 46-120 d.C.), sobre o papel de Alexandre em suas conquistas no Oriente:

(...) se examinarmos os resultados da instrução de Alexandre, verás que ele educou os hircanianos para respeitar os laços do casamento, ensinou os aracosianos a cultivar o solo, persuadiu os sogdianos a tolerar seus pais, e não matá-los, e os persas a reverenciar suas mães, e não se casarem com elas. Ó, maravilhoso poder da instrução filosófica, que levou os indianos a adorar os deuses gregos, e os citas a enterrar, e não devorar, os seus mortos! (PLUTARCO. *Moralia*, 328 a.C.).

Segundo o que podemos ler em Plutarco, qual seria a visão legada pelas fontes gregas à historiografia sobre a expansão cultural helenística?

Resposta Comentada

Parte da responsabilidade pela ideia que a historiografia tradicional consolidou a respeito da conquista grega do Oriente, com a introdução de uma “civilização superior” nas regiões conquistadas, vem das fontes antigas que sobreviveram até nós. Com a consolidação de uma identidade grega, a cultura que os macedônios levaram ao Oriente Próximo era por eles tomada como instrumento de transformação dos povos bárbaros, em especial quando os costumes e hábitos cotidianos eram por demais distintos dos gregos.

RESUMO

Nesta primeira aula, vimos como a visão tradicional da Grécia clássica como o berço da civilização ocidental ofuscou o estudo do período helenístico até o século XIX. É nessa época, com a obra de Carl Gustav Droysen, que o termo “helenístico” surge para delimitar uma época específica entre o período grego clássico e a supremacia romana. De fato, esta época hoje é considerada um importante amálgama entre a cultura grega e o mundo oriental, do Egito e da Ásia.

Na verdade, essa mistura teve diferentes nuances e ritmos de consolidação, de acordo com as grandes variações locais no imenso território legado pelas conquistas de Alexandre. Não podemos

entender a expansão grega para a Ásia e o Egito como uma imposição deliberada de uma cultura – podemos traçar níveis diversos de resistência e de assimilação deliberada pelas culturas locais.

Até hoje, vemos reflexos desta troca cultural, às vezes imposta, às vezes desejada, na maneira como os ocidentais estabelecem suas relações com o Oriente. Um importante exemplo disso pode ser visto na dificuldade que o Ocidente tem de impor conceitos tais como a democracia no modelo dos EUA nas regiões do Iraque e do Afeganistão.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula irá apresentar o quadro geográfico e as características das regiões que compunham o mundo helenístico, como também trará para você uma introdução às fontes históricas de que dispomos sobre o período, tanto escritas quanto remanescentes da cultura material das sociedades que iremos estudar.

Aula 2

As evidências:
características
geográficas, fontes
escritas e cultura
material

Juliana Bastos Marques

Metas da aula

Descrever e analisar as características geopolíticas da região compreendida pelo império de Alexandre e reinos helenísticos que se seguiram, bem como apresentar a diversidade das fontes históricas disponíveis sobre o período, literárias e arqueológicas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar as implicações da disposição geográfica da Grécia, do Mediterrâneo e do Oriente Próximo para a história da época helenística;
2. distinguir a disponibilidade e a diversidade das fontes históricas antigas disponíveis sobre o período.

Pré-requisitos

Para esta aula, a consulta a mapas e/ou um atlas histórico é importante. Procure também recapitular os conceitos aprendidos com a disciplina História e Documento.

INTRODUÇÃO

É no estudo do mundo antigo que nos confrontamos de maneira mais explícita com o problema de como as fontes históricas determinam as questões que perguntamos sobre o passado e estabelecem o conjunto de referências que usamos. Sendo assim, é apenas através de um estudo crítico rigoroso que podemos criar inferências e conclusões sobre o passado que transcendam as informações diretas, pois essas são recortes, fornecidas por documentos isolados.

Existe uma imensa gama de fatores que determinam a preservação de documentos do passado: um texto ou objeto pode se conservar por algum motivo completamente fortuito ou ter sido deliberadamente escolhido por conta de uma motivação específica. Boa parte dos textos literários de que dispomos sobre o mundo antigo justifica sua conservação hoje pela sua introdução em um cânone literário já delimitado pelos próprios antigos, como vimos na aula passada, cujo recorte estendeu-se e em alguns casos se restringiu ao longo do período medieval.

No entanto, é através do reconhecimento de um leque variado de fontes documentais para o período helenístico que podemos obter um recorte cada vez mais amplo daquela realidade. Longe está o tempo em que o historiador valorizava apenas o texto literário produzido pelos antigos como base para sua interpretação do passado, critério esse que em boa parte, como vimos, prejudicou o estudo de um período entre dois outros tão valorizados, a Grécia clássica e o Império Romano. Portanto, nesta aula iremos fazer uma introdução às diferentes fontes documentais antigas disponíveis para o mundo helenístico, dando ênfase à sua diversidade, aos métodos de interpretação e a questões específicas que cada uma delas pode nos trazer.

A configuração geográfica do mundo helenístico

A importância de se considerar o aspecto geográfico, dentro da análise histórica, tem sido ressaltada desde o pioneiro e inovador estudo de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo, no início da Era Moderna. Há alguns anos surgiu um livro que procurava fazer o mesmo tipo de estudo, de longa duração, para o Mediterrâneo, nos períodos antigo e medieval (PURCELL; HORDEN, 2000), e a premissa básica de ambos os estudos é a mesma: o clima, a vegetação e essencialmente a disposição geográfica da Europa Meridional e do Oriente Próximo (o modo como influenciaram enormemente nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais que lá se desenvolveram).



No livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, publicado em 1949, Fernand Braudel procurava estudar as dinâmicas econômicas e sociais por trás da história política do mundo mediterrâneo da época moderna, através do estudo da geografia, do clima e da vegetação da região. Tais elementos teriam influenciado diretamente a ocupação da área e as práticas sociais e culturais desenvolvidas, em um processo de unificação em boa parte, portanto, fisicamente determinado.



Fonte: <http://br.gojaba.com/pages/bookImage.jsf?bookid=5651364>

Em termos gerais, a ***oikumene*** conquistada por Alexandre, além da Macedônia e da Grécia, era equivalente à extensão máxima do Império Persa que ele derrotou e apresentou-se como continuador, compreendendo as seguintes regiões:



Figura 2.1: Mapa do Império de Alexandre, o Grande, com equivalência dos países atuais.

Fonte: http://www.grahamphillips.net/alexander/Alexander's_Empire.jpg

- Trácia, no oeste do mar Negro, que era uma parte do território dos citas, acima da própria Macedônia (equivalente hoje à Bulgária e a partes da Grécia e da Turquia);
- Ásia Menor e Cáucaso (correspondendo à Turquia asiática, Geórgia, Armênia e Azerbaidjão);
- Levante (Síria, Fenícia, Judeia, hoje o Líbano, Israel, Síria e Jordânia) e Mesopotâmia (Assíria e Babilônia, hoje, Iraque e Kuwait);
- Pérsia (o território atual do Irã);
- Báctria e Sogdiana (onde agora se localizam as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, mais o Afeganistão e o Paquistão);
- Egito.

Oikumene

Palavra grega que significa "o mundo habitado", geralmente utilizada como denominador geral do mundo grego como um todo, já que o termo era utilizado eminentemente por autores gregos. A palavra é derivada de *oikos*, que significa "casa", "família".

O império que Alexandre construiu ao longo de sua breve carreira, posteriormente dividido por seus três generais (Antígono, Ptolomeu, Seleuco, como veremos nas aulas seguintes), ainda se baseava na comunicação já antiga das rotas marítimas que ligavam a Grécia à costa da Ásia Menor, ao Levante e ao Egito, portas de entrada para a Mesopotâmia e a Pérsia. Durante todo o período helenístico, ainda serão preponderantes os contatos por essas rotas marítimas, sejam eles comerciais ou fruto da dinâmica de disputas territoriais que caracterizaria os séculos III e II a.C. Além disso, já era uma característica marcante da cultura grega a intimidade com o mar, em detrimento do deslocamento terrestre por longas distâncias. De fato, o transporte por mar era muito mais eficiente, rápido e barato do que por terra, embora estivesse sujeito à sazonalidade do clima e das correntes (geralmente não se navegava no inverno, por exemplo).



“O mar, o mar!”

Um exemplo bastante representativo da afinidade grega com o mar é o texto de Xenofonte – historiador grego – em sua *Anabasis* (c. 370 a.C.), relatando a volta do exército grego mercenário, o qual ele ajudou a liderar, de uma campanha na Pérsia. Os *dez mil*, como o grupo ficou conhecido, tinham sido contratados por Ciro, o Jovem, para lutar contra seu irmão, Artaxerxes II. Os gregos ajudaram a vencer a guerra, mas Ciro foi morto, tornando a expedição um fracasso. Ao atravessarem a Pérsia e a Mesopotâmia na volta para a Grécia, os soldados encontraram-se em um ambiente inóspito e desconhecido, mas, ao

avistarem o mar, ficaram exultantes, abraçaram-se e correram para ele, gritando “*Thalassa, thalassa!*” (“O mar, o mar!”, livro IV, parágrafo 7).



Figura 2.2: Duelo entre hoplita grego e soldado persa, vaso do século V a.C.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Greek-Persian_duel.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. O mapa a seguir (BOTSFORD, 1913) indica a extensão máxima do império de Alexandre. Repare na linha demarcatória dentro do mar Mediterrâneo. Essa seria uma das fronteiras do império? Por quê?



Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map-alexander-empire.png>

Resposta Comentada

O mapa não representa uma fronteira fixada e reconhecida na época, tal como as fronteiras nacionais hoje, mas mostra apenas uma esfera espacial aproximada de influência. Embora no mapa se destaque a imensidão da parte asiática dos territórios conquistados por Alexandre, é

ao ambiente marítimo do leste do mar Mediterrâneo que os gregos ainda davam grande ênfase, como revelam as relações políticas e econômicas posteriores entre os impérios helenísticos. O mar providenciava as rotas de transporte mais usadas para a Ásia Menor, o Levante e o Egito, portas de entrada para o Oriente.

Fontes literárias

Um dos fatores que mais contribuíram para a desvalorização da época helenística perante a Grécia clássica e os romanos é o estado das fontes literárias produzidas no período e a maneira como elas chegaram até nós, especialmente no caso da historiografia (os outros textos, como a poesia e a filosofia, serão tratados separadamente em uma aula posterior). Se a época clássica tem Heródoto e Tucídides e a república romana tem Tito Lívio, não herdamos nenhuma narrativa histórica contínua sobre o mundo helenístico que contemple do período de Alexandre até a metade do século II a.C. É apenas a partir daí que surge a narrativa de Políbio, historiador que na verdade pretendia contar a história da ascensão de Roma: ela finalmente nos oferece subsídios mais detalhados para uma reconstituição dos acontecimentos relativos aos impérios helenísticos.



Podemos agrupar os historiadores do período em dois grupos principais: aqueles que nararam os feitos e a vida de Alexandre, inaugurando o estilo narrativo de fundo biográfico e laudatório, e os que escreveram sobre os períodos posteriores dos impérios helenísticos.

No primeiro grupo, temos Calístenes, historiador oficial da expedição de Alexandre e que foi por ele executado, Clitarco e o próprio Ptolomeu, general macedônio que tomou o Egito como seu império. Porém, nenhum dos textos, produzidos por eles, sobreviveu diretamente. Com muitos séculos de distância, as narrativas mais completas que temos são de Arriano de Nicomédia (cerca de 80-160 d.C.), de Quinto Cúrcio Rufo (século I d.C.) e a *Vida de Alexandre* de Plutarco (c. 46-120 d.C.).

Já quanto aos historiadores das épocas seguintes, a maioria também sobrevive apenas em referências ou fragmentos: Hierônimo, Dúris, Timeu, Filarco e Arato. A mais importante narrativa seguinte é a de Políbio de Megalópolis (c. 200-c. 118 a.C.), da qual temos apenas os cinco primeiros livros completos e alguns fragmentos dos outros 35. Os textos de Tito Lívio e Diodóro Sículo também são importantes, embora focados na ascensão de Roma.

Como então é possível reconstruir essa história? A maior parte dos textos que temos é constituída de fragmentos das obras dos historiadores do período, o que é um material de estudo muito difícil e inconclusivo. Quando falamos de fragmentos, isso pode ter um significado literal, ou seja, um pedaço de papiro ou pergaminho.

Porém, na maioria das vezes, consideramos como “fragmentos” os excertos extraídos de citações de autores posteriores, muitas vezes com vários séculos de distância, e que podem ser cópias diretas ou apenas paráfrases. Já que não temos os textos originais, é através da disposição gramatical desses textos que podemos inferir se um fragmento é uma **paráfrase** ou uma citação mais exata. Muitas vezes, é através da minuciosa comparação de dois fragmentos de autores posteriores, citando o mesmo evento de forma semelhante, que podemos inferir a existência de um autor anterior que tenha servido como referência para ambos (o termo técnico para essa reconstrução é a palavra alemã *Quellenforschung*, “pesquisa de fontes”).

Vejamos um exemplo desse problema. No trecho a seguir, Fócio, patriarca de Constantinopla no século IX d.C., cita a obra de Deuxipo, historiador grego que viveu no século III d.C., sobre o período posterior a Alexandre:

Em sua história dos eventos após a morte de Alexandre, ele começa com a própria morte do rei e descreve como o império dos macedônios foi legado tanto a seu irmão Arrideu, filho de Filipe com uma mulher de Larissa chamada Filina, e ao filho de Alexandre que iria nascer de Roxane (pois ela estava grávida), e ainda a Pérdicas e seu grupo, que foram tornados guardiões de ambos por uma decisão dos macedônios (FÓCIO, *Bibliotheca*, parágrafo 82).

Essa passagem exemplifica alguns dos problemas das informações contidas nos fragmentos. O texto é no mínimo uma narrativa de terceira mão, com uma distância de mais de mil anos dos eventos relatados: Fócio cita Deuxipo, que provavelmente estava citando um autor mais próximo ao período original, já que também está séculos adiante dos acontecimentos narrados. Se não tivermos outra cópia do mesmo texto de Deuxipo, não poderemos fazer uma comparação com a paráfrase de Fócio, para estabelecer até que ponto ele foi fiel ao texto que mencionou. A reconstituição da sucessão dinástica,

Paráfrase

É uma figura de linguagem que faz uma “interpretação ou tradução em que o autor procura seguir mais o sentido do texto do que sua letra”.

Fonte: *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*.

logo após a morte de Alexandre, deve, portanto, contar com outros fragmentos de outros autores, em estado mais ou menos semelhante a este, para que um padrão minimamente coeso seja estabelecido entre todas essas narrativas. Mesmo assim, suponhamos que elas tenham partido de uma ou mais fontes do próprio período narrado, pois sabemos os nomes dos principais historiadores que testemunharam a morte de Alexandre e sua sucessão; assim, a leitura crítica da fonte recai, em primeira instância, na análise das motivações destas últimas fontes, as quais nós pouco conhecemos.



Existem algumas importantes compilações desses fragmentos dos historiadores gregos. A maior e mais completa delas foi feita pelo alemão Felix Jacoby, na primeira metade do século XX, *Fragmente der griechischen Historiker*, com um total de 15 volumes e 856 autores antigos.

Isso tudo não torna a pesquisa impossível, mas tem sido necessário um longo e minucioso trabalho de compilação, comparação e crítica desses fragmentos para que um quadro narrativo suficiente do período possa ser traçado. Nesse sentido, podemos ver que esse quadro tem algumas características definidoras importantes: em primeiro lugar, como é de praxe entre os historiadores antigos, a ênfase da narrativa histórica dá-se quase que exclusivamente nos acontecimentos políticos, nas lutas pelo poder, nas sucessões dinásticas e nas batalhas. É por isso que mesmo as narrativas modernas sobre o mundo helenístico ainda muitas vezes padecem de um recorte descritivo, voltado majoritariamente para a história política (ERRINGTON, 2008).

Em segundo lugar, o material que essas fontes antigas fornecem-nos dá uma ênfase sistemática à presença grega nas regiões conquistadas, e essa perspectiva “helenocêntrica” dificulta nosso conhecimento sobre o ponto de vista dos povos subjugados. Ao mesmo tempo, o recorte fornecido também lida apenas com a elite governante, em especial os reis e sua corte. É necessário, porém, entender que esse recorte temático era o esperado dos historiadores antigos, pois eles deveriam se submeter às regras estritas do gênero literário em que escreviam. Essas narrativas não deixam de ser o fundamento primordial que permite nosso alargamento temático, quando buscamos fatores econômicos, sociais e culturais que podem estar nessas fontes de maneira apenas tangencial. No entanto, essa diferença de ênfase entre a nossa leitura e a dos antigos apenas revela a natureza das questões que são importantes para nós hoje.

Fontes arqueológicas

As fontes literárias trazem-nos um recorte bastante restrito do mundo antigo. Seus produtores representavam a elite masculina dos cidadãos livres gregos, cujos interesses fornecem-nos um quadro muito pequeno dentro da diversidade humana do mundo helenístico. Porém, com o desenvolvimento da Arqueologia, a partir do século XIX, veio à tona uma imensa quantidade de objetos relacionados ao período, vindos das mais diversas regiões, e que nos revelam aspectos da vida cotidiana, da economia e da cultura que permaneceriam desconhecidos, se contássemos apenas com as fontes literárias.

As fontes arqueológicas revelam aspectos dos mais diferentes segmentos sociais: mulheres, crianças, escravos, comerciantes e soldados, por exemplo, têm voz dentro do registro arqueológico, bem como os povos conquistados. Chamamos de “cultura material” o vasto conjunto de objetos e suportes materiais de textos que refletem a vida cotidiana, e essa cultura material envolve uma série de diferentes tipos de artefatos e de técnicas de interpretação para

eles. Porém, além da especialização, é preciso também tomar cuidado com a interpretação desse tipo de evidências. Segundo o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, os principais aspectos negativos das fontes arqueológicas são a sua parcialidade, o fato de não expressarem ideias abstratas, o caráter aleatório de sua preservação – pois ela passa por diversas “triagens sucessivas e sem controle” (MENESES, 1983, p. 106) – e seu aspecto de exclusão, pois geralmente os objetos em um depósito arqueológico foram um dia descartados como lixo por seus usuários (cacos de cerâmica, por exemplo).

Mesmo assim, como as fontes arqueológicas são complementos fundamentais às fontes literárias, iremos ao longo do curso estudar como também elas podem ser utilizadas para a compreensão do mundo helenístico. Os subgrupos mais importantes dessas fontes, apresentados a seguir, são a epigrafia, a papirologia e a numismática.

Epigrafia

A epigrafia é o estudo das inscrições, em monumentos públicos ou privados, em pedra ou em outros suportes. O tipo mais comum de inscrição é a lápide funerária, que fornece grande material para estudos demográficos, como sexo, idade e posição social, e prosopográficos, que se constituem no cruzamento de dados sobre nomes e famílias – o que auxilia na compreensão das estruturas políticas e de grupos particulares, geralmente da elite. No caso do mundo helenístico, existem vários exemplares preservados de decretos públicos, documentos cívicos, de templos e de reis. Essa abundância revela uma grande atividade das *poleis* gregas no período, contrariando a ideia de que elas estavam em decadência. É também possível aprendermos bastante sobre a atividade política de cidades, de resto obscura, e não só de grandes centros conhecidos, como Atenas ou Rodas.

Porém, existem algumas dificuldades na interpretação desse tipo de material. Muitas vezes, não é possível precisar a data e o local a que se refere uma inscrição – a origem do objeto pode não coincidir com seu local de produção. Nem todas as inscrições estão bem preservadas, e, quando encontramos um fragmento, é necessário ter cuidado ao fazer conjecturas sobre a parte do texto que se perdeu. O texto de um decreto pode também ser bastante específico de um determinado contexto e, analisado sozinho, pode não permitir uma visão de conjunto que seja suficiente para entender seu propósito.

O estudo da epigrafia é bastante complexo e demanda uma grande especialização do pesquisador. Depois de decifrado o texto, cabe também ao historiador interpretá-lo em seu contexto mais geral. Vejamos um exemplo desse tipo de fonte – um decreto, da cidade de Gortina, sobre o uso de moedas de bronze (segunda metade do século III a.C.):

[Deuses. A seguinte decisão foi tomada] pela [cidade] depois de votação com trezentos] homens presentes: deve-se usar as moedas de bronze que a cidade emitiu; não se deve aceitar os / óbolos de prata. Se alguém aceitar (os óbolos de prata) ou se recusar a aceitar as moedas (de bronze) ou vender algo em troca de grãos, será multado em cinco estáteras de prata. Informações (sobre tais casos) devem ser apresentadas / perante os neotas (corpo de jovens acima de 19 anos), e dos neotas os sete escolhidos por sorteio deverão dar seu veredito sob juramento na ágora. O grupo que tiver a maior parte dos votos ganhará e os sete deverão cobrar a multa do grupo perdedor, dando uma metade [para o grupo ganhador] e a outra metade [para a cidade] (AUSTIN, 2006, p. 233).



Algumas convenções são utilizadas nas transcrições dos textos epigráficos. Utilizamos colchetes para indicar partes do texto que estão faltando, em que a reconstrução é baseada em fórmulas textuais padrão, de traços diagonais, para indicar a divisão das linhas, e parênteses, para esclarecer partes implícitas, não presentes no texto original.

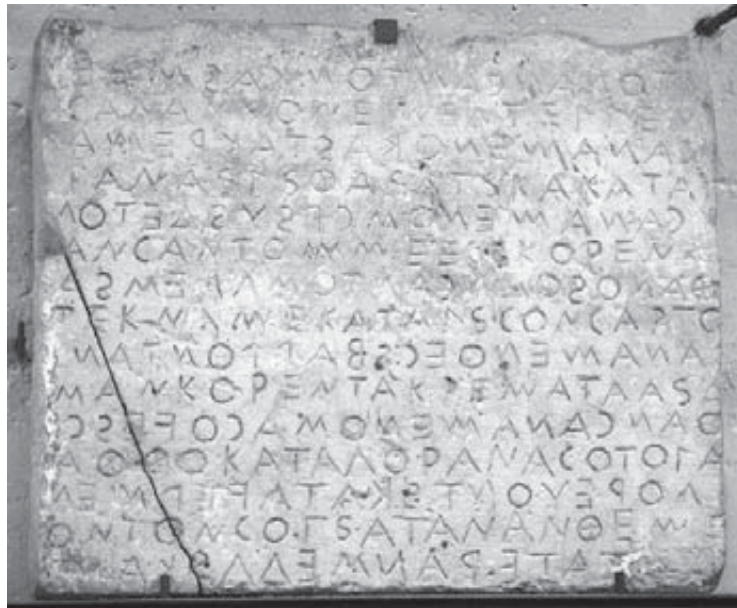
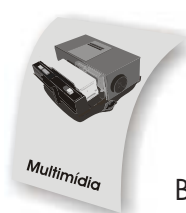


Figura 2.3: Fragmento do código de leis da cidade de Gortina, em Creta, século V a.c. Museu do Louvre. Note o uso do *boustrophedon*: escrita da direita para a esquerda em uma linha e da esquerda para a direita na linha seguinte. Fonte: <http://www.flickr.com/photos/dandiffendale/2343583083>.

Papirologia

Em uma escavação em 1900 no cemitério de Tebtinis, no oásis do Faium, Egito, foram encontradas várias múmias de crocodilos, em vez das múmias humanas que os arqueólogos procuravam. Frustrado com a descoberta, um dos homens atacou uma múmia com sua espada, rasgando a cobertura que envolvia o crocodilo. Para a surpresa de todos, descobriu-se que essa cobertura era uma cartonagem, espécie de papel-machê feito com papiros que haviam sido utilizados para escrever textos e que depois foram descartados e reutilizados nas múmias.

Esse tipo de material propiciou a preservação de um imenso número de documentos e textos no Egito. Foram encontrados, por exemplo, fragmentos de peças antes desconhecidas de Menandro e Eurípidés e da *Constituição de Atenas*, atribuída a Aristóteles, mas também inúmeros documentos de transações comerciais, certidões de casamento, cartas particulares e todo tipo de contratos e registros de impostos. A papirologia é uma especialização também bastante complexa, dado o estado muito frágil e fragmentário dos textos, mas técnicas recentes de computador têm permitido uma análise mais acurada, e muitos papiros ainda aguardam decifração.



Veja alguns exemplos de papiros em http://www.sas.upenn.edu/religious_studies/rak/ppennint.html e no site do Museu dos Papiros, da Biblioteca Nacional Austríaca, que contém a maior coleção de papiros do mundo: http://www.onb.ac.at/ev/papyrus_museum.htm.



O maior cuidado que se deve ter em relação ao estudo dessas fontes é a especificidade de seu conteúdo e do contexto em que foram encontrados. As condições climáticas e o solo úmido não permitiram a preservação de papiros na cidade de Alexandria, a principal do império ptolomaico, e em todo o delta do Nilo, a área mais populosa do Egito na época. Apenas as áreas rurais mais secas e afastadas, bem como o oásis de Faium, em que algumas áreas foram posteriormente tomadas pelo deserto, tinham condições físicas suficientes para preservar esse material. Também não há uma uniformidade cronológica nesses registros.



Figura 2.4: Carta pessoal – Oxirrincos, século II d.C.

Fonte: <http://www.mlahanas.de/Greeks/LX/OxyrynchusPapyrus.jpg>

Por isso, importantes questões metodológicas são levantadas pelo estudo dos papiros. Por exemplo, um documento fiscal não faz muito sentido se interpretado isoladamente; então, é necessário compilar um conjunto minimamente coeso de documentos semelhantes para podermos fazer inferências a respeito de como funcionava o sistema de impostos nas vilas do Egito ptolomaico. Ao mesmo tempo, coleções de documentos, como o arquivo de Zenão, no santuário de Serápis, em Mênfis, fornecem um quadro mais completo para um determinado indivíduo, instituição ou lugar. Mas até onde é possível fazer generalizações com base nesses documentos? A realidade

de uma vila pode ser estendida para outras ou para situações fora do Egito? É necessário cuidado e uma crítica rigorosa, para não incorrerem em erros e generalizações equivocadas.

Numismática

A numismática ou o estudo das moedas pode trazer informações importantes para compreendermos diversos mecanismos em ação no mundo helenístico. São dois os aspectos principais, fornecidos por essas informações: a economia e a ideologia (FLORENZANO, 1997).

Quanto ao primeiro, devemos antes de tudo lembrar que as moedas no mundo antigo tinham um valor intrínseco de fato e não apenas representavam um valor de face, como ocorre hoje em dia. Assim, o dracma de prata foi estabelecido por Alexandre como contendo 17,2g, que era o padrão ático de medida de peso. Durante todo o período antigo, diminuições na proporção de metal valioso para a fabricação de moedas e substituições de moedas mais valiosas por outras menos valiosas revelam-nos momentos de inflação e de crise econômica.

O segundo aspecto é a forma como as moedas revelam ideologias, propaganda política e alegações de soberania. Seguindo a política de Filipe II, Alexandre buscou a unificação das moedas no império, e essa tendência de padronização continuou durante todo o período helenístico. Moedas de menor valor também começaram a ser produzidas, revelando um crescente processo de monetarização da economia, antes pautada pelas trocas em espécie. As primeiras moedas do período foram cunhadas com a efígie de Alexandre, mas o que é importante notar é que esse procedimento continuou a ser adotado até dois séculos após sua morte. Para que um reinado se apresentasse como legítimo continuador do legado de Alexandre, era imprescindível buscar uma associação direta com ele, o que podia ser feito através da emissão e circulação de moedas contendo sua efígie em uma face e outra imagem (muitas vezes retratos do próprio monarca corrente) na outra.



Figura 2.5: Demétrio I Soter, ou “Salvador” (162-150 a.C.), da dinastia selêucida. Note-se que já não é necessária para ele uma associação inequívoca com Alexandre, indicando a consolidação da dinastia.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:DemetriusI_Soter.jpg.

Muitas cidades também emitiam suas próprias moedas, desde que fossem ricas o suficiente e possuíssem autonomia política para tanto. As imagens que essas cidades utilizavam em suas moedas são reveladoras do seu contexto político: as moedas podem ter sido emitidas em nome da própria cidade, em nome de Alexandre ou em nome do rei ao qual estavam submetidas. Apenas o fato de emitir moedas já revela um determinado grau de independência das *poleis*, mesmo que às vezes ela fosse apenas nominal ou aparente.

As moedas também podem nos ajudar a estabelecer sequências dinásticas, como é o caso daquelas emitidas na Bactria. Embora o estabelecimento cronológico desse material seja difícil e nem sempre conclusivo, essas moedas são atualmente quase que o único conjunto de documentos grande o suficiente para fornecer um quadro interpretativo coeso da história daquela região.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia novamente a inscrição da cidade de Gortina sobre o uso das moedas (na seção “Fontes literárias” desta aula). O contexto desse decreto é a introdução de novas moedas de bronze, em substituição às de prata, para valores abaixo do dracma. A partir da inscrição que você leu, analise:

Por que ele se fez necessário?

Que informações sobre a vida política e econômica de Gortina nós podemos depreender a partir da leitura desse decreto?

Resposta Comentada

Como as moedas de bronze tinham menos valor intrínseco do que as de prata, o decreto fez-se necessário para forçar os cidadãos a usar as novas moedas. Esse contexto também indica um período de problemas econômicos na cidade, até mesmo pela diminuição do fornecimento da prata como matéria-prima. O texto também mostra a persistência da economia natural contra

a tentativa de monetarização das trocas. A segunda parte do texto mostra o funcionamento de uma assembleia na cidade, revelando que o modelo democrático do período clássico ainda estava presente em determinadas instituições na Grécia helenística.

CONCLUSÃO

Para que o historiador possa compreender o passado, a interpretação crítica e o rigor metodológico no manuseio de fontes são fundamentais. Não basta ler as fontes, também é necessário compreender como se configurava o mundo onde elas foram produzidas, pois a visão que os antigos tinham de seu ambiente permeia o tempo todo a sua interpretação do mundo. As próprias fontes literárias antigas têm especificidades em sua transmissão e preservação, que determinam o recorte que nós temos para compreender essas sociedades. No caso do mundo helenístico, também porque essas fontes literárias são relativamente escassas quando comparado a outros períodos, torna-se crucial para o historiador buscar as fontes arqueológicas ao traçar um quadro o mais completo possível. Dados a extensão territorial, as diversidades locais e os diferentes graus da colonização grega no mundo oriental, é apenas através de uma leitura crítica desse conjunto de evidências que o estudo do período se torna possível.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

“Não existe uma única ‘história helenística’, mas uma série de histórias diferentes” (SHIPLEY, 2000, p. 17).

Com base na diversidade de fontes primárias disponíveis para o mundo helenístico, podemos concordar com a afirmação de Shipley? Como?

Resposta Comentada

As fontes literárias sobre o mundo helenístico que sobreviveram até nós, completas ou em fragmentos, mostram um recorte específico daquela sociedade: o mundo do homem grego livre, da política, das batalhas e dos reis. Se nos basearmos apenas nelas, perdemos de vista a enorme diversidade de povos, culturas e realidades que podemos encontrar através da análise das fontes arqueológicas. Mas mesmo estas também apresentam recortes, tendo sido preservadas de forma arbitrária, e fornecem-nos informações de realidades específicas. É apenas o conjunto dessa diversidade de fontes que nos permite captar as diferentes histórias do mundo helenístico.

RESUMO

Esta aula apresenta as diversas fontes disponíveis ao historiador para reconstituir o mundo helenístico. Em primeiro lugar, os mapas e o estudo da localização e das características geográficas das regiões conquistadas por Alexandre também podem ser vistos como fontes, já que nos ajudam a compreender dinâmicas políticas, econômicas e culturais que lá se desenvolveram. Os textos escritos sobre o período são muitas vezes fragmentários, o que requer um grande cuidado metodológico em sua utilização. Também as fontes da cultura material estudadas pela Arqueologia, como inscrições, papiros e moedas, podem nos revelar outras facetas do passado, como, por exemplo, a vida cotidiana além do mundo da elite grega letrada.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos uma recapitulação do estado em que se encontrava o mundo grego antes da ascensão de Alexandre ao poder, com os resultados do fim da Guerra do Peloponeso, o enfraquecimento político das cidades-Estados gregas e o surgimento da Macedônia como força militar, sob a liderança de Filipe II.

Aula 3

O mundo
grego antes de
Alexandre:
das Guerras
Médicas a Filipe II

Juliana Bastos Marques

Meta da aula

Apresentar um quadro geral do mundo grego com as circunstâncias que determinaram a Guerra do Peloponeso e o posterior declínio da hegemonia de Atenas e Esparta, abrindo espaço para a expansão militar macedônica sob o pai de Alexandre, Filipe II.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as origens e consequências da Guerra do Peloponeso para a conformação da situação política e social do mundo grego no século IV a.C.;
2. reconhecer os mecanismos da ascensão da monarquia macedônica sobre a Grécia.

Pré-requisitos

Para esta aula, recapitule as aulas da disciplina História Antiga referentes à Grécia clássica, em especial as Aulas 14 e 15.

INTRODUÇÃO

Uma das características mais importantes da história da Grécia é que em nenhum momento antes da conquista romana os gregos formaram uma unidade territorial. A “Grécia antiga” que estudamos, desde o mundo micênico até o fim da era clássica, sempre foi um conjunto de cidades-Estados unido por características étnicas e culturais – em última instância, era considerado grego quem falasse a língua grega e adotasse os costumes gregos.

Para os historiadores, uma pista para compreender as características da identidade grega antiga é o fato de que a participação nos Jogos Olímpicos, que começaram em 776 a.C., era permitida apenas aos atletas gregos. Assim, podemos traçar quais eram as regiões distantes dos principais centros políticos que estavam incluídas nessa identidade cultural ainda imprecisa. O caso da Macedônia é um exemplo importante: em muitos autores antigos essa região não era considerada totalmente grega. Sua língua era um dialeto, seus costumes eram muito diferentes e sua organização política, uma monarquia sustentada por laços pessoais, era muito diferente do mundo de Atenas ou Esparta.

A aliança das cidades-Estados gregas contra os persas logo se transformou em uma série de disputas que pareciam dividir cada vez mais os gregos. Como veremos nesta aula, foi paradoxalmente essa monarquia distante e atípica que unificou toda a Grécia pela primeira vez.

A guerra contra os persas

Em 479 a.C., sob a liderança de Atenas e Esparta, os gregos conseguiram frear a invasão persa em seu território e expulsaram o rei Xerxes e seu grande exército da Grécia continental. Desde o início da expansão territorial com Ciro, que reinou até 530 a.C., os persas haviam adquirido um imenso império, que se estendia da costa da

Aquemênida

Denomina-se aquemênida a dinastia persa que reinou entre 550 e 330 a.C., construindo o maior império do mundo antigo antes do território conquistado por Alexandre, o Grande. O nome da dinastia deriva de seu mítico fundador, Aquemenes, que teria sido antepassado de Ciro.

Ásia Menor até as estepes da Ásia Central e a fronteira com a Índia – de fato, o império **aquemênida** havia se tornado o maior de todos os tempos até então (**Figura 3.1**). Os planos de expansão para o Ocidente passaram a incluir a conquista e anexação da Grécia, já que as revoltas das cidades gregas da Jônia, na Ásia Menor, estavam começando a ameaçar a estabilidade conquistada pelos persas. Além disso, a expansão também significaria uma abertura para a dominação do mar Mediterrâneo.



Figura 3.1: O império aquemênida durante o reinado de Ciro II, o Grande. O território em destaque está sobreposto às fronteiras atuais dos países da região. Fonte: © Wikimedia Commons – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Persia-Cyrus2-World3.png>

O historiador grego Heródoto (c. 484-425 a.C.) narrou o período das guerras contra os persas ou “Guerras Médicas”, conforme você leu no verbete da primeira aula, relatando como pela primeira vez as diferentes cidades-Estados gregas uniram-se em uma causa contra um inimigo comum. Elas conseguiram isto reunindo seus exércitos não apenas para a defesa do território e dos mares da Grécia continental, mas também através da construção de uma identidade étnica e cultural que nunca antes havia sido sua característica.

Falar a língua grega, cultuar os deuses do Olimpo, agir no cotidiano conforme os costumes e o modo de vida comum das cidades-Estados gregas passaram a ser entendidos como formas

de uma determinada união cultural, já que o território grego propriamente dito nunca se constituiu, nem antes nem depois, em uma unidade política. Antes desta época, as fontes antigas revelam-nos como os gregos viam com naturalidade a influência de diversas culturas estrangeiras através de contatos com povos, como os egípcios e fenícios (afinal de contas, o alfabeto grego, do qual deriva nosso alfabeto latino, é uma adaptação direta do alfabeto fenício). Heródoto fornece-nos uma evidência desta nova identidade que distingue os gregos dos não gregos quando define o ser grego pela “[nossa] comunidade de sangue e língua, templos e rituais, e nossos costumes em comum” (HERÓDOTO, 1987, p. 144).

Na verdade, muitas cidades gregas aliaram-se aos persas durante a invasão por medo de serem destruídas pelo exército inimigo ou mesmo por acreditar que sairiam ganhando sob a dominação do rei persa. Este foi o caso de cidades como Argos e a região da Tessália, ao norte de Atenas, o que revela que o sentimento de unidade étnica e cultural dos gregos não foi absoluto, refletindo sua falta de unidade política. Porém, com a força estratégica da aliança entre Atenas e Esparta, as duas mais importantes e poderosas cidades gregas, os persas acabaram sendo derrotados em duas batalhas: no mar, em Salamina (480 a.C.), e em terra, em Plateia (479 a.C.). Expulsos da Grécia continental, os persas ainda sofreram nos anos seguintes o contra-ataque dos gregos na própria Ásia Menor, com as perdas da Jônia, da ilha de Chipre e da passagem do Helesponto, uma das principais rotas entre a Ásia e a Europa.

Nessa batalha pela expulsão dos persas, a aliança entre Esparta e Atenas enfraqueceu-se. Esparta defendia que não era necessário perseguir os persas longe da Grécia continental, já que sua liberdade já estava assegurada, e que também seria difícil controlar as longínquas cidades gregas da Ásia Menor, retirando seu exército de volta ao Peloponeso. Com isto, Atenas viu-se como líder única dos exércitos gregos contra a Pérsia e reuniu, no inverno de 478-477 a.C., as cidades-Estados gregas que ainda participavam da campanha para estabelecer uma aliança militar na cidade e

santuário sagrado de Delos. Para participar, as cidades deveriam fornecer navios ou pagar impostos para subsidiar os gastos com as expedições, criando um tesouro em comum. A Liga de Delos, como posteriormente se denominou esta aliança militar, foi o veículo para o crescimento de Atenas como força política dominante na Grécia no período seguinte.

A Liga de Delos e o imperialismo ateniense

Hegemonia

A palavra “hegemonia” vem do grego *hēgemonía*, que significa a ação do líder – *hegemon* (ἡγεμον). O contexto original, portanto, é apenas o de liderança militar, posteriormente estendida para “supremacia, influência preponderante exercida por cidade, povo, país etc. sobre outros”

Fonte: *Dicionário Houaiss*.

A **hegemonia** de Atenas na Liga de Delos dava-se pelos seguintes fatores: a superioridade naval ateniense – que permitiu novas vitórias sobre os persas, o controle do tesouro de Delos e da fidelidade das cidades-Estado aliadas, e também a liderança na crescente rivalidade com Esparta. Temístocles, um dos generais atenienses que haviam liderado os gregos na defesa contra a Pérsia, acentuou esta tensão entre as duas grandes potências militares gregas ao organizar a construção de uma longa muralha de defesa, ligando a cidade de Atenas ao porto de Pireu, tornando a cidade praticamente impossível de ser invadida (**Figura 3.2**). Como Esparta nunca havia se preocupado em construir muralhas ao seu redor, apoiando-se no controle do território circundante, a reação espartana foi de crítica e desconfiança sobre as intenções bélicas de Atenas em relação às outras cidades-Estados gregas, mais do que contra a própria Pérsia.

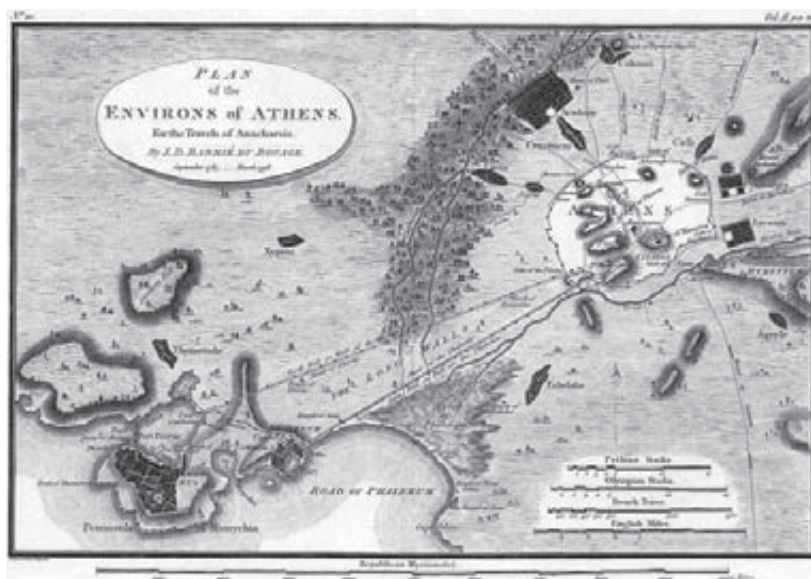


Figura 3.2: Mapa de Atenas no século XVIII, mostrando as muralhas reconstruídas, a partir do projeto de Temístocles, protegendo o caminho da cidade até o porto de Pireu.

Fonte: J. D. Barbie du Bocage, *The Travels of Anacharsis*, 1825.

Nas ações militares subsequentes, Atenas passou pouco a pouco a demonstrar interesse em mais ações do que combater a Pérsia, estabelecendo posições de influência no mar Egeu e beneficiando-se com o dinheiro arrecadado pelo tesouro. Um exemplo disto foi a expedição organizada pelos atenienses para auxiliar na revolta dos egípcios contra os persas, em 459 a.C., em que o interesse pelo acesso ao trigo egípcio certamente contou como grande atrativo. Os atenienses, no entanto, sofreram uma grande derrota no Egito, com suas forças navais destruídas pelos persas.

Mas enquanto as hostilidades contra os persas tornavam-se cada vez menos frequentes, já que estes haviam desistido de ampliar a parte ocidental do seu império, Atenas voltava-se para as divisões e revoltas dentro de sua própria Liga. Algumas cidades, tais como Naxos e Thasos, rebelaram-se contra os altos encargos tributários que eram forçadas a pagar ao tesouro em Delos, porém os atenienses forçaram-nas a se render e voltar à Liga, além de destruírem suas muralhas e demandarem o pagamento de indenizações. Logo o

tesouro seria transferido de Delos para a própria cidade de Atenas, que se beneficiava cada vez mais de sua preponderância sobre suas aliadas e do controle sobre o comércio marítimo do mar Egeu.

É em relação a esse período, da hegemonia de Atenas sobre a Liga de Delos, que muitos autores falam de um “imperialismo ateniense”. Como diz Peter Jones:

O processo foi demorado e gradual. A característica mais significativa desse processo talvez tenha sido o surgimento, na mente dos cidadãos atenienses comuns, da crença de que não apenas tinham o direito de gozar da prosperidade que vinha com os frutos do império, mas também de que o sucesso do sistema democrático radical e autoconfiante surgido em Atenas, em meados do século, estava intimamente ligado à posse do império (JONES, 1997, p. 22).

Esse “sistema democrático radical e autoconfiante” de Atenas é o que qualifica esse período como “clássico” na história da Grécia, pois é a época em que a democracia, enquanto modelo político radical, atinge o seu ponto máximo. Péricles, eleito diversas vezes **estratego**, foi o principal nome desta Atenas “clássica”, incentivando o desenvolvimento urbanístico da cidade, através da construção do famoso Partenon, templo da deusa Atena (**Figura 3.3**), promovendo as artes e a Filosofia; porém, embora os estudos sobre o mundo grego tradicionalmente considerem o chamado “século de Péricles” (ou seja, o século V a.C.) como o ápice da história da Grécia e modelo fundamental para a democracia no Ocidente, na verdade o governo de Péricles (**Figura 3.3**, detalhe) restringiu-se a um pequeno intervalo de algumas décadas entre dois períodos de guerras. A democracia ateniense, como foi discutido na disciplina História Antiga, considerava cidadãos apenas os homens adultos livres, nascidos de pai e mãe atenienses, ou seja, a participação política estava restrita a uma parcela muito pequena dos

Estratego

Em Atenas, o *estratego*, palavra que significa literalmente em grego “líder militar”, não era no século V a.C. apenas o comandante do exército dos cidadãos, mas também era responsável por uma série de atribuições políticas. Era eleito por um ano, com possibilidade de reeleições sucessivas.

habitantes da cidade, e o esplendor urbanístico e cultural de Atenas só foi possível devido à submissão das outras cidades participantes da Liga de Delos, através do pagamento de pesados impostos.

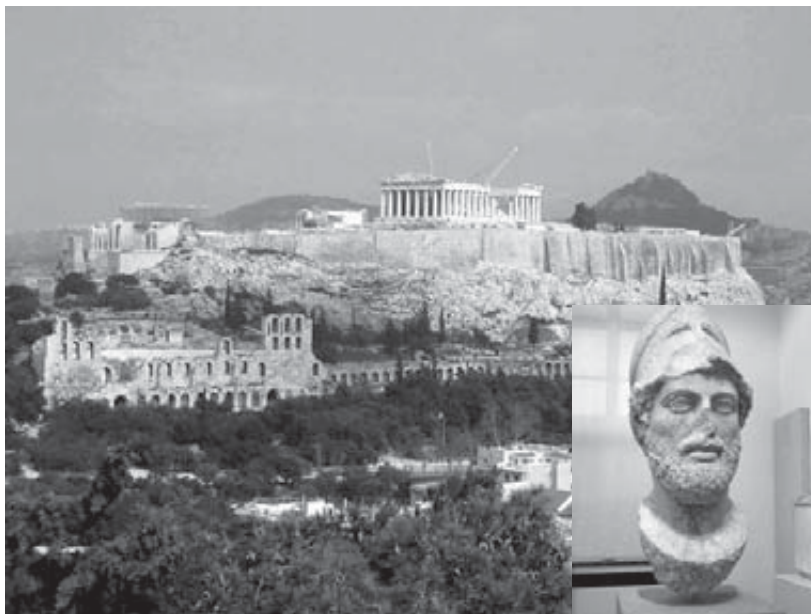


Figura 3.3: Na Acrópole de Atenas encontram-se as ruínas do Partenon, construído na época de Péricles (no detalhe, à esquerda).

Fontes: foto maior – Partenon - © Wikimedia Commons (Domínio Público) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Athens_Acropolis.jpg>; foto menor; busto de Péricles, Altes Museum, Berlim (fotografia da autora).

A Guerra do Peloponeso

Não demorou muito para que Esparta entrasse em conflito direto com Atenas pela hegemonia da Grécia. O historiador ateniense Tucídides (c. 460–c. 400 a.C.), que também foi general e lutou contra os espartanos, atribuiu os motivos da guerra claramente ao excesso das ambições (*hybris*) dos atenienses: “Eu considero que a verdadeira causa da guerra foi o temor que o crescimento do poder de Atenas inspirou nos lacedemônios [espartanos], obrigando-os à luta.” (I, 23, 6). Atenas havia se aliado à cidade de Argos, inimiga de Esparta, e também controlava Mégara, despertando a hostilidade de Corinto. Isto significava o início de uma presença

e domínio estratégico ateniense na região do Peloponeso, que até então havia sido facilmente controlada por Esparta. Corinto era também crucial, já que se localizava no istmo que ligava a região da Ática ao Peloponeso. Localize estas cidades e suas alianças no mapa (**Figura 3.4**):



Figura 3.4: A Grécia durante a Guerra do Peloponeso.

Fonte: © Wikimedia Commons (Domínio Público) http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Peloponnesian_War.png.

O discurso dos espartanos para conquistar aliados na guerra baseava-se na defesa da autonomia das cidades e na libertação do domínio de Atenas. Na verdade, o objetivo de Esparta estava ligado às suas próprias aspirações de liderança. Depois de várias batalhas e de um período intermediário de paz, as disputas pelo controle direto ou indireto das outras cidades-Estados gregas foram retomadas com força em 431 a.C., mas logo Atenas acabou sofrendo com invasões regulares dos espartanos em seu território. Mesmo protegida por

suas muralhas, a cidade teve sérios problemas de abastecimento, e a eclosão de uma severa peste agravou mais ainda o quadro, matando até mesmo Péricles.

Com derrotas cada vez maiores, em especial no fracasso de uma grande expedição à Sicília em 413 a.C., Atenas acabou por sucumbir à superioridade militar e estratégica dos espartanos, rendendo-se em 404. Esparta, também desgastada por longos anos de guerra, optou por não destruir a cidade de Atenas, mas controlou o território ateniense por algum tempo.

A crise política no século IV a.C.

A estratégia adotada por Esparta para controlar as cidades gregas logo se mostrou ineficaz. Os espartanos decidiram instalar nas cidades ocupadas um grupo de **oligarcas**, dez na maioria das cidades e 30 em Atenas, que perseguiram seus adversários políticos e foram altamente impopulares; logo, as disputas em Atenas se voltaram para o restabelecimento da democracia. Além disto, assim como Atenas havia feito com as cidades da Liga de Delos, Esparta também privilegiava seus interesses perante suas aliadas e concentrava para si os espólios conquistados, porém as grandes baixas de seu exército e a luta prolongada enfraqueceram os espartanos, e cidades aliadas, como Tebas e Corinto, conseguiram conquistar uma autonomia maior.

Os persas continuaram interferindo na política grega. Esparta passou novamente a se envolver em guerras contra a Pérsia na Ásia Menor, o que desta vez fez com que os persas auxiliassem Atenas a se reerguer como força militar, para se contrapor mais uma vez a Esparta. A "Paz do Rei", arbitrada por Artaxerxes em 386 a.C., significou pela primeira vez uma paz comum a todas as cidades gregas e não apenas a algumas cidades específicas. De acordo com o decreto, os persas retomariam o controle das cidades gregas da Ásia Menor, e na Grécia continental todas as cidades deveriam ter sua autonomia garantida.

Oligarquia

Significa, em grego, o "governo de poucos", especialmente quando voltados à promoção dos próprios interesses.

Esparta continuou insistindo na tentativa de se fazer prevalecer militarmente perante a Grécia, porém não foi Atenas que freou os espartanos desta vez, mas sim Tebas, que acabou estabelecendo uma breve supremacia na década de 360 a.C. Os tebanos conseguiram finalmente aplicar uma estratégia que vencesse a poderosa falange espartana e também auxiliaram os rebelados da região da Messênia, estratégica para Esparta, mas mesmo seu domínio também não durou por muito tempo. De fato, como explica Peter Jones:

O que havia sido criado era um equilíbrio em que nenhuma cidade podia exigir posição predominante. (...) Competitivas, autoafirmativas e profundamente desconfiadas dos vizinhos, as cidades nunca foram capazes de unir-se numa associação dos gregos que fosse mais extensa, solidária e única. (...) Num mundo como esse, qualquer cidade que parecesse almejar a preeminência causaria inevitavelmente a união das demais cidades para resistir à sua influência. Forçosamente, haveria de surgir um equilíbrio (JONES, 1997, p. 49).



Atende ao Objetivo 1

1. Assim como Tucídides, o historiador grego Xenofonte também foi general, mas serviu em um exército mercenário, contratado por Ciro, irmão do rei persa Artaxerxes II e pretendente ao trono. Entre diversas obras, Xenofonte escreveu uma continuação da história de Tucídides, tratando do período entre o fim da Guerra do Peloponeso e a Segunda Guerra de Mantinea (362 a.C.), que selava a predominância de Tebas sobre os gregos. Leia o texto de Xenofonte e responda à questão que segue:

Quase toda a Grécia havia se engajado de um lado ou outro e todos imaginavam que, se houvesse uma batalha, o vencedor se tornaria o poder dominante e os perdedores se subordinariam a ele. (...) Ambos os lados [tebanos e espartanos] proclamaram a vitória, mas não se pode dizer que, em relação à aquisição de novos territórios, cidades ou poder, um dos lados estivesse em melhor situação após a batalha do que o outro. Na verdade, havia ainda mais incerteza e confusão na Grécia após a guerra do que houvera antes (XENOFONTE, 1985).

Explique a ideia de Xenofonte: por que havia na Grécia tanta incerteza e confusão em 362 a.C.? Como esta situação relaciona-se com a configuração política grega?

Resposta Comentada

A fragmentação política das cidades-Estados gregas sempre se mostrou problemática quando era necessária qualquer união de interesses. Os gregos conseguiram uma frágil união para expulsar os persas da Europa, mas nunca uma cidade conseguiu sobrepujar todas as outras completamente. Com o passar do tempo, como vimos na análise de Peter Jones, nem Atenas nem Esparta, ou mesmo Tebas, conseguiram unificar os gregos, tão zelosos da autonomia de suas cidades.

A região da Macedônia

A Macedônia situava-se ao norte da Grécia, acima das planícies da Tessália, e pode ser dividida em termos geográficos em Inferior e Superior. A Macedônia Inferior compreende a planície onde se situava a capital do reino, Péla, e as regiões propícias à agricultura, que ainda assim precisaram de projetos de drenagem de pântanos e irrigação sob Filipe II. A região mais ao norte, a Macedônia Superior, é montanhosa, e ali já havia séculos tinham se instalado tribos de pastores que praticavam a **transumância**. Mesmo depois da unificação destas regiões por Filipe II, não foi fácil submeter estas tribos isoladas e seus chefes, praticamente autônomos por conta de seu isolamento.

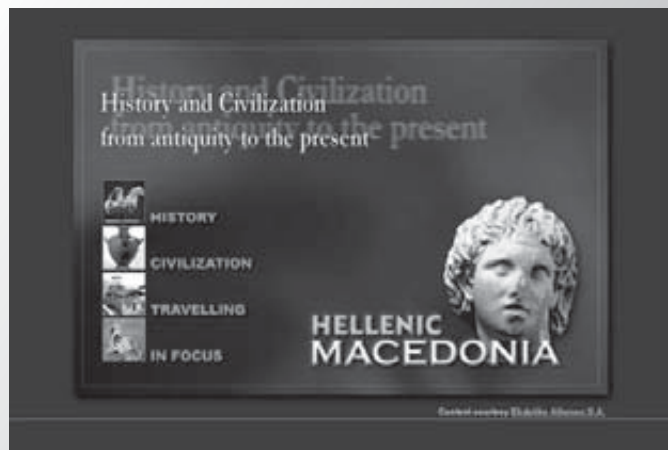
Transumância

Migração periódica de rebanhos, especialmente de carneiros, da planície para as altas montanhas, no verão, e vice-versa, no inverno.

Fonte: *Dicionário Houaiss*.



Uma excelente fonte de informações sobre a história da Macedônia está em <http://www.macedonian-heritage.gr/HellenicMacedonia>. O site está em inglês, mas é também possível navegar por dezenas de imagens ilustrativas sobre o tema da aula.



Fonte: <http://www.macedonian-heritage.gr/HellenicMacedonia/>

No século VII a.C., uma dinastia estabeleceu-se nas planícies centrais da Macedônia, os argéadas, fundando uma capital, Aigai (a atual cidade de Vergina), mas com uma configuração política bastante diferente da Grécia clássica. Se mais ao sul, a grande característica política era o modelo das cidades-Estados autônomas, ou *poleis* (plural de *pólis*), os reinos ao norte da Grécia, como o Épiro, a Ilíria e a própria Macedônia, eram caracterizados pelo *ēthnos*, ou seja, “etnia”, “povo”, “nação”, ligados pela submissão a uma dinastia real. Mesmo assim, as fontes indicam-nos que os reis macedônicos não tinham sua sucessão garantida apenas por hereditariedade ou por pertencerem à família real: cada novo rei devia se submeter à aprovação do povo e, principalmente, do exército.

Com tantos costumes diferentes, muitas vezes os macedônios não eram considerados realmente gregos pelos seus vizinhos ao sul, embora falassem uma variação da língua grega e os reis argéadas reivindicassem ser descendentes de Hércules.

Como diz Heródoto sobre Alexandre I (495-442 a.C.):

Eu sei (...) que os descendentes de Pédicas são gregos, assim como afirmam. Isso foi reconhecido pelos organizadores dos Jogos Olímpicos, quando Alexandre quis competir e seus adversários gregos tentaram excluí-lo, afirmando que estrangeiros não podiam participar. Porém, Alexandre provou sua ascendência argiva [grega] e foi aceito como grego para se inscrever na corrida (HISTÓRIAS, V, 22).



A disputa pelo “Sol de Vergina”

Até hoje, existe uma divisão entre a Macedônia Inferior e a Superior. A Macedônia Inferior faz parte da Grécia, enquanto que a Macedônia Superior fazia parte da Iugoslávia e tornou-se independente em 1991. Existe hoje uma luta acirrada pelos direitos legítimos de uso do nome “Macedônia” entre estas duas regiões. Ao contrário de muitas ocasiões no mundo antigo, os gregos de hoje afirmam que a Macedônia é grega e acabaram forçando a Macedônia independente a adotar o nome oficial de Antiga República Iugoslava da Macedônia. A disputa também reflete-se nas bandeiras das regiões:



Macedônia grega

Antiga República Iugoslava da Macedônia (até 1995)

Antiga República Iugoslava da Macedônia (após protestos gregos)

Figura 3.5: Bandeiras da região grega da Macedônia e da Antiga República da Iugoslávia antes e depois dos protestos gregos contra o uso de seu “símbolo nacional”, o “Sol de Vergina”.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Disputa_sobre_o_nome_da_Macedônia

Filipe II e a Liga de Corinto

Após uma sucessão de reis militarmente fracos, Filipe II subiu ao trono em 360 a.C., inaugurando uma política de crescimento econômico e expansão territorial. Seus primeiros passos para a dominação da Grécia foram ao norte, subjuguando as tribos bárbaras vizinhas e os trácios e ilírios que faziam fronteira com o território macedônico. Também foi estratégica a vitória sobre antigas colônias na costa do norte do mar Egeu, como Potideia (colônia de Corinto)

e Anfípolis (colônia de Atenas). Depois disto, Filipe envolveu-se nas guerras entre as cidades-Estados gregas, já decadentes enquanto forças políticas e militares, e tomou o controle da região da Tessália, abundante em recursos para seu exército, como cavalos e grãos.

Os atenienses logo declaram guerra a Filipe, a princípio por causa da conquista de Anfípolis, sua colônia. Os famosos discursos do orador Demóstenes, chamados de *Filípicas*, são uma tentativa de alertar os atenienses para os planos de expansão e domínio dos macedônios, defendendo a liberdade de Atenas e a formação de uma aliança contra Filipe. Porém, o rei empregou com habilidade não só a sua força militar como também a sua diplomacia, fazendo-se líder da recém-fundada Liga de Corinto após a vitória na batalha de Queroneia, em 338 a.C., sobre uma aliança das cidades gregas liderada por Atenas e Tebas. Esta batalha é considerada por muitos historiadores, principalmente os que privilegiam a importância do estudo da Grécia clássica em detrimento do período helenístico, como um divisor de águas na história grega. Isto ocorre porque aquele conflito significou o fim do período da hegemonia das *poleis* independentes e autônomas, como Atenas e Esparta, e inaugurou um período de submissão a monarquias e impérios que iria continuar com a dinastia dos antigônidas e, posteriormente, com os romanos.

Filipe II liderava a Liga de Corinto nominalmente como *hegemon* (de onde vem o termo “hegemonia”), ou seja, comandante supremo de uma associação de cidades, juntamente com o reino da Macedônia. A princípio, o objetivo da Liga de Corinto era reunir forças militares para uma invasão da Pérsia, vingando a Grécia da antiga ocupação persa que ainda continuava sobre as cidades gregas da costa da Ásia Menor. Na verdade, a posição de liderança absoluta e incontestada de Filipe II, sustentada pelo seu poderio militar, fazia com que a Liga fosse apenas um instrumento para a continuidade dos seus objetivos de expansão territorial. É interessante notar que o rei nunca anexou de fato a Grécia como parte de seu reino, o que revela que seus planos estavam na verdade voltados para a conquista do Oriente.

Filipe II (**Figura 3.6**) foi assassinado em 336 a.C., sob circunstâncias nebulosas. Seu filho, Alexandre, então com 20 anos de idade, iria não apenas sucedê-lo no trono, mas também continuar os planos militares do pai com muito mais sucesso do que este jamais havia planejado.

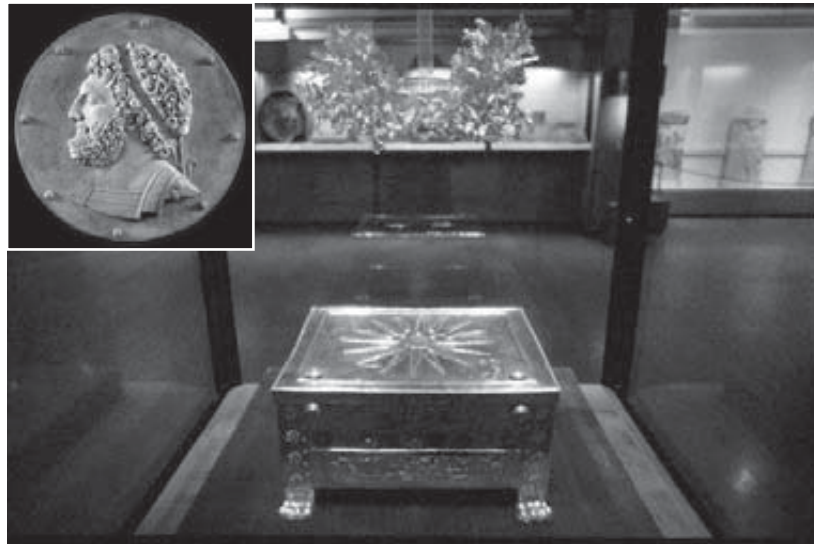


Figura 3.6: Ataúde de ouro e diadema funerário de Filipe II (retratado no detalhe), expostos no museu construído no túmulo do rei macedônio, em Vergina. Repare no símbolo do sol, o mesmo das bandeiras mostradas antes.

Fontes: © Wikimedia Commons (Domínio Público) http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Phillip_Museum.jpg e http://picasaweb.google.com/lh/photo/2hmUi_dXDGI4ExOz3uTxwA - © Creative Commons (detalhe).

A falange macedônica

Como foi possível que em tão pouco tempo um reino periférico e inexpressivo se tornasse uma força militar e política tão importante, a ponto de submeter toda a Grécia e vencer os persas?

Em primeiro lugar, como já vimos, a Grécia nunca antes esteve tão fragmentada e desgastada, depois de tantas décadas contínuas de guerras. Nenhuma das principais cidades-Estados conseguia

mais impor sua hegemonia sozinha perante as outras; mesmo Tebas, a cidade mais poderosa na metade do século IV a.C., só venceu Esparta auxiliada por Atenas e outros exércitos aliados.

Em segundo lugar, temos a superioridade estratégica macedônica. Segundo o relato de Diodoro Sículo, historiador grego do século I a.C., o fator que mais influenciou o sucesso de Filipe II perante o resto da Grécia foi a reforma militar e tática implantada no exército macedônio, o que permitiu vitórias eficientes e avanços rápidos. A formação clássica do exército grego, a **falange hoplita**, foi aperfeiçoada com a adoção de algumas medidas importantes:

- Introduziu-se para a infantaria o uso da *sarissa*, uma lança de aproximadamente 5 metros de altura, que era segurada com as duas mãos pelos soldados dispostos em um bloco compacto, denominado falange macedônica. Com a *sarissa*, a falange macedônica podia marchar em formação de ataque e alcançar as tropas inimigas antes que estas pudessem se aproximar o suficiente para atacar.
- O uso da falange macedônica só se tornou viável devido a um treinamento rígido e contínuo dos soldados, para que soubessem manter sempre a formação quando em batalha. Para se dedicar a este treinamento, os soldados macedônios precisaram se tornar um corpo especializado, profissional. Já os soldados das falanges hoplíticas eram cidadãos que se mobilizavam esporadicamente, interrompendo seu trabalho para defender os interesses de defesa ou expansão de sua cidade toda vez que isto fosse necessário.
- A falange macedônica era altamente vulnerável se atacada pelos lados ou por trás, como pode ser visto na **Figura 3.7**:

Falange hoplita, ou hoplítica: unidade de infantaria utilizada pelas cidades-Estados gregas, a partir do fim do período arcaico, no século VIII a.C. Podiam participar das falanges os cidadãos que tivessem renda suficiente para poder adquirir as armas hoplíticas, que no mínimo se constituíam de escudo, lança, capacete e espada, mas também podiam incluir armaduras para o peito, os braços e as pernas. O surgimento dos hoplitas ajudou a marcar a transição dos governos aristocráticos para as democracias no período clássico.



Figura 3.7: A falange macedônica em formação de ataque.

Fonte: May, Elmer; Stadler, Gerald; Votaw, John; Griess, Thomas (series ed). *Ancient and Medieval Warfare: The History of the Strategies, Tactics, and Leadership of Classical Warfare*. New Jersey, United States: Avery Publishing Group, 1984.

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Makedonische_phalanx.gif

Para corrigir essa deficiência tática, o exército macedônico utilizava uma cavalaria altamente especializada, que se alinhava ao lado da falange nas batalhas, e tropas de infantaria auxiliares, que se posicionavam atrás da falange.

Filipe II sistematizou uma hierarquia militar que reforçava os laços sociais entre a aristocracia macedônica e o poder real, o que pode ser visto pela nomenclatura das diferentes partes do exército. A cavalaria de elite, que acompanhava diretamente o rei na corte e nas batalhas, compunha os *hetairoi*, que em grego significa “companheiros”. Já os membros da falange eram denominados *pezhetairoi*, “companheiros a pé”. Este aspecto de manutenção de laços pessoais no exército foi posteriormente fundamental para manter a coesão das tropas macedônicas nas campanhas de Alexandre e institucionalizou-se posteriormente com os generais que formaram as dinastias helenísticas – os *hetairoi* tornaram-se títulos honoríficos de cargos políticos para os homens de confiança dos reis.

Ao mesmo tempo que se desenvolvia esse exército profissionalizado e ligado por laços pessoais ao monarca, outra tendência distanciou ainda mais a sociedade deste período daquela da Grécia clássica, em que os soldados-cidadãos lutavam por suas *poleis*. Depois da Guerra do Peloponeso, tornou-se cada vez mais

comum o uso de mercenários nos exércitos, homens que podiam atuar como soldados em qualquer exército, desde que recebessem pagamento por seus serviços. O exército de mercenários gregos liderados por Xenofonte, que citamos na aula passada, é um bom exemplo deste expediente, utilizado também por Filipe II.



Atende ao Objetivo 2

2. Para esta atividade, trabalharemos com uma fonte epigráfica. O texto a seguir é adaptado de uma inscrição encontrada na cidade de Pérgamo e datada entre 263 e 241 a.C., em que o rei Eumenes faz um pacto com os mercenários contratados que haviam se rebelado por quatro meses. Leia o texto com atenção e responda às perguntas que seguem.

Exigências que Eumenes, filho de Fileteros, concedeu aos soldados: pagar o equivalente ao preço dos grãos 4 dracmas por medimno [1 medimno = aprox. 52 litros], e ao preço do vinho 4 dracmas por metretes [1 metretes = aproximadamente 37 litros]; quanto ao ano [de serviço], contará por um período de dez meses, sem meses intercalares; quanto aos que cumpriram o número total de campanhas e que não estão em serviço: que recebam o pagamento pelo tempo que serviram; (...) quanto aos impostos: a isenção dos impostos concedida no ano 44 [do reino de Eumenes, ou seja, 268 a.C.] continuará: o soldado que estiver fora de serviço ou pedir baixa será dispensado e poderá levar embora seus bens sem pagar impostos; quanto ao pagamento que Eumenes concordou para os quatro meses [da revolta]: será concedido e não contará como pagamento regular (AUSTIN, 2006, p. 402-404).

Quais eram as diferenças entre o exército helenístico de Eumenes e os exércitos das cidades na Grécia clássica?

Quais eram as vantagens e desvantagens do uso de mercenários no exército e como isto aparece no texto?

CONCLUSÃO

Nesta aula, voltamos quase dois séculos antes do período helenístico para mostrar como a situação de disputas e alianças entre as cidades-Estados gregas foi o fator que determinou o sucesso da expulsão dos persas, mas também a posterior desintegração das forças políticas na Grécia continental. Neste sentido, a ascensão de Filipe II combinou sua própria capacidade de liderança com as circunstâncias favoráveis no resto do mundo grego para que um rei – e não mais uma cidade – finalmente unisse e liderasse os gregos contra o Império Persa.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

O período helenístico incorpora um paradoxo: a extensão da cultura e da influência da Grécia no mundo de fala não grega ocorreu após o declínio das maiores cidades gregas, como Atenas, Esparta e Tebas, e como resultado do surgimento do que alguns gregos mais ao sul não consideravam um reino grego, a Macedônia (SHIPLEY, 2000, p. 33).

Como foi possível que ocorresse esse paradoxo apontado por Shipley?

Como Filipe II conseguiu expandir a influência da Grécia e voltar-se com força contra os persas no próprio Oriente de uma maneira que as cidades-Estados gregas nunca conseguiram?

Resposta Comentada

Dois fatores distintos são importantes na resposta, que são o estado das forças políticas na Grécia, resultantes do processo que discutimos na primeira parte da aula, e as características específicas do sucesso de Filipe II, como unificador e líder militar. Assim, fica mais claro entender como seria possível apenas a um “grego periférico”, ou seja, um macedônico, e não às cidades-Estados tradicionais a expansão rumo ao Oriente.

RESUMO

Foi com as Guerras Médicas, defendendo-se da invasão persa, que os gregos uniram-se pela primeira vez em torno de um objetivo político comum, já que as *poleis* gregas nunca formaram uma unidade territorial. Porém, com a expulsão dos persas da Grécia, Atenas e Esparta passaram a disputar a supremacia sobre os gregos, através de alianças políticas, econômicas e militares, e esta disputa resultou em uma guerra que acabou por minar a força de ambas, a

Guerra do Peloponeso. Embora Esparta saísse vencedora a princípio, o século IV a.C. foi um período em que as grandes cidades-Estados gregas estavam enfraquecidas e desgastadas demais para manter a supremacia por muito tempo.

Foi neste vácuo de poder que o rei da distante Macedônia, Filipe II, conseguiu impor sua força militar, reunindo os gregos sob seu comando e preparando o terreno para a conquista do Oriente, com o propósito de finalmente derrotar os persas. A monarquia macedônica era vista a princípio como um mundo distante da Grécia das cidades-Estados, não só em termos geográficos como também institucionais. No entanto, Filipe II conseguiu pacificar e dominar toda a região do norte da Grécia, e, com a ajuda da inovação da falange macedônica, impôs rapidamente seu domínio e influência às regiões ao sul, da Ática ao Peloponeso.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos como se deram as campanhas de Alexandre, o Grande, e como ele conseguiu formar um império tão vasto em tão pouco tempo. Também analisaremos como seus sucessos militares até então inéditos e sua vida fugaz ajudaram a criar a imagem do general ideal, que se consolidou após sua morte.

Aula 4

As conquistas de Alexandre e a construção da imagem do grande general

Juliana Bastos Marques

Meta da aula

Apresentar as conquistas do império de Alexandre, ressaltando as estratégias discursivas e simbólicas na construção de sua imagem.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os motivos e o significado das campanhas militares de Alexandre pela Ásia e pelo Egito;
2. reconhecer e avaliar a construção da imagem de Alexandre como o paradigma ideal de general.

Pré-requisito

Nesta aula, iremos ampliar o que foi apresentado sobre Alexandre na Aula 15 de História Antiga. É importante que você reveja os conceitos apresentados nessa aula.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula passada, o mundo grego mudou totalmente com a expansão de Filipe II. Vindo de um reino periférico ao norte, que nem sempre foi visto pelos gregos como parte de seu próprio mundo, o rei macedônico conquistou rapidamente a hegemonia política sobre as cidades-Estados da Grécia clássica, graças à sua perspicácia política e habilidade militar.

Atenas, Esparta e Tebas haviam sido as principais cidades a fazer valer sua força militar, política e econômica após a vitória sobre os persas no século IV a.C., mas sua incapacidade de conseguir unificar o território grego sob um único comando acabou fazendo com que fossem adversários fáceis para um conquistador ambicioso e com uma tática militar superior. No entanto, a ilusão de autonomia política permaneceu sob o domínio macedônico através da Liga de Corinto.

Na verdade, os planos de Filipe II incluíam muito mais do que uma vitória sobre os gregos: seu objetivo era nada menos do que livrar todos os gregos da dominação persa. Afinal, esse quadro ainda era realidade nas cidades gregas da Ásia Menor, e o rei considerava fundamental derrotar os persas em seu próprio território. Ao morrer, vítima de uma intriga palaciana, Filipe II deixava um herdeiro – jovem, talentoso e ainda mais ambicioso do que o pai – para continuar essa tarefa.

A ascensão e o roteiro das conquistas de Alexandre

Alexandre III nasceu em 356 a.C., filho de Filipe II com sua terceira esposa, Olímpias. Os casamentos de Filipe foram todos arranjados com o propósito de compor alianças políticas, e este não foi diferente. Olímpias, seguidora de *rituais iniciáticos* incomuns com uso de magia e cobras, era a filha do rei de Épiro, um reino situado a oeste da Macedônia. No entanto, muitos biógrafos de

Rituais iniciáticos

Os rituais religiosos no mundo antigo eram geralmente oficiais e de caráter público, abertos a todos. No entanto, algumas religiões previam o direito à participação no culto de um determinado deus ou deusa apenas depois de o candidato passar por um ritual de iniciação.

Assim, o grupo permanecia fechado e mantinha segredo sobre sua relação com a divindade. Exemplos de cultos iniciáticos são o de Dioniso (praticado por Olímpias) e o de Deméter e Perséfone.

Alexandre defenderam a ideia de que as origens de Alexandre fossem mais grandiosas: ele seria filho de Zeus-Amon, que havia se disfarçado de humano para se encontrar com Olímpias, e também descendente do herói Aquiles. O próprio Alexandre contribuiu para isso, segundo contam esses autores, ao levar para o travesseiro à noite sempre uma cópia da *Ilíada* (**Figura 4.1**).

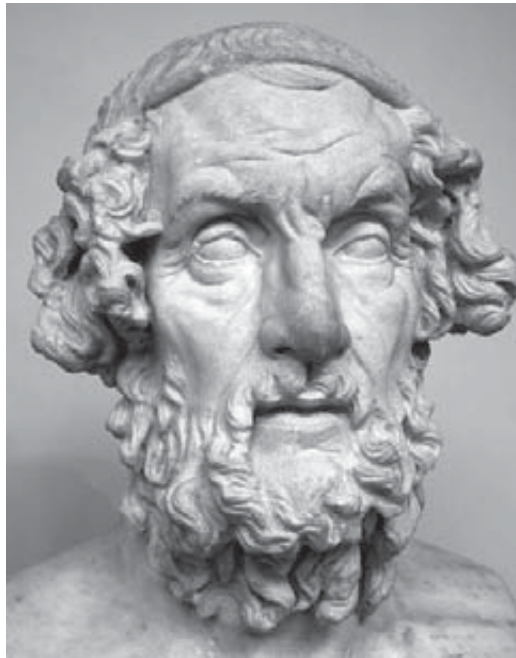


Figura 4.1: Busto de Homero, exposto no Museu Britânico. Homero foi o autor da *Ilíada*, poema épico grego que narra os acontecimentos ocorridos no período de pouco mais de 50 dias, durante o último ano da Guerra de Troia.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1c/Homer_British_Museum.jpg/476px-Homer_British_Museum.jpg

Consta que seu tutor na juventude teria sido o filósofo Aristóteles, e muito do que se especula sobre o caráter e a personalidade de Alexandre baseia-se na influência das ideias do filósofo sobre o governo e a vida. De fato, embora por volta de vinte autores contemporâneos a Alexandre o tenham biografado, pouco sabemos sobre as motivações pessoais que o tornaram um

general tão extraordinário. Os estudos atuais ainda se esforçam para entender por que razões ele teria se dedicado à conquista ininterrupta de tantos territórios até morrer: queria ele explorar e dominar todo o mundo conhecido? Daí, vemos as caracterizações que o retratam como um sonhador, visionário e filósofo. Ou então, teria sido ele ambicioso em demasia, conquistando um território muito maior do que poderia administrar e perdendo-se nos excessos do poder? Essa é uma visão por trás das tentativas de explicação de sua misteriosa e precoce morte, em meio a festas e bebedeiras.

Mesmo se nos concentrarmos apenas nos fatos concretos, que todas as fontes confirmam, podemos sem dúvida ver que desde cedo Alexandre já demonstrava um talento inato para as artes militares e estratégicas. Aos 18 anos, foi encarregado por Filipe para liderar a ala esquerda da cavalaria macedônica na Batalha de Queroneia, que vimos na aula passada.



Aristóteles

Filósofo grego do século IV a.C. e discípulo de Platão, fundador da escola peripatética e do Liceu de Atenas. Escreveu sobre diversos assuntos relacionados à Filosofia e à Ciência, e é considerado um dos pais do pensamento ocidental. Algumas de suas obras mais importantes são a *Física*, sobre o funcionamento da natureza; a *Poética*, base da teoria literária ocidental; a *Ética a Nicômaco*, sobre como se deve viver a vida com princípios éticos, e a *Política*, em que discute a organização da sociedade humana.

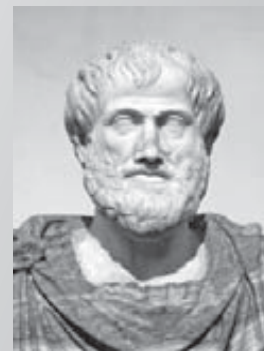


Figura 4.2: Busto de Aristóteles, cópia romana. Museu Nacional Romano, Palazzo Altemps (coleção Ludovisi).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Aristotle_Altemps_Inv8575.jpg

Filipe II casou-se mais uma vez em 337 a.C., com a filha de Átalo, membro da nobreza macedônica, afastando Olímpias e Alexandre da corte. Rompido com o pai, este volta para a Macedônia apenas no ano seguinte, em que Filipe é assassinado por um amante preterido. A sucessão ao trono não se fez sem questionamento, pois vários outros pretendentes apresentavam-se como legítimos sucessores. A ascendência estrangeira de Olímpias pesava como critério para excluir Alexandre do trono, mas no final pesou o apoio dos comandantes do exército, bem como a ambição do jovem.

Tornado rei aos 20 anos de idade, em 336 a.C., Alexandre tratou rapidamente de consolidar seu poder sobre a elite macedônica e sobre o império que seu pai já havia conquistado, suprimindo com rapidez algumas revoltas nos territórios próximos. Tanto as tribos ao norte quanto as cidades gregas ao sul tentaram se aproveitar da instabilidade sucessória para retomar sua independência, mas Alexandre mostrou-se firme e logo tinha todos os territórios sob controle novamente.

Entre as cidades rebeladas, o caso de Tebas foi excepcional. Alexandre destruiu completamente a cidade, ordenando a queima, o saque e a derrubada de todas as casas e edifícios – menos os templos e a casa de Píndaro, grande nome da poesia épica que havia vivido na cidade cem anos antes. Com Tebas arrasada e seus habitantes escravizados, as outras cidades gregas submeteram-se rapidamente e concordaram em se juntar aos macedônios na expedição militar que Filipe havia planejado contra os persas e que Alexandre agora punha em prática.

Conquistando o Oriente



Figura 4.3: Mapa com as conquistas e o império de Alexandre, o Grande. As setas pretas indicam a sequência da marcha do exército macedônico.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:MacedonEmpire.jpg>

Vamos ver em linhas gerais como se deram a expedição do exército de Alexandre e a conquista do Egito e da Ásia Menor, nos 11 anos em que o general percorreu o imenso território, mostrado no mapa da **Figura 4.3**. Como você viu, a princípio a expedição de Alexandre concentrou-se na liberação das cidades gregas da Ásia Menor, que continuavam submissas aos persas. As descrições das fontes fornecem-nos diversos elementos para perceber que a propaganda política, e não apenas a demonstração do poderio militar, era uma preocupação importante e estratégica de Alexandre. Assim, quando seu exército atravessou o estreito do Helesponto, que separa a Grécia da Ásia, o simbolismo do evento não passou despercebido: o general fez um sacrifício aos deuses perante o túmulo de Protesilau, que havia sido, segundo Homero, o primeiro grego a chegar à Ásia, quando começou a guerra de Troia. Lá chegando, também fez sacrifícios no que se acreditava serem as tumbas de Aquiles e Ajax, grandes heróis gregos dessa guerra.

É importante notar que, ao contrário do que acontece em muitos governos laicos de hoje, o que chamamos de propaganda política no mundo antigo estava sempre ligado à religião – demonstrações de piedade perante os deuses eram explicitadas, bem como quaisquer evidências de favorecimento divino ao destino de Alexandre. É difícil saber até que ponto foi uma construção pura e simples das narrativas dos cronistas antigos, ávidos por reforçar a imagem do general invencível, ou se ocorreram realmente com impacto sobre o apoio das populações locais.



Alexandre e o nó górdio

Existe uma expressão em português que é derivada de uma dessas propagandas políticas de Alexandre: “cortar o nó górdio”. Segundo o *Dicionário Houaiss*, o nó górdio é um “empecilho aparentemente insuperável; dificuldade que parece não ter solução”. Segundo o historiador grego da Antiguidade Calístenes de Olinto (c. 360 a.C.-328 a.C.), quando Alexandre chegou à cidade de Górdio, levaram-no a um enorme e complexo nó entre duas cordas dentro do palácio, cujas pontas não se podia descobrir. A tradição dizia (ou assim nos apresenta Calístenes) que quem desfizesse o nó reinaria por toda a Ásia. Impaciente perante o enigma, Alexandre simplesmente pegou sua espada e cortou o nó, de súbito. Fica a pergunta: a História revelaria o destino grandioso de Alexandre, como quis demonstrar Calístenes, ou foi manipulada para ilustrar o mito em torno do general?



Figura 4.4: Alexandre corta o nó górdio. Óleo sobre tela de Jean-Simon Berthélemy (1743-1811).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alexander_cuts_the_Gordian_Knot.jpg

Vencendo os persas em rápidas batalhas na costa da Ásia Menor, tanto em terra quanto no mar, Alexandre apresentou-se às cidades gregas como um grego “libertador” do domínio persa. Porém, a historiografia sobre o período debate-se sobre a questão de ter sido de fato essa uma libertação ou apenas uma mera troca de poderes. De fato, a maior mudança prática para elas foi a troca do pagamento do imposto aos persas para uma “contribuição” aos macedônios, tanto em dinheiro quanto em soldados. Cidades que se recusaram a colaborar, como Mileto, foram rapidamente forçadas a mudar de ideia.

Descendo a costa oriental do Mediterrâneo, o exército de Alexandre finalmente se encontrou com as forças persas do rei Dario III, na famosa Batalha de Issus (**Figura 4.5**), perto de onde hoje é a fronteira da Turquia com a Síria. Alexandre conseguiu não apenas vencer os vastos exércitos persas como também capturou a mãe, a esposa e as filhas de Dario, que fugiu de volta para o leste. Uma série de cartas diplomáticas seguiu-se, em que Dario

Sátrapa

Sátrapa quer dizer “protetor da terra/país” e era o nome dado aos governantes das províncias, chamadas satrapias, nos antigos impérios Aquemênida e Sassânida da Pérsia. Cada satrapia era governada por um sátrapa, que era nomeado pelo rei. Para evitar a corrupção, o Rei dos Reis (imperador persa) possuía uma rede de espões que foi chamada de “os olhos e ouvidos do Rei”. Após a conquista de Alexandre, o Grande, esse sistema de administração foi mantido.

passou a se encolher cada vez mais perante a atitude desafiadora de Alexandre e as suas conquistas cada vez maiores. No entanto, o Império Persa era enorme, e era necessário ainda dobrar a aliança dos **sátrapas** locais na região do Levante (Síria, Líbano e Israel) e dominar o estratégico Egito.



Figura 4.5: A Batalha de Issus ocorreu em 333 a.C., próximo à cidade de Issus, na Ásia Menor, na qual o rei macedônio Alexandre, o Grande, venceu Dario III, rei dos persas.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/ae/Battle_of_Issus.jpg/800px-Battle_of_Issus.jpg

Conquistada a costa, Alexandre seguiu para o Egito, em vez de rumar diretamente para a Pérsia. Lá chegando, conseguiu facilmente dominar o sátrapa local e foi recebido como libertador pelos egípcios, cansados do opressor domínio persa. O *Romance de Alexandre*, que estudaremos a seguir, menciona que Alexandre foi coroado em Mênfis como legítimo faraó, validando um boato local de que ele seria na verdade filho do último faraó egípcio, antes da chegada dos persas. No Egito, mais uma vez Alexandre procurou a religião para legitimar a força de sua figura: o general seguiu para oeste em busca do santuário de Amon, deus egípcio que era interpretado pelos gregos como a versão local de Zeus (**Figura 4.6**). No oráculo do santuário, foi saudado como filho do deus e logo também ele próprio divinizado enquanto vivo. Nos séculos

seguintes, começaram a aparecer outros governantes, divinizados enquanto vivos ou logo após mortos: a prática parece ter surgido com esse episódio de Alexandre.



Figura 4.6: Estátua de Zeus-Amom sentado no trono com carneiros, proveniente de Chipre (século III a.C.). Museu do Louvre.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Zeus_Ammon_Louvre_MNB316.jpg

Ao voltar do oráculo, Alexandre fundou a cidade de Alexandria, na foz do rio Nilo, com a intenção de criar uma sede administrativa para seu império e congregar gregos e macedônios na região. Muitas outras cidades chamadas Alexandria foram fundadas depois no Oriente, mas, como veremos nas próximas aulas, a capital tornou-se a cidade mais importante do mundo antigo, ao menos até o surgimento de Roma. Alexandria representou o amálgama cultural que se tornou a sociedade do período helenístico.

Voltando para o caminho da Pérsia, ainda faltava Alexandre derrotar Dario definitivamente, o que aparenta ser um objetivo muito maior do que simplesmente liberar os gregos do domínio persa. A partir deste momento, segundo os cronistas antigos, Alexandre já pretendia conquistar e explorar todo o mundo conhecido.

E, para isso, era necessário primeiro conquistar a capital do Império Persa, Babilônia. As forças de Dario concentraram-se na planície de Gaugamela, ao lado do rio Tigre e bem ao norte da capital, esperando o exército de Alexandre, em uma estimativa de sete soldados persas para um macedônio. No entanto, a falange macedônia e a estratégia de Alexandre provaram ser superiores e venceram a batalha, com Dario fugindo novamente. Com o caminho livre, o general entrou na cidade de Babilônia, aclamado como o novo rei dos persas e não mais como um libertador ou um conquistador estrangeiro.

A administração dos territórios conquistados

Com as primeiras medidas administrativas que tomou na Babilônia, Alexandre já demonstrava que seguiria modelos orientais em seu governo. Manteve em seus postos muitos sátrapas persas, que mudaram de lado e juraram fidelidade a ele, e nomeou novos membros da nobreza local para administrar outras regiões, junto com macedônios e gregos, que geralmente se tornavam responsáveis pelas finanças. Essas medidas visavam à obtenção da fidelidade das

elites persas, já que não poderiam ser eliminadas ou subjugadas por causa até mesmo da imensa vastidão do território conquistado e da especificidade de regiões que, para Alexandre e seus generais macedônicos, tinham costumes totalmente desconhecidos. Era um mundo muito diferente da pequena nobreza macedônica, em que o rei era apenas o “primeiro entre iguais”. Incorporar ou não essas mudanças foi um ponto crucial entre os generais que acompanhavam Alexandre, o que foi a raiz de muitos dos problemas que se seguiram.

Foi tomando contato com o luxo da realeza persa, especialmente na capital, que Alexandre também começou a adotar costumes orientais, embora nunca tenha tentado se integrar à cultura local aprendendo a língua persa. No entanto, roupas, comidas e hábitos de toalete orientais começam a aparecer nos relatos dos autores antigos como sendo paulatinamente integrados ao cotidiano de Alexandre. Outro ponto importante foi a consulta cada vez mais frequente a sacerdotes caldeus, que também ajudavam a legitimar o poder do novo rei e sancionar as interpretações de desígnios divinos que fossem favoráveis ao novo rei.

E foi apenas com Dario morto, assassinado por um sátrapa traidor na região da Bactria (Afeganistão), que Alexandre tornou-se o único e indisputado senhor do ex-império Persa. Pouco a pouco eram derrotados os sátrapas e reis distantes que ainda resistiam, inclusive o assassino de Dario. As campanhas, no entanto, continuaram com um novo objetivo, agora sim, explícito: a conquista por si mesma e a exploração do mundo. Permaneceram com Alexandre os macedônios mais fiéis, entre eles os generais e todos os soldados que buscavam fortuna, tanto pelos prometidos butins da conquista quanto pela remuneração generosa que Alexandre pagou.

Para os gregos, as fronteiras com os confins do mundo eram um lugar nebuloso e fantástico, além da misteriosa Índia (os chineses eram desconhecidos). Nas histórias escritas sobre Alexandre, vemos este território fabuloso como cenário de seres fantásticos e façanhas milagrosas do general: ele teria subido aos céus, carregado por águias, lutado contra as lendárias amazonas e chegado às cadeias

de montanhas além das quais só haveria brumas e a morada dos deuses. Essas narrativas consolidam o caráter sobre-humano de Alexandre, como o único que ousou chegar aos confins da Terra e desafiar o conhecimento divino, apenas para ser alertado que, por mais invencível que tivesse se tornado, era ainda um homem e não escaparia da morte (**Figura 4.7**).

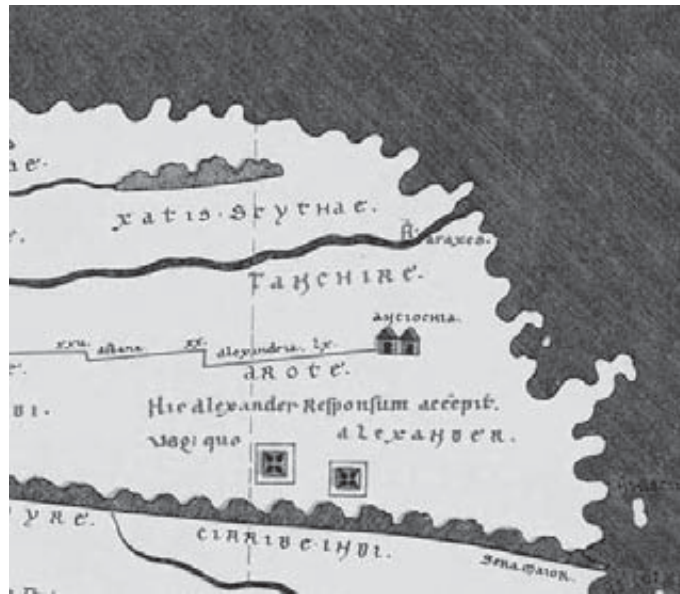


Figura 4.7: Detalhe da *Tabula Peutingeriana*, cópia medieval de um mapa romano do século IV d.C. Nos confins do mundo, diz o mapa: "Aqui Alexandre conseguiu a resposta [dos deuses]: até onde, Alexandre?" O mapa completo está em <http://en.wikipedia.org/wiki/File:TabulaPeutingeriana.jpg>.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:TabulaPeutingeriana.jpg>.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Vamos trabalhar agora com iconografia. Leia a descrição da imagem a seguir e observe seus detalhes com atenção. Como a imagem reflete o que vimos sobre a expedição de Alexandre ao Oriente e sobre os relatos míticos que se formaram sobre sua figura? Faça as seguintes perguntas para a imagem: Onde e quando ela foi produzida? Como se parecem as pessoas retratadas nela? Você diria que há alguma coisa que lembra a cultura grega na imagem ou não? O que Alexandre está fazendo e por quê? Qual é a ideia que a imagem quer passar de quem era Alexandre?



Figura 4.8: Ilustração árabe do século XVI. Alexandre é auxiliado pelos companheiros para uma expedição ao fundo do mar, dentro de uma redoma de vidro.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alexander_the_Great_diving_NOAA.jpg

que já havia quase dez anos seguia Alexandre pelo mundo, mesmo que depois, já na Babilônia, ele tivesse tentado pacificar os ânimos através do casamento em massa de oficiais com mulheres persas.

Como resultado dessas tensões, surgiram conspirações entre a cúpula militar para assassinar Alexandre – uma com Filotas, filho do veterano general Parmênio, e outra envolvendo o historiador Calístenes, que documentava toda a expedição. A tensão aumentou após uma festa com muita bebida – costume típico da elite macedônia – em que Alexandre acabou matando Clito, seu oficial e amigo, depois de uma discussão sobre os novos rumos do poder e das relações entre o grupo, antes coeso, da elite militar macedônica.

Na volta da caótica expedição à Índia, que só terminou porque os soldados recusaram-se a ir adiante, o exército dividiu-se em dois: um grupo seguiu de volta para a Babilônia pela via marítima e Alexandre resolveu atravessar o inóspito deserto da Gedrósia (região árida situada no planalto iraniano dividida entre o Irã, o Paquistão e o Afeganistão, chamada atualmente de Baluquistão), numa travessia tão dura que as fontes afirmam que morreram aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos soldados. A razão para essa travessia revela mais um aspecto da crescente autoconsciência de Alexandre como sucessor dos nomes míticos do passado, já que ele pretendia refazer a rota da mítica rainha assíria Semíramis, cuja lenda afirmava que havia voltado por esse caminho à Babilônia, depois de conquistar a Índia.

Alexandre havia sido gravemente ferido por uma flecha no peito durante o cerco à cidade de Malli, onde hoje é o sudoeste do Paquistão. Embora tenha se recuperado e conseguido chegar à Babilônia, após 11 anos de expedição militar contínua, finalmente seu estado de saúde começou a gerar boatos a respeito da sucessão monárquica.

Os relatos dos últimos dias do rei na Babilônia são bastante contraditórios entre si, mas todos revelam uma tendência cada vez maior de Alexandre para a megalomania, acreditando ele próprio cada vez mais na sua invencibilidade divina. Em vez de consolidar

a administração do imenso império e voltar-se novamente à Grécia e à Macedônia, Alexandre pretendia organizar mais expedições de conquista assim que possível, primeiro na Arábia e depois a oeste da Grécia (onde encontraria os ainda não tão poderosos romanos). Teria ele em mente a real conquista de todo o mundo conhecido? Quando da morte de seu general e possivelmente amante Heféstion, as demonstrações de dor e luto de Alexandre pareceram desproporcionais a muitos: o rei consultou os oráculos para saber se Heféstion deveria ser cultuado como um deus (recebeu a resposta “apenas um herói”) e ordenou a construção de uma pira imensa, elaboradamente decorada, que custou 10 mil **talentos**. De acordo com a descrição de Diodoro Sículo, a pira ocupava uma área de 600 por 200 metros.

Talento

Unidade de valor equivalente a 6.000 dracmas, a moeda grega. Alguns economistas que estudam as moedas no mundo antigo calculam que o dracma no século V a.C., o período clássico ateniense, equivalia ao que seriam hoje 40 dólares.

Poucos meses depois, Alexandre também adoeceu bruscamente, em meio às bebedeiras das festas no palácio real babilônico. As evidências do que seria a sua doença são inconclusivas – febre tifoide, envenenamento ou mesmo excesso de bebida, aliado à estafa e aos ferimentos de guerra. Ao morrer, não deixou nenhuma instrução direta sobre quem deveria ser seu herdeiro no trono, apenas o “mais forte”, sugerindo que uma competição de lutas deveria ser travada entre seus generais no funeral.



Figura 4.9: A morte de Alexandre, o Grande. Gravura a partir do quadro de Karl von Piloty (1886).

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Death_of_Alexander_the_Great_after_the_painting_by_Karl_von_Piloty_\(1886\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Death_of_Alexander_the_Great_after_the_painting_by_Karl_von_Piloty_(1886).jpg)

Imediatamente, começaram as disputas pelo controle do império por seus generais. A sucessão de eventos é bastante complexa e extensa, e tanto os generais mais próximos quanto outros mais afastados começaram a disputar entre si a primazia no controle dos exércitos e das províncias. Como veremos nas próximas aulas, tanto Seleuco quanto Ptolomeu, que garantiram as partes da Ásia e do Egito, respectivamente, só conseguiram sobrepor-se perante seus adversários após muitos anos de batalhas e manobras estratégicas. Considera-se a batalha de Ipso, em 301 a.C., portanto, 22 anos após a morte de Alexandre, como o ponto crucial que definiu a sucessão do império que ele havia conquistado. Isso demonstra claramente como as conquistas de Alexandre foram não apenas grandiosas, mas também relativamente efêmeras, no sentido em que nunca foram sistematicamente planejadas e administradas para criar um império unificado e sólido.

Construindo a imagem de Alexandre

O conjunto das fontes escritas relativas à vida e à época de Alexandre é um excelente exemplo de como é difícil reconstruir o passado na Antiguidade. Não temos preservada nenhuma obra das várias que foram escritas durante a vida do rei, mas sim um confuso emaranhado de fragmentos e referências tardias, muitas vezes contraditórias e francamente fantasiosas. Isso significa que devemos fazer duas perguntas diferentes sobre o tema:

Como usar as fontes para entender quem foi e o que fez Alexandre, o Grande?

Como a tradição literária sobre Alexandre ajudou a construir a imagem que temos dele hoje?

Você vê como os dois problemas são diferentes? Em primeiro lugar, não podemos simplesmente ler os autores antigos que falam de Alexandre e reproduzir suas informações sem uma leitura crítica, pois quando os comparamos, vemos que eles nos fornecem informações que às vezes desmentem umas às outras. Além disso, se um autor escreve sobre um evento relacionado a Alexandre e os outros autores não mencionam nada a respeito, devemos descartar a informação? Ou é possível que essa fonte seja mais fidedigna do que as outras, que reproduzem tradições menos fiéis?

No entanto, o conjunto dessas obras é que criou esse Alexandre que está no imaginário comum das pessoas: o general jovem, impetuoso e invencível que conquistou o mundo. De fato, muitos líderes políticos da História tomaram-no como modelo para as suas conquistas, como: Júlio César, Carlos Magno e Napoleão Bonaparte.

Os historiadores e biógrafos

Na expedição de Alexandre à Ásia, estiveram presentes alguns escritores, com a missão de registrar todos os acontecimentos e feitos do rei. O principal deles era o historiador Calístenes, sobrinho de Aristóteles, mas também participaram dois filósofos (Onesícrito e Anaxarco), geógrafos e cientistas, que registraram informações sobre as novas regiões exploradas. Logo após a morte de Alexandre começaram a surgir várias biografias, como a de Nearco, Políclito, Clitarco e a do general Ptolomeu, que veio a se tornar faraó do Egito. Nenhum desses textos foi preservado, mas sabemos que existem porque são mencionados em textos posteriores, que seguem ou mencionam o ponto de vista desses primeiros autores.

Os primeiros textos preservados datam do século I a.C., e já são, portanto, reinterpretações dos autores contemporâneos de Alexandre. São eles: a *História universal*, de Diodoro Sículo, a *História da vida de Alexandre*, do senador romano Quinto Cúrcio Rufo (século I d.C.), e as *Histórias de Filipe*, de Pompeio Trogo, preservadas apenas através de epítome, ou resumo, de Justino, autor do século II d.C. Todos esses textos têm uma versão anterior em comum, da qual derivam – muito provavelmente, Clitarco.

Já outra vertente é representada pela versão na *Anábase* de Alexandre, de Arriano (aproximadamente 80-160 d.C.), que escreveu em grego na época do imperador Adriano, e em muitos aspectos é considerada mais fidedigna do que os textos derivados possivelmente de Clitarco. Pode-se afirmar isso porque a versão de Arriano rejeita as histórias fabulosas sobre Alexandre que aparecem por vezes nos outros autores. Assim como Arriano, a *Vida de Alexandre* de Plutarco, escrita no século II d.C., também é considerada material bastante fidedigno, pela mesma razão. Porém, a obra está carregada de um forte tom moralizante, por conta do objetivo de Plutarco de comparar as vidas dos grandes homens gregos à dos romanos na obra, *Vidas paralelas* (a biografia latina comparada à de Alexandre é à de Júlio César).

O Romance de Alexandre

Uma das obras mais curiosas do mundo antigo, o *Romance de Alexandre* é conhecido pela sua grande popularidade, durante a Idade Média, tanto na Europa quanto no Oriente Médio e na Ásia Central (**Figura 4.10**).



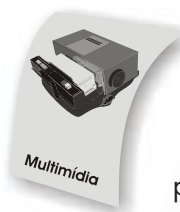
Figura 4.10: Página de um manuscrito bizantino do *Romance de Alexandre*, datado do século XV. Repare nas roupas dos personagens retratados e nas muralhas ao fundo – Alexandre aparece como um rei bizantino. Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Byzantine_Greek_Alexander_Manuscript_Braccae.JPG

A tradição atribui sua primeira versão a Calístenes, o que é impossível, dado que ele morreu antes de Alexandre e o texto conta os últimos dias do rei. Não se sabe, portanto, nem quando foi escrito nem quem o escreveu, e o primeiro manuscrito de que se tem notícia aparece apenas no século III d.C., portanto, seiscentos anos depois

da época de Alexandre. Existem três tradições diferentes que se desenvolveram a partir das suas cópias e recriações:

- A versão latina espalhou-se pela Europa medieval e foi traduzida para a maioria das línguas europeias na baixa Idade Média. De formato mais tradicional e retórica moralizante, foi o modelo principal para os romances de cavalaria medievais, com seus heróis valentes e intrépidos e suas aventuras fantásticas;
- Uma versão grega que se espalhou pelo mundo bizantino e posteriormente para a Pérsia, a Arábia, a Etiópia e a Ásia Central, já mais fantasiosa, que se baseava em supostas cartas enviadas para Olímpias, a mãe de Alexandre, e Aristóteles.
- Outra versão grega que recebeu influência de narrativas fictícias de raiz judaico-cristã, fazendo Alexandre quase um santo e precursor de Jesus Cristo.

No *Romance*, encontramos remanescentes de uma tradição egípcia sobre a origem divina de Alexandre. Nectanebo, último faraó antes da conquista persa (o nome é real), foge do Egito e refugia-se na Macedônia, onde através de artes mágicas consegue se disfarçar e seduzir Olímpias, tornando-se o pai verdadeiro de Alexandre e assim realizando uma profecia de que o faraó retornaria jovem ao Egito e expulsaria os persas.



O filme *Alexandre, o Grande* (2004), de Oliver Stone, é uma excelente ferramenta didática para alunos do Ensino Médio. Para elaborar uma aula com ele, podemos partir dos questionamentos estudados aqui e usar alguns materiais de apoio sobre o uso do cinema em sala de aula:

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

ABUD, Katia Maria. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, 2003, v. 22, n.1, p. 183-193. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000100008&lng=en&nrm=iso.

NASCIMENTO, Jairo C. Cinema e ensino de História: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, n. 2, 2008.

Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_05_%20ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Jairo_Carvalho_do_Nascimento.pdf.

REIS JUNIOR., Antonio. Filmes nas aulas de História. *Comunicação & Educação*, v. 3, n. 9, 1997. Disponível em <http://www.usp.br/comeduc/index.php/comeduc/article/view/297/0>.



Atende ao Objetivo 2

2. Vimos que Alexandre tinha a ambição de conquistar praticamente todo o mundo conhecido, e, para atingir este objetivo, empreendeu uma série de difíceis explorações e violentas batalhas. Chegamos a esta conclusão através da análise de um conjunto de documentos e relatos, muitos destes, entretanto, inconsistentes, fragmentados e mais próximos à fábula do que a uma narrativa histórica confiável.

Resposta Comentada

Refleta sobre as questões metodológicas colocadas antes na seção “Construindo a imagem de Alexandre”. O texto fala da “Providência Divina” e da liderança, e as qualidades militares de Alexandre não parecem importantes aqui. Não podemos saber com certeza se esse encontro realmente ocorreu, mas o texto quer claramente mostrar Alexandre como um sábio pacifista e desapegado dos bens materiais, assim como os brâmanes. Isso certamente revela a construção de uma tradição posterior.

CONCLUSÃO

Os historiadores geralmente situam Alexandre, o Grande, como delimitando o fim do mundo grego clássico, e muitos estudos sobre o mundo helenístico começam apenas com a partilha do império pelos generais macedônicos. De fato, sua vida e seus feitos representam um momento único na história mundial, em que um jovem general não só conquistou o maior império jamais formado como também, se a morte precoce não o tivesse interrompido, planejava explorar todo o mundo conhecido.

O caráter de exceção de seus feitos foi reconhecido já em sua própria época, mas com o tempo tomou vida própria nas mãos dos historiadores e biógrafos. Com toda uma série de relatos de louvor, eles ajudaram a construir uma figura além do mundo dos mortais, talvez mesmo divina, e que se tornou o paradigma, o modelo perfeito do grande general. Daí em diante, o mundo dos grandes homens divide-se em antes e depois de Alexandre, se não de fato, certamente na mente dos governantes.

Resposta Comentada

A atividade é uma interpretação livre do filme; o objetivo é que você questione as fontes do conhecimento histórico e entenda como o discurso sobre o passado também tem a sua historicidade. Muitos aspectos do filme são reflexos da forma como a historiografia discute hoje os fatos do passado, evitando reproduzir o discurso sobre os “grandes homens”, típico do século XIX, e mostrando ênfases em discursos antes suprimidos, como o caso da homossexualidade de Alexandre. O filme mostra um “grande general”, mas hesitante, inseguro e manipulado pela mãe. Isso não aparece com clareza nas fontes antigas, mas humaniza o personagem para o público atual. Muitos críticos também interpretaram a águia que aparece sobrevoando os exércitos como uma metáfora do imperialismo americano no Oriente Médio. Você concorda?

RESUMO

Alexandre sucedeu seu pai com o intuito de continuar o avanço militar sobre os persas, mas logo demonstrou ter planos muito mais ambiciosos: planejava conquistar todo o mundo. Na verdade, seu império nada mais foi do que o conjunto de suas campanhas e expedições pela Ásia e pelo Egito, pois manteve a estrutura administrativa que já existia sob os persas, apenas distribuindo as lideranças locais entre os nativos e seus companheiros macedônicos. Sua morte prematura também ajudou a criar um mito do general jovem, ambicioso, bem-sucedido e invencível, que seria desde então admirado e copiado, mas jamais superado. Em boa parte, isso se deve à imagem criada pelos historiadores e biógrafos posteriores, em narrativas que gradativamente adicionaram elementos fantasiosos à história do rei.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos como se estruturou o Egito depois que Ptolomeu, um dos generais de Alexandre, conseguiu o domínio da região. A dinastia ptolomaica foi a mais estável e longeva das dinastias helenísticas, e a mistura da milenar cultura egípcia com a nova presença grega provou ser uma das mais ricas do período, ilustrada pelo florescimento da cidade de Alexandria.

Aula 5

○ Egito ptolomaico

Monica Selvatici

Meta da aula

Caracterizar o reino helenístico da dinastia ptolomaica que governou, dentre os territórios conquistados por Alexandre, o Egito e as regiões adjacentes.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo de construção da legitimidade do poder do rei ptolomaico frente aos seus súditos gregos e egípcios;
2. identificar características da cidade de Alexandria, grande marco do reino ptolomaico, que se tornou importante centro cultural grego do mundo mediterrâneo.

Pré-requisitos

Para esta aula, procure recapitular as informações da Aula 2 ("As evidências: características geográficas, fontes escritas e cultura material") sobre o mundo helenístico, em especial, aquelas do reino ptolomaico, e as informações da Aula 4 ("As conquistas de Alexandre e a construção da imagem do grande general") acerca do processo de conquista de tal território.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, discorreremos sobre o reino helenístico da dinastia dos ptolomeus que governou, dentre os diversos territórios conquistados por Alexandre, o Grande, o Egito e as regiões próximas a ele.

À morte de Alexandre em 323 a.C. seguiu-se um período de lutas no qual seu extenso reino acabou por ser dividido entre seus generais. Entretanto, Alexandre havia designado o controle do Egito anteriormente a Ptolomeu, filho de Lagos, que sempre desempenhara um papel de liderança em suas campanhas. Uma vez morto o rei conquistador, Ptolomeu resolveu tomar posse de seu reino e governou o território até 305 a.C., quando foi coroado rei (basileu) sob o nome de Ptolomeu I Soter (salvador) (**Figura 5.1**). A dinastia que dele descende ficou conhecida na historiografia como dinastia ptolomaica, em função do nome do primeiro soberano. Ela também é referida pelo nome Lágida, pelo fato de ter sido Ptolomeu I filho de Lagos.



Figura 5.1: Busto de Ptolomeu I Soter. Museu do Louvre, Paris.
Fonte: © Wikimedia Commons - http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ptolemy_I_Soter_Louvre_Ma849.jpg

Essa dinastia governou o Egito e a Etiópia por quase 300 anos. No período de maior expansão territorial, os ptolomeus passaram a também controlar terras fora do território egípcio, como a Cirenaica (atual Líbia), a ilha de Chipre, as regiões costeiras da Ásia Menor e as ilhas do mar Egeu, permanecendo em forte disputa com a dinastia helenística dos selêucidas pela região da Síria-Palestina (**Figura 5.2**). Os Ptolomeus continuaram soberanos do Egito até a morte de Cleópatra VII (última rainha de tal linhagem) em 30 a.C. e a tomada de poder e anexação do território egípcio pelos romanos.



Figura 5.2: Mapa do reino ptolomaico em 200 a.C.

Fonte: © Wikimedia Commons - http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ptolemaic-Empire_200bc.jpg

Os governantes homens foram todos nomeados “Ptolomeu” (em grego, *Ptolemaios*), porém também são referidos por seus nomes de culto como *Philadelphos* (aquele que ama o irmão), no caso de Ptolomeu II, em razão de seu casamento com a própria irmã, Arsinoé. Atualmente, a distinção entre os reis ptolomaicos é feita por meio da adição de numerais, desde Ptolomeu I até Ptolomeu XV. No caso específico das rainhas, elas foram nomeadas Arsinoé, Berenice e Cleópatra e, às vezes, recebiam uma combinação de tais nomes. Tal prática pode causar certa confusão na sequência histórica dos governantes, uma vez que a última rainha, a famosa Cleópatra, que normalmente é conhecida como Cleópatra VII, foi, no entanto, apenas a sexta rainha a ostentar esse nome. Você pode observar este fato no quadro dos governantes da dinastia (**Figura 5.3**):

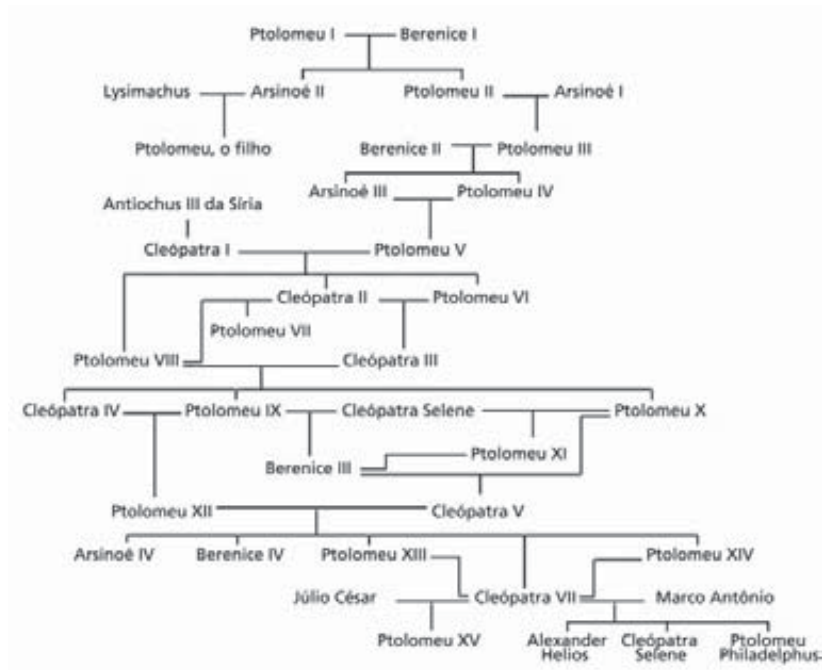


Figura 5.3: Quadro da dinastia dos Ptolomeus.

Fonte: © Wikimedia Commons - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:EgyptianPtolemies2.jpg>

Os Ptolomeus eram macedônicos por descendência e eram normalmente representados como governantes gregos, tal como se pode perceber na cunhagem de moedas, anéis e retratos em pedra (**Figura 5.4**):



Figura 5.4: Tetradracma (moeda de prata) representando o rei ptolomaico Ptolomeu IX.

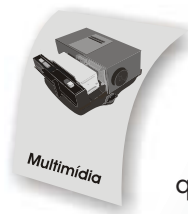
Fonte: © Wikimedia Commons - http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ptolemy_IX_Soter_II_-_tetradrachma.jpg

Entretanto, os Ptolomeus também se apresentavam como faraós do Egito e aparecem em muitos relevos de templos, estátuas e joias que seguem o estilo egípcio (**Figura 5.5**):



Figura 5.5: Anel em ouro com retrato gravado de Ptolomeu VI Filometor (século II a.C.), com atributos de faraó egípcio.

Fonte: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ring_with_engraved_portrait_of_Ptolemy_VI_Philometor_%283rd%20%932nd_century_BCE%29_-_2009.jpg



O Museu Petrie, em Londres, possui uma extensa coleção de modelos de escultores antigos que, acredita-se, foram utilizados por escultores no tempo dos Ptolomeus com o objetivo de garantir que a imagem real permanecesse a mesma ao longo do tempo. Alguns eruditos acreditam que tais bustos eram usados em dedicações nos templos em nome do faraó; eles são muito similares aos retratos da última dinastia egípcia nativa, algo que pode ser lido como uma tentativa deliberada dos Ptolomeus de se ligarem a seus predecessores egípcios.

Confira o *site* <http://www.digitalegypt.ucl.ac.uk/art/ptolemaic.html>

A consolidação do poder ptolomaico

No período helenístico, diversos reis encaravam o reino sob seu domínio como uma propriedade pessoal. Este foi o caso da dinastia dos selêucidas (que você verá na Aula 6) e também do Egito ptolomaico. Por isso, o território do Egito era conhecido como o “reino dos ptolomeus”. Os reis possuíam poderes praticamente ilimitados. Eram vistos como a encarnação da lei e, por isso, não precisavam que suas decisões fossem confirmadas por qualquer tipo de assembleia.

Ainda assim, a dinastia ptolomaica tinha como súditos toda a população nativa do Egito que partilhava de costumes culturais diferentes daqueles dos gregos e que possuía, desde muito antigamente, seus próprios governantes, os faraós. Desta forma, é necessário aos ptolomeus estabelecer sua legitimidade no governo do Egito. Segundo Julio Cesar Gralha (2009), eles o fazem:

A partir de um projeto político-religioso que enfatizava a adoção de práticas mágico-religiosas egípcias e da adoção da monarquia divina egípcia, tendo como expressão da materialidade o uso da arquitetura e da iconografia na titulação em decretos e de forma diversa, e, sobretudo, por um programa de construções de templos no Alto Egito.

Em termos da esfera religiosa, os Ptolomeus introduziram novos deuses, mas demonstraram respeito e renderam homenagens aos antigos deuses egípcios. Vários governantes ptolomaicos construíram templos como os antigos faraós, e as terras dos templos continuaram a produzir para os sacerdotes, seguindo o costume egípcio. Isso suscitava a simpatia do povo e do clero egípcios, que oferecia em retorno mais homenagens. Observe, por exemplo, o trecho do Decreto de Canopo (239-8 a.C.), no qual os sacerdotes egípcios homenageiam o rei Ptolomeu III Evergeta e sua família, denominando-os deuses Evergetas e aumentando as honrarias a eles prestadas: a Boa Fortuna!: pareceu justo aos sacerdotes do país que as honrarias prestadas anteriormente nos templos ao rei Ptolomeu e à rainha Berenice, deuses Evergetas, e a seus pais, deuses Adelfos, e aos seus ancestrais, deuses salvadores, fossem aumentadas. Os sacerdotes, em cada templo do país, seriam chamados, igualmente, sacerdotes dos deuses Evergetas, e serão inscritos nos atos como deuses, assim como nos anéis dos sacerdotes. Além das quatro tribos existentes, atualmente nos conselhos de sacerdotes em cada templo, seria instituída uma quinta tribo, dos deuses Evergetas...

O interesse da dinastia ptolomaica é o de estabelecer relações de poder, de cooperação e cooptação dos segmentos sociais egípcios, a fim de consolidar sua legitimidade como sucessora direta dos antigos faraós. Segundo Paul Stanwick (2003):

Enquanto aspectos da sociedade egípcia foram helenizados sob os gregos, os ptolomeus foram “egipcianizados” na medida em que, para preservar sua hegemonia, eles precisavam se colocar mais agressivamente como faraós legítimos aos olhos da população nativa.

Além disso, alguns soberanos ptolomaicos foram representados com a aparência de duas divindades: uma grega e sua associação egípcia, pois era costume no período helenístico a confluência entre divindades de origens diferentes. Este foi o caso dos reis Ptolomeu II e III, representados em estátuas como Hermes (deus grego) / Tot (deus egípcio). Segundo László Török (1995), os governantes foram identificados com o Tot egípcio “como um paradigma divino de realeza com uma interpretação ptolomaica especial de Hermes como um rei-deus” (**Figura 5.6**).



Figura 5.6: Estátua de Ptolomeu III com aparência de Hermes, vestindo a túnica *chlamys*.
Fonte: © Wikimedia Commons – <http://en.wikipedia.org/wiki/File:HermesPtolemy.jpg>

As rainhas ptolomaicas desempenharam um papel político e religioso muito importante durante este período. Elas eram representadas como rainhas, conferindo apoio ao faraó, tal como se pode ver em relevos de templos. No entanto, após a sua morte, elas eram elevadas à condição de deusas e recebiam oferendas dos próprios faraós, tal como é possível perceber no relevo do templo de Ísis em Philae (**Figura 5.7**) onde Arsinoé II aparece de pé, atrás da deusa Ísis, e recebe uma oferenda de seu marido e irmão Ptolomeu II Philadelphos (**Figura 5.8**).



Figura 5.7: Vista lateral do templo de Ísis, na cidade de Philae.

Fonte: © Wikimedia Commons – http://pt.wikibooks.org/wiki/Ficheiro:Philae,_seen_from_the_water,_Aswan,_Egypt,_Oct_2004.jpg



Figura 5.8: Relevo do Templo de Ísis em Philae caracterizando Ptolomeu II fazendo oferendas a Ísis e Arsinoé II.

Fonte: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Relief_from_the_Temple_of_Philae_by_John_Campana1.jpg

Deificação

Trata-se da ação de deificar ou divinizar alguém; divinização ou ainda apoteose.

Fonte: *Michaelis Moderno*
Dicionário da Língua Portuguesa.

Mais tarde, o processo de **deificação** das rainhas começou a acontecer ainda no tempo de suas vidas; as estátuas utilizadas para representar as rainhas divinas eram diferentes daquelas das rainhas mortais: tanto representações gregas quanto egípcias possuíam uma cornucópia (chifre da abundância) e normalmente uma vestimenta amarrada. As deusas gregas vestiam uma coroa e não um diadema real. As deusas egípcias podem ser distinguidas das mortais por meio do ornamento na cabeça em forma de abutre, no qual as asas são visíveis, no lugar do *uraeus* (serpente real). Estátuas dos governantes e de suas respectivas rainhas eram erigidas em todos os templos ao longo do Egito. Além disso, sabe-se, a partir de uma inscrição, que as estátuas de Cleópatra VII foram veneradas até o século IV d.C., mais de quatrocentos anos após a sua morte (**Figura 5.9**).



Figura 5.9: Moeda de Selêucia Piéria na Síria, apresentando Marco Antônio no anverso e Cleópatra VII no reverso (na imagem).

Fonte: © Wikimedia Commons – <http://en.wikipedia.org/wiki/File:CleopatraVIICoin.jpg>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Observe as imagens a seguir: a imagem à esquerda apresenta um tetradracma de prata representando o rei Ptolomeu V segundo o estilo grego. Já a imagem à direita corresponde a um relevo no qual o rei/faraó Ptolomeu V oferece os olhos espirituais interiores de Hórus ao próprio deus Hórus, que está sentado no trono.



A partir do exemplo dessas imagens, aponte as estratégias utilizadas pelos governantes ptolomaicos para tornarem seu poder legítimo frente aos súditos gregos e egípcios.

Resposta Comentada

Os soberanos ptolomaicos adotaram uma política deliberada de representação de suas figuras, tanto no estilo grego (com o diadema real) quanto no estilo egípcio (com os atributos de faraós egípcios e homenageando deuses egípcios), com o objetivo de conferir legitimidade a seu poder e conquistar a simpatia e a obediência de súditos gregos e egípcios.

A administração ptolomaica

Os Ptolomeus organizaram um eficiente aparato administrativo, de modo a melhor usufruir os recursos do território sob seu domínio. Sob Ptolomeu II Filadelfos erigiu-se uma complexa organização burocrática, marcada pela centralização político-administrativa, na medida em que o reino era entendido como propriedade pessoal do rei. Para auxiliar o rei nas funções do governo, havia uma corte (*aule*) que era composta por seus amigos, detentores de cargos de confiança. Entende-se que as origens de tal sistema remontem à própria história de governo egípcia e a outras monarquias do Oriente Próximo, cujas características foram rapidamente absorvidas pelas monarquias helenísticas.

O Estado ptolomaico detinha o monopólio da fabricação do azeite, de cuja venda retirava grandes lucros. Além disso, exercia uma forte fiscalização, através de funcionários, sobre as aldeias de camponeses e sobre as oficinas de artesãos. Estes eram obrigados a entregar uma parte previamente fixada de sua produção. Os comerciantes, por sua vez, deviam comprar uma autorização oficial para adquirirem os produtos de que fariam a venda.

Todas estas formas de arrecadação de bens e tributos foram utilizadas pelos soberanos ptolomaicos em prol de amplas reformas e grandes construções, em especial, de templos. Os reis ptolomaicos procuravam ser muito generosos com os templos e mostravam-se piedosos em relação aos deuses. Eles agiam desta forma com o objetivo de assegurar o seu próprio status de governantes divinos sobre a terra, tal como os antigos faraós.

Entretanto, é necessário observar que o sucesso da economia ptolomaica logo cedeu lugar a uma estagnação em razão da forte centralização burocrática. Os produtores, sobretudo os camponeses, eram os mais prejudicados. As consequências desse processo foram um crescente abandono das terras e a resistência dos trabalhadores, que provocaram uma forte crise de mão de obra no reino egípcio.

O processo de helenização das regiões conquistadas por Alexandre foi levado adiante pelas dinastias que a ele sucederam através do estabelecimento de cidades gregas, tanto em terras não urbanizadas quanto em locais onde existiam antigos assentamentos. Novas cidades foram fundadas mesmo em lugares onde havia grandes concentrações urbanas. Este foi o caso da cidade faraônica de Mênfis, no Egito, que perdeu seu lugar para Alexandria, cidade construída por Alexandre no litoral do Mediterrâneo, que passou a ser a capital do reino ptolomaico. Como se pode ver, as cidades recebiam nomes em homenagem à dinastia governante.

A cidade de Alexandria

Em um importante porto mediterrâneo no Egito, Alexandria foi fundada em 331 a.C. por Alexandre, o Grande, entre as várias *poleis* gregas que ele estabeleceu no Oriente. A cidade tornou-se a capital do Egito helenístico do rei Ptolomeu I. Este fato foi confirmado quando o corpo embalsamado de Alexandre foi, sob as ordens de Ptolomeu, trasladado para ela após uma breve passagem por Mênfis. Sob a próspera dinastia ptolomaica, Alexandria rapidamente ultrapassou Atenas como o centro cultural do mundo grego.

Construída em formato de rede, Alexandria ocupava uma extensão de terra entre o mar ao norte e o lago Mareotis ao sul; uma longa rampa seguia ao norte até a ilha de Faros, assim formando um porto duplo, tanto a leste como a oeste. No leste, havia o porto principal, chamado Grande Porto. Ele ficava localizado em frente aos edifícios principais da cidade, incluindo o palácio real e a famosa biblioteca e museu. No Grande Porto, em um pico montanhoso de Faros, localizava-se o Farol de Alexandria, construído em cerca de 280 a.C. Ele não sobreviveu até os tempos atuais, tendo sido considerado uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Tratava-se de uma alta torre com janelas, em cujo cume ficava uma enorme grelha, onde se colocava o fogo que sinalizava aos barcos. Além disso, havia nele uma estátua de Zeus Salvador.

A biblioteca de Alexandria, naquele período, era a maior do mundo. Continha centenas de milhares de volumes e abrigava eruditos e poetas. Ao longo do breve período literário de ouro de Alexandria, entre aproximadamente 280 e 240 a.C., a biblioteca patrocinou três importantes representantes da literatura helenística – Calímaco, Apolônio e Teócrito. Entre outros pensadores associados à biblioteca estavam o matemático Euclides (em torno de 300 a.C.) e o inventor Arquimedes (287 a.C.–cerca de 212 a.C.).

Um complexo similar à biblioteca foi o museu (que em grego, *Mouseion*, significa “casa das musas”), que foi o primeiro de que se tem notícia na História. Pouco se sabe sobre o complexo do museu de Alexandria: apenas algumas informações proporcionadas por Estrabão, em sua obra *Geografia*.

Cosmopolita e florescente, Alexandria possuía uma população variada de gregos e orientais, incluindo um número considerável de judeus, que possuíam seu próprio bairro na cidade. Sob os Ptolomeus, a cidade teve uma vida política bastante tranquila. Com a conquista romana em 30 a.C. e a transformação do Egito em província romana, Alexandria tornou-se a segunda cidade mais importante do Império Romano depois de Roma.



Os judeus no Egito ptolomaico

Os judeus em Alexandria viram a sua vida em comunidade se desenvolver e prosperar sob os governantes ptolomaicos a partir do século III a.C. em diante. Há evidências, a partir de achados epigráficos e papirológicos, daquele período que indicam que os judeus foram absorvidos no exército e nos serviços administrativos. Nesse período, a Torá foi traduzida para o grego e a organização da comunidade judaica desenvolveu-se naquilo

que, em termos ptolomaicos, era chamado de *políteuma*. O termo *políteuma* possuía vários significados na Antiguidade: poderia se referir a associações festivas de mulheres, uma sociedade de culto e, entre outras coisas, um grupo étnico. Como constituía uma comunidade étnica separada ou um *políteuma*, a comunidade judaica tinha a sua própria assembleia legislativa, responsável pelo poder administrativo e judicial sobre os membros da congregação. A assembleia do *políteuma* era separada das autoridades da cidade, mas, é necessário dizer, não se tratava da autoridade judicial última. A autoridade mais alta permanecia com o rei ptolomaico (COLLINS, 2000, p. 115).

O termo “sinagoga”, pelo qual esta instituição judaica ficou conhecida, advém do grego *sunagogué*, que significa “lugar de reunião”. O hebraico adotou significado muito próximo, “casa de reunião” (*beit ha-kenessef*). Em grego, ela também era denominada *proseuchē* ou “lugar de oração”. Oração e reunião eram, assim, atividades relacionadas e denotavam, juntamente com uma terceira atividade – o estudo da Torá –, a função das sinagogas.

Os autores atuais parecem concordar em relação à questão da origem das sinagogas na Diáspora. Eles concluem que as sinagogas apareceram no Egito helenístico em razão de várias inscrições do tempo de Ptolomeu III que fazem menção à *proseuchē* ou “lugar de oração”.

Diferentemente dos reis selêucidas que se envolveram em guerras pela conquista de territórios contra os romanos, entre os ptolomeus houve, inclusive, o fato peculiar de ter Ptolomeu XI, no século I a.C., cedido em testamento a ilha de Chipre e o próprio Egito aos romanos.

O Egito não passou a mãos romanas desta maneira tão simples, mas em apenas meio século tornou-se óbvio que os reis ptolomaicos transformaram-se em fantoches nas mãos de autoridades romanas, como os generais César, Pompeu e Crasso (membros do primeiro **triumvirato**). Com efeito, a última rainha da dinastia ptolomaica, Cleópatra VII, casou-se com seu irmão Ptolomeu XIV, de modo a reinar juntamente com ele, por sugestão de César (de quem fora amante e tivera um filho). Mais tarde, ela chegou a residir em Roma a convite do próprio César. O reino egípcio passava a constituir um protetorado romano.

Poucos anos depois, em meio às lutas entre os generais romanos Otávio (sobrinho e filho adotivo de César) e Marco Antônio pelo poder de todo o território conquistado por Roma, o Egito passaria à condição de província romana. Marco Antônio foi, neste período, companheiro da rainha Cleópatra. Com ela, teve filhos e residiu no Egito. Otávio, aproveitando-se desta situação, afirmou ao Senado romano que Marco Antônio representa uma ameaça, porque, em razão de sua ligação com Cleópatra, ele deixara de ser romano para se tornar oriental. Como o Senado romano e a população da Itália tinham muito receio de uma vitória de Marco Antônio, fizeram um juramento de fidelidade a Otávio (que se comprometeu a restaurar os antigos valores da República romana). Na batalha naval do Ácio, em 31 a.C., Otávio finalmente venceu Marco Antônio. A dominação completa do Egito por Otávio é marcada por sua entrada triunfal em Alexandria. O fim de tais lutas marcaria a ascensão dele à condição de primeiro imperador romano, com o título de Augusto (“agraciado pelos deuses”).

Triunvirato

Trata-se de uma magistratura da antiga Roma, desempenhada por três cidadãos, que tinham por missão administrar os negócios supremos da República. O termo refere-se à associação de três cidadãos que reúnem em si toda a autoridade. Corresponde ao governo de três indivíduos; triarquia.

Fonte: *Michaelis Moderno*
Dicionário da Língua Portuguesa.

Ainda assim, é necessário observar que, mesmo constituindo uma província romana, o Egito permaneceu exótico e fascinante aos olhos romanos, fato que se pode perceber a partir dos relatos elogiosos de Estrabão (que, embora grego de nascimento, conduziu seus estudos em Roma) sobre a cidade de Alexandria e também por evidências materiais do século I a.C. Veja o mosaico representando o Nilo, encontrado na cidade italiana de Palestrina (**Figura 5.11**):



Figura 5.11: Mosaico do Nilo da cidade italiana de Palestrina, século I a.C.
Fonte: © Wikimedia Commons –<http://en.wikipedia.org/wiki/File:NileMosaicOfPalestrina.jpg>

Outra prova de que o Egito ainda se manteve exótico e atraente aos olhos ocidentais durante muitos séculos foram as leituras feitas da própria rainha Cleópatra VII, que conseguira seduzir dois importantes generais romanos do final do período republicano. Sua figura inspirou diversas representações, sobretudo, já no século XX, na era do cinema. E ela foi marcada como o símbolo da mulher oriental, misteriosa e atraente.



Atende ao Objetivo 2

2. O geógrafo grego Estrabão descreve a cidade de Alexandria, no livro 17 de sua obra *Geografia*:

as vantagens da cidade são de vários tipos. A área é banhada por dois mares, ao norte, o mar chamado Egípcio, ao sul, o lago Mareia, também conhecido como Mareotis. (...) As exportações por mar de Alexandria são maiores que as importações. Isto qualquer pessoa pode constatar, seja em Alexandria ou Dicearquia, ao observar a chegada e a saída de navios mercantes, e ao atentar para quão mais pesadas ou mais leves suas cargas estão, quando elas partem, ou quando retornam. Somado à riqueza obtida com as mercadorias carregadas nos portos de cada lado, no mar e no lago, o seu bom ar é digno de nota: isso é resultado de estar a cidade cercada por água nos dois lados e dos efeitos favoráveis da alta do Nilo. (...) Em Alexandria, no início do verão, o Nilo, estando cheio, enche também o lago e não deixa assim resíduo de lama que pode ocasionar exalações malignas. No mesmo período, os ventos etesinos sopram do norte, sobre uma grande quantidade de mar, e os alexandrinos em consequência, passam seu verão de forma muito agradável.

Aponte, segundo a ótica de Estrabão, duas características muito positivas da cidade de Alexandria, derivadas de sua localização geográfica.

Resposta Comentada

Estrabão destaca a localização geográfica de Alexandria, que é banhada por dois mares. Esta localização provê à cidade, primeiro, uma grande riqueza em razão das exportações e importações, isto é, do forte comércio marítimo que tem lugar nos portos locais. Em segundo lugar, esta mesma localização, que faz a cidade estar cercada por água em dois lados, permite que o ar local seja fresco e sem odores ruins.

CONCLUSÃO

O reino do Egito governado pela dinastia que descendeu de Ptolomeu I Soter teve uma história próspera e autônoma por quase trezentos anos, diferentemente dos outros reinos helenísticos, que mais rapidamente sucumbiram ao poderio e ao domínio romanos. Dentre os fatores responsáveis por esta vida longa, podemos contar o processo de construção da legitimidade do poder dos reis ptolomaicos frente aos seus súditos gregos e egípcios, que permitiu a contenção de dissidências e revoltas, embora estas tenham ocorrido.

Além disso, é digno de nota o eficiente aparato administrativo que os Ptolomeus organizaram de maneira a melhor usufruir os recursos do território sob seu domínio. Aliada à forte administração, deve ser mencionada a política de fomento à cultura grega que foi desenvolvida com o estabelecimento da capital Alexandria e com a construção de suas instituições, ligadas à cultura e à arte (a biblioteca e o museu). Mais do que nunca, a localização geográfica de Alexandria, com a presença de vários portos, permitia a ela manter um expressivo comércio, que rendia aos reis ptolomaicos grandes tributos e ao reino importantes riquezas.

A política de manutenção de boas relações com Roma também não pode ser esquecida. Ainda que os últimos reis ptolomaicos já não conseguissem exercer poder efetivo sem as interferências de autoridades romanas, a escolha pelo não confronto permitiu ainda ao Egito um maior tempo de vida autônoma. Paradoxalmente, o confronto final com os romanos, que teve por consequência a tomada definitiva do reino, foi causado pela presença de um romano em terras egípcias – o general Marco Antônio, que se aliara e casara-se com Cleópatra VII. Ele foi derrotado na Batalha do Ácio, em 31 a.C., pelo general Otávio (futuro primeiro imperador romano) e o Egito anexado ao território romano como província imperial.

Atividade Final

Observe as duas representações da rainha Cleópatra VII nas artes visuais (em especial, o cinema). Dentre as imagens a seguir, encontra-se aquela da atriz Elizabeth Taylor no papel de Cleópatra, em famoso filme de 1963.

Por que a última rainha do Egito, Cleópatra, exerceu tamanho fascínio ao longo da história, tendo, por fim, sua vida retratada em diversos filmes do século XX?

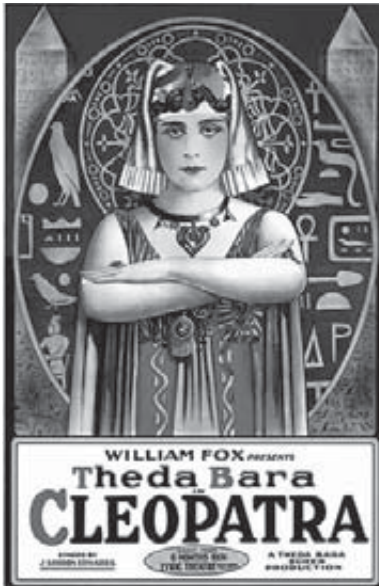


Figura 5.12: Filme *Cleópatra*, 1917.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cleopatra1917.jpg>



Figura 5.13: Filme *Cleópatra*, 1963 com Elizabeth Taylor.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:1963_Cleopatra_trailer_screenshot_%2810%29.jpg

Resposta Comentada

Porque a história de Cleópatra mistura-se à história de Roma, ao ter ela se envolvido amorosamente com dois importantes políticos e generais do final do período da República: César e Marco Antônio. Este último chegou, inclusive, a transferir sua residência para Alexandria, no Egito, de forma a ficar próximo de Cleópatra e dos filhos que com ela teve. Além disso, o fato de ter ela sido a última rainha do reino do Egito (antes de sua conquista definitiva por Roma) trouxe-lhe ainda na Antiguidade (até o século IV d.C.) muita devoção por parte dos antigos súditos egípcios, que provavelmente viam nela o símbolo do Egito soberano. Cleópatra ficou marcada na História como uma rainha importante e como uma mulher exótica e atraente, símbolo do Oriente inventado pelos ocidentais.

RESUMO

Ptolomeu I Soter (salvador) foi apontado o governante do Egito por Alexandre, o Grande, e ele era um dos sucessores mais plausíveis ao governo de todo o império alexandrino. Após a morte deste, Ptolomeu I tomou o Egito e regiões adjacentes como ganho seu. Assim, ele se proclamou rei (basileus) do Egito em 305 a.C. e abriu caminho para que seus sucessores legitimassem seu poder como verdadeiros faraós. Ptolomeu I foi um grande protetor da cultura grega em seu reino. Transferiu a capital egípcia para Alexandria, cidade marcada por sua favorável localização geográfica e pela construção de importantes instituições ligadas à cultura – um museu (o primeiro de que se tem notícia na história) e sua biblioteca foi a maior no mundo antigo – o que a transformou num importante centro cultural em todo o Mediterrâneo.

Após a morte de Ptolomeu I, os seus sucessores tiveram de lidar com os selêucidas de muitas formas, no que dizia respeito ao controle da Síria, da Ásia Menor, da Palestina e da ilha de Chipre. Todos os esforços de Ptolomeu, no sentido de fortalecer seu reino, permitiram que a dinastia que dele descendeu conseguisse manter seu status independente por mais tempo do que os outros reinos helenísticos (que sucumbiram mais rapidamente ao poderio romano), até a última soberana, Cleópatra VII, que morreu em 30 a.C. Cleópatra havia se aliado ao general romano Marco Antônio. Na disputa pelo controle do vasto território romano, entre Marco Antônio e Otávio (sobrinho e filho adotivo de Julio César), o último foi vencedor na batalha naval do Ácio, em 31 a.C., Assim, o Egito foi anexado ao território romano, tornando-se uma província imperial.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você verá em detalhes como se estabelece o poder sobre a parcela mais ampla do antigo território, conquistado por Alexandre, a Ásia Menor e grande parte do continente asiático. Os sucessores do grande conquistador nessa região são os selêucidas, que têm na figura de Seleuco I Nicator, o fundador da dinastia.

Aula 6

A Ásia selêucida e os reinos asiáticos

Monica Selvatici

Metas da aula

Caracterizar o reino helenístico da dinastia selêucida que governou a parte oriental das conquistas territoriais de Alexandre, o Grande, e apresentar os reinos asiáticos que conquistaram independência do domínio selêucida.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo histórico de conquista e perda de territórios por parte da dinastia selêucida e o processo de construção da legitimidade do poder do rei selêucida frente aos seus súditos;
2. avaliar as medidas tomadas pelos soberanos selêucidas no sentido de manter o controle sobre o vasto território de seu reino, dentro do contexto da organização do Estado selêucida.

Pré-requisito

Para esta aula, procure recapitular informações da Aula 2 ("Fontes escritas e cultura material") sobre a localização geográfica do mundo helenístico, em especial, aquela do reino selêucida, e as informações da Aula 4 ("As conquistas de Alexandre e a construção da imagem do grande general") acerca do processo de conquista de tal território.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, discutiremos a formação, a história e a desagregação do reino da dinastia selêucida, que abarcou a maior parcela, e aquela mais oriental do antigo território conquistado por Alexandre, o Grande.

Após a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C., houve a divisão do território por ele conquistado entre seus generais – referidos em grego como *diádocos* (*diadochoi*, “sucessores”) e também como *epígonos* (*epígonoi*, “filhos”). Seleuco, um dos principais generais de Alexandre, tornou-se governador (o termo preciso é “sátrapa”, que será explicado nas próximas páginas) da Babilônia em 321 a.C. Houve, no entanto, uma série de lutas, que duraria toda uma década, entre aqueles generais que pretendiam manter a unidade do império em memória à figura de Alexandre e aqueles que pretendiam dividi-lo.

Neste processo, Seleuco aliou-se a Ptolomeu I do Egito contra Antígono I (sucessor de Alexandre ao trono macedônico), que havia conseguido, naquele período, expulsá-lo do governo da Babilônia. Assim, em 312 a.C., ao derrotar o exército do filho de Antígono, Demétrio, na região de Gaza, com o auxílio de tropas enviadas por Ptolomeu, Seleuco conseguiu tomar posse da Babilônia novamente. Estabeleceu-se, assim, o reino ou império selêucida na parte mais oriental do antigo império alexandrino. Em suma, o grupo dos generais que intencionava dividir as terras de Alexandre foi vencedor.



Figura 6.1: Seleuco I Nicator (bronze). Cópia romana de original grego, da cidade de Herculano (sul da Península Itálica). Atualmente no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, Itália.

Fonte: © Wikimedia Commons - http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Seleuco_I_Nicatore.JPG

O estabelecimento do reino selêucida

Os selêucidas governaram o maior dos reinos helenísticos, com o seu centro na Síria e a Turquia ocidental como limite a oeste, assim como a província da Bactria (atual Afeganistão e Paquistão) a leste. Em torno de 305 a.C., Seleuco havia consolidado o seu poder sobre o território e começou a expandir seu domínio a leste em direção ao rio Indo e a oeste, sobre a Síria e a Ásia Menor.



Figura 6.2: Mapa dos reinos sucessores de Alexandre antes da batalha de Ipsus (301 a.C.), com destaque para o reino selêucida.

Fonte: © Wikimedia Commons - <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Diadoch.png>

Ao todo, o território selêucida compreendeu as áreas do que atualmente são o Afeganistão, o Irã, o Iraque, a Síria e o Líbano, juntamente com partes da Turquia, Armênia, Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. A princípio, o reino selêucida teria duas capitais, que foram fundadas em 300 a.C.: Antioquia do rio Orontes na Síria e Selêucia do rio Tigre na Mesopotâmia. A cidade de Babel compreendia outro centro urbano de importância expressiva.

Como você já viu em aulas anteriores, o processo de helenização das regiões conquistadas por Alexandre foi levado adiante pelas dinastias que a ele sucederam através do estabelecimento de cidades gregas, tanto em terras não urbanizadas quanto em locais onde existiam antigos assentamentos. Novas cidades foram fundadas mesmo em lugares onde havia grandes concentrações urbanas. Este foi o caso da cidade faraônica de Mênfis, no Egito, que perdeu seu lugar para Alexandria, cidade construída por Alexandre no litoral do Mediterrâneo, que passou a ser a capital do reino ptolomaico, e também o caso da nova capital do reino selêucida, Selêucia do Tigre, que ultrapassou em vulto a antiga capital mesopotâmica, a cidade de Babel. Como se pode notar, as cidades recebiam nomes em homenagem à dinastia governante.

O reinado de Seleuco I durou de 312 a 281 a.C. e ele foi sucedido por seus descendentes, que continuaram a governar o conjunto das províncias acima apontadas por mais de dois séculos. Entretanto, este reino logo começou a perder territórios, tanto a leste como a oeste. A Bactria tornou-se independente em 255 a.C. e também a leste emergiu o reino não grego da Pártia (aproximadamente em 238 a.C.), o que bloqueou a expansão selêucida nesta direção. Posteriormente, o rei selêucida Antíoco III, de epíteto o Grande, conseguiu reconquistar tais territórios, ao longo de uma série de guerras orientais entre os anos 209 e 204 a.C. Também em termos de guerras empreendidas, são dignas de menção as diversas “guerras sírias”, travadas a sudoeste contra a dinastia dos ptolomeus do Egito.

Primeira Guerra Síria (274-271 a.C.)
Segunda Guerra Síria (260-253 a.C.)
Terceira Guerra Síria (246-241 a.C.)
Quarta Guerra Síria (219-217 a.C.)
Quinta Guerra Síria (202-195 a.C.)
Sexta Guerra Síria (170-168 a.C.)

No ano 200, o rei ptolomaico foi forçado a ceder a Palestina a Antíoco III. Este representou o ápice do poder selêucida. Antíoco III, no entanto, logo viria a assistir ao declínio de seu poder.



Figura 6.3: Moeda de prata, representando Antíoco III. Fotografada no Museu Britânico, Londres.

Fonte: © Wikimedia Commons - <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:AntiochosIII.JPG>

No extremo ocidental do território, os selêucidas perderam as terras na Turquia quando lá despontou a dinastia dos Atálidas, que passou a governar a região independente (então transformada no reino de Pérgamo, em cinza mais escuro no mapa – **Figura 6.4**).



Figura 6.4: Mapa da região da Ásia Menor após 188 a.C.

Fonte: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Asia_Minor_188_BCE.jpg

No século II a.C., o poder dos Atálidas foi aumentado por se aliarem a Roma, a quem o reino de Pérgamo foi legado pelo último soberano em 133 a.C. Desta forma, no século I a.C., o reino selêucida estava já reduzido, também em função de dissensões internas, a uma pequena área do norte da Síria, e ele finalmente sucumbiu frente aos romanos em 64 a.C.

O embate com o poderio romano

Helesponto

O Helesponto, cujo nome atual é Dardanelos, constitui um estreito no noroeste da Turquia, ligando o mar Egeu ao mar de Mármara. Assim como o estreito de Bósforo, ele separa a Europa da Ásia.

Aníbal

General da cidade de Cartago, filho de Amílcar Barca, liderou as tropas cartaginesas em sua luta contra Roma ao longo da Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.).

No ano 196 a.C., Antíoco III cruzou o **Helesponto** com o objetivo de conquistar a região da Trácia (ele, de fato, conseguiu seu intento em 194). No entanto, tamanha proximidade e influência sobre terras próximas àquelas dominadas por Roma rapidamente incomodaram os romanos. Uma guerra inevitável entre as duas potências foi desencadeada em 192 a.C. Antíoco III recebeu apoio de muitas cidades gregas e auxílio do general cartaginês **Aníbal**, mas foi derrotado e forçado a pagar uma enorme soma de dinheiro aos romanos. Como resultado, o reino selêucida perdeu suas possessões na região da Ásia Menor (atual Turquia).

A partir de então, a monarquia selêucida começou a perder mais territórios. Roma havia se tornado um poder invencível. Apoiou os judeus quando eles se libertaram do domínio selêucida, após a revolta dos Macabeus. Concomitantemente, os partos (que serão caracterizados em detalhes na seção “Os reinos asiáticos”) fundaram o império parto, subtraindo as províncias orientais do reino selêucida. As cidades de Selêucia do Tigre e Babel foram capturadas na primavera de 141 a.C. Mais perdas ocorreram com as guerras civis entre duas facções rivais da família selêucida. O enorme reino selêucida continuou a perder territórios em função da guerra ou da rebelião de populações dominadas. Neste sentido, a anarquia e a instabilidade criaram o contexto propício para a divisão da Ásia Menor em reinos que se tornaram independentes. Assim ocorreu com os novos reinos da Bitínia, Paflagônia, Ponto, Galácia, Capadócia, Comagene, Cilícia e Pérgamo.

O processo de desagregação do reino selêucida foi provocado definitivamente pela chegada dos romanos ao centro do reino e a tomada de seu território. O último rei selêucida foi destronado em 64 a.C. O centro do antigo reino foi transformado em uma província pelos romanos, nomeada Síria.



A Revolta dos Macabeus – como você verá com mais detalhes na Aula 10 – foi um levante organizado pelo judeu Judas Macabeu contra o rei selêucida Antíoco IV Epifanes, na década de 160 a.C., que teve como motivo primeiro a proibição do culto judaico pelo monarca helenístico e a obrigação imposta por ele aos judeus de cultuar uma divindade helênica.

O processo de legitimação do poder dos governantes selêucidas

Com a morte de Seleuco em 281 a.C., Antíoco I precisava determinar de que forma ele iria apresentar o seu reinado em relação ao de seu pai. Seleuco havia começado a se separar do imaginário, ligado a Alexandre, e é possível que já tivesse iniciado a cunhagem de moedas com sua própria efígie. No entanto, seu filho Antíoco I foi bastante original ao criar uma imagem diferente que dominou a produção de moedas dos selêucidas por todo um século: o retrato do rei vigente no anverso, e no reverso o deus Apolo sobre o **ônfalo**.

Ônfalo

Pedra arcaica ou, ainda, pedra fundamental de uma localidade, esculpida com baixos-relevos. A mais famosa dentre as pedras deste tipo que existiam ao longo do Mediterrâneo antigo era aquela mantida no templo do deus Apolo, em Delfos. O significado da palavra *omphalos* em grego é “umbigo”. Dizia-se que a pedra correspondia ao centro do mundo, tal como determinado por Zeus. Os relevos que recobrem a pedra representam uma rede. Hoje perdidas, compunham também a peça duas águias de ouro que ficavam sobre ela.



Figura 6.5: Ônfalo de Delfos, acervo do Museu Arqueológico de Delfos.

Fonte: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Omphalos_museum.jpg

Antíoco I também promoveu a imagem de seu pai como o fundador da dinastia selêucida. O historiador romano (de origem grega) Apiano de Alexandria relata que um culto a Seleuco I foi fundado na cidade Selêucia Piéria. Além disso, uma imagem divinizada de Seleuco, caracterizado com chifres de touro, foi cunhada na cidade de Sardes, em moedas, que continham no reverso a imagem do deus Apolo sobre o ônfalo.

O deus Apolo, dentro do império selêucida, foi interpretado no contexto babilônico como o deus local Nabu e, no contexto persa, ele foi divulgado como a versão grega do rei vigente.

Esta característica multifacetada da divindade transformou-a na figura ideal para representar os selêucidas, que procuravam legitimar seu poder sobre um território vasto e uma população multiétnica.

Em suma, Antíoco I publicizou a imagem de seu pai divinizado, com o objetivo de se afirmar como sucessor legítimo dele. Segundo Kyle Erickson (2010),

Antíoco divulgou a imagem de Seleuco como ancestral e fundador da dinastia, mas não como o único foco da casa real. O papel de Seleuco, como fundador, foi ainda mais destacado através do contínuo uso da data de seu retorno da Babilônia como o marco inicial da cronologia da dinastia selêucida.



Figura 6.6: Moeda de Seleuco I Nicator. Fotografada no Museu Britânico, Londres. Fonte: © Wikimedia Commons – <http://en.wikipedia.org/wiki/File:SeleucosCoin.jpg>

E rapidamente Antíoco I procurou estabelecer o seu papel como soberano legítimo ao inserir a sua própria imagem no anverso das moedas.



Figura 6.7: Moeda cunhada por Antíoco I Soter (281-261 a.C.). Anverso: Antíoco com diadema. Reverso: Apolo sentado sobre o ônfalo.
Fonte: © Wikimedia Commons – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AntiochusI.jpg>



Atende ao Objetivo 1

1. Observe o mapa do Império selêucida no ano 200 a.C. e a moeda do rei Antíoco IV Epifanes:



Fonte: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Seleucid-Empire_200bc.jpg



Figura 6.8: Moeda de Antíoco IV Epifanes no anverso e o deus Apolo sobre o ônfalo, no reverso.

É sabido que no ano 200 a.C., o poder dos selêucidas chegou ao seu ápice com a conquista da Palestina, anteriormente dominada pelos ptolomeus. Diante de tantos territórios e populações diferentes dominadas, por que os reis selêucidas insistiram na cunhagem de moedas que apresentavam, no anverso, os seus perfis e, no reverso, o deus Apolo sobre o ônfalo?

Resposta Comentada

Porque a cunhagem de moedas foi um importante recurso para estabelecer a legitimidade do poder selêucida frente aos súditos das diversas regiões dominadas. Desde Seleuco I, esta estratégia foi utilizada e assim permaneceu sob os sucessores da dinastia. A adoção da figura do deus Apolo tinha a função de representar bem a dinastia selêucida diante de tantos povos dominados, na medida em que ele mantinha uma característica multifacetada – pela qual ele se confundia com o deus Nabu dos babilônicos e também, entre os persas dominados, era visto como a representação do rei vigente.

A organização do estado selêucida

O reino selêucida, tal como o império de Alexandre, mantinha aspectos similares aos dos impérios anteriores a ele: o império assírio, o império neobabilônico e o império aquemênida. Não há dúvida quanto a tais semelhanças, mas os intelectuais discordam em relação à questão de se os selêucidas quiseram usar as estruturas do antigo governo e realmente se mostraram como sucessores dos Aquemênidas (tal como fizeram os ptolomeus ao se colocarem como sucessores dos antigos faraós), já que procuraram, ao contrário, divulgar com força o modo de vida helênico em todo o território por eles dominado. Talvez a permanência mais forte do antigo sistema de governo persa nos domínios selêucidas tenha sido a divisão das terras do reino em províncias ou satrapias, a serem governadas por sátrapas, que deviam obediência e lealdade ao rei.



Império assírio

Os assírios formaram um reino semita, localizado em torno da região do alto rio Tigre, no norte da Mesopotâmia (atual Iraque). Seu nome advém de sua capital original, a antiga cidade de Assur. A história dos assírios remonta ao século XX a.C. No entanto, o auge de processo de expansão do império assírio deu-se entre os séculos IX e VII a.C. quando, sob o soberano Assurbanipal (c. 668-627 a.C.), controlou, por algumas décadas, toda a região do Crescente Fértil além do Egito. O fim do domínio assírio deu-se com a invasão dos caldeus às capitais Assur e Nínive no final do século VII a.C.

Império neobabilônico

Trata-se de um breve período da história da antiga Mesopotâmia, entre 626 e 539 a.C., quando os caldeus governaram o território do antigo império assírio. Este domínio inicia-se com a tomada da cidade de Babel (ou Babilônia) por Nabopolassar em 626 a.C. e tem continuidade com a invasão de importantes cidades do império assírio. Dentre os soberanos da dinastia neobabilônica, iniciada por Nabopolassar, encontra-se seu filho, Nabucodonosor II, conhecido pelo relato bíblico como o rei que invadiu a Judeia e deportou os judeus para o exílio na Babilônia. Esta dinastia logo perde seus domínios com a invasão de Babel, desta vez, pelos persas aquemênidas em 539 a.C.

Império aquemênida

O império aquemênida existiu por mais de duzentos anos (cerca de 550–330 a.C.). Também conhecido como o primeiro império persa, teve no monarca Ciro o Grande o responsável por expandir seus domínios até abarcar, em torno de 500 a.C., uma área que seguia desde o vale do rio Indo a leste até a Trácia e a Macedônia a oeste. Ele também dominou o Egito neste período, compreendendo, no auge de sua extensão territorial, cerca de 2.600.000 km², divididos em províncias (as satrapias) e interligados por uma complexa rede de estradas.

Membros das elites nativas procuraram se helenizar em termos dos costumes, mas as línguas demóticas (línguas faladas no cotidiano) também foram usadas na administração do Estado selêucida. A influência grega era limitada às cidades, não chegando a afetar as áreas rurais.

Embora os soldados gregos fossem a base do exército, um grande número de tropas da Pérsia e da Babilônia foi incorporado, entre as quais os catafractas, a cavalaria pesada dos persas aquemênidas. Houve diversas revoltas na região que a dinastia selêucida conseguiu suprimir e, na tentativa de alcançar a obediência dos súditos orientais, os reis selêucidas procuraram agir como protetores dos cultos persas e babilônicos. Eles adotaram amplamente a prática de subsidiar (pagavam os custos dos sacrifícios feitos no templo) os cultos das divindades persas e mesopotâmicas. Adotaram, também, a política dos casamentos com a realeza persa da Capadócia, que se dizia ligada por ancestralidade à figura de Dario I, o Grande.

O principal desafio para o Estado selêucida era o de garantir a integração do vasto reino sob seu domínio que compunha um mundo muito heterogêneo, em termos dos povos que nele habitavam. A existência de duas capitais – Antioquia na Síria e Selêucia na Babilônia – era uma tentativa de manter o governo sobre todo o território. Havia regiões que eram subordinadas diretamente ao rei e outras – situadas, sobretudo, nas fronteiras – que eram ainda governadas por chefes tribais ou elites religiosas. Estas regiões mostravam-se, na maioria das vezes, autônomas em relação ao poder central.

A dinastia selêucida, na tentativa de melhor dominar o território sob seu domínio, divulgou a cultura helênica ao fundar uma série de cidades e colônias de cidadãos gregos, em algumas regiões de seu reino. Esta iniciativa foi adotada por Seleuco I e Antíoco I, que fundaram diversos núcleos urbanos, cujo modelo era as *póleis* gregas (com o ginásio, anfiteatros e praças). As colônias gregas eram centradas, em sua maioria, na Síria, cuja capital Antioquia era a mais importante delas, e em menor escala na Babilônia, com a fundação de Selêucida do Tigre. Uma exceção à regra foi a colonização grega da longínqua província da Bactria, situada na fronteira com a Índia.

O reino de Pérgamo

Durante a divisão do império de Alexandre, a região da Anatólia coube a Lisímaco, um dos diádocos ou sucessores de Alexandre. Lisímaco conquistou uma grande fortuna com suas possessões na Ásia Menor e as depositou na cidade de Pérgamo, deixando boa parte dela aos cuidados de um de seus oficiais, Filetairo. No entanto, Lisímaco foi posteriormente morto por Seleuco I Nicator em 281 a.C. na batalha de Corupedium, o que fez com que Filetairo ficasse com a posse de um grande tesouro e da própria cidade de Pérgamo.

Filetairo mostrou-se um habilidoso administrador, ao governar Pérgamo como um território vassalo do reino selêucida. Procurando demonstrar lealdade aos selêucidas, na realidade, ele conseguiu fundar seu próprio reino.

Em 263 a.C., seu sucessor Eumenes I travou uma aliança com o Egito ptolomaico, derrotou o rei selêucida Antíoco I Soter e declarou a independência de seu território. Ele é, neste sentido, considerado o primeiro rei de Pérgamo e o fundador da dinastia dos Atálidas (cujo nome advém de seu avô, Átalo de Tios). Além disso, ele conseguiu expandir as fronteiras de seu reino até as margens do mar Egeu.

O seu sucessor, Átalo I, deu continuidade ao processo de expansão até que toda Ásia Menor fica submetida aos Atálidas. Neste momento, eles travam um pacto com Roma, que se torna protetora do reino e recebe, por herança, seu território após a morte do último rei desta dinastia, Átalo III, em 133 a.C.



O naturalista romano Plínio, o Velho, conta uma anedota (mencionada anteriormente por Varrão) segundo a qual a invenção do pergaminho fora resultado da rivalidade entre ptolomeus e atálidas e, mais especificamente, entre as cidades de Alexandria e Pérgamo. Pérgamo, assim como Alexandria, era um centro cultural de expressiva importância no mundo helenístico.

O rei Átalo II iniciou em 157 a.C. a coleta de textos a serem depositados na Grande Biblioteca de Pérgamo. Tal biblioteca viria a ter uma repercussão menor do que aquela de Alexandria, mas era muito vasta em termos dos campos de saber contemplados. No entanto, ela dependia exclusivamente dos papiros, oriundos de Alexandria e não mantinha com esta última a melhor

das relações. Segundo Plínio, em *Historia Naturalis*, em razão de tal rivalidade, o rei do Egito proibiu a exportação de papiro para aquela cidade e os habitantes de Pérgamo foram obrigados a desenvolver a técnica da fabricação de um suporte diferente para a escrita: o pergaminho, que tem seu nome derivado do nome da cidade.

Os reinos asiáticos

Alexandre, o Grande, em meio às suas conquistas de novos territórios, alcançou e tomou no Oriente a região de Sogdia (ou Sogdiana) e o Irã. Entretanto, ao sul, ele encontrou muita resistência local. Após dois anos em guerra e uma forte campanha de revoltas, Alexandre obteve êxito na conquista de algum controle sobre a região da Bactria, localizada em torno do rio Oxus e ao norte do Hindu Kush (que Alexandre designou como o Cáucaso das Índias).

Uma onda de colonização militar sob as ordens de Alexandre e da dinastia selêucida posterior a ele estabeleceu uma comunidade numericamente pequena, porém politicamente dominante na Bactria.

O reino greco-bactriano

Importantes dificuldades encaradas pelos reis selêucidas e os ataques de Ptolomeu II do Egito deram a Diódoto, sátrapa da Bactria, a oportunidade de declarar a independência do seu território em torno de 255 a.C. e ainda conquistar a região de Sogdiana. Ele foi o fundador do reino greco-bactriano.

Diódoto e seus sucessores foram capazes de se manter frente aos ataques dos selêucidas – particularmente dos ataques de Antíoco III, que foi finalmente derrotado pelos romanos em 190 a.C.

Houve o desenvolvimento e a evolução de um sentimento de pertença à etnia grega entre a comunidade de colonos da Bactria helenística e seus descendentes. O novo reino foi altamente urbanizado e considerado um dos mais prósperos do Oriente. O historiador latino Marco Juniano Justino o definia como “o opulentíssimo império bactriano das mil cidades” (em latim, *opulentissimum illud mille urbium Bactrianum imperium*). Assim, uma política de expansão territorial foi adotada em direção tanto ao oriente como ao ocidente. O território greco-bactriano foi ampliado até as terras da Índia. O geógrafo grego Estrabão mostrou-se bastante impressionado em sua descrição:

No que diz respeito à Bactria, uma parte dela segue ao longo da região de Ária em direção ao norte, embora a maior parte dela localize-se acima de Ária e a leste desta região. E ela produz de tudo, com exceção de azeite. Os gregos que provocaram a revolta da Bactria tornaram-se tão poderosos em termos da fertilidade da região que eles se tornaram mestres, não apenas da Bactria e além dela, mas também da Índia, tal como afirma Apolodoro de Artemita: e mais tribos foram submetidas por eles do que por Alexandre...



Figura 6.9: Mapa do reino greco-bactriano em sua extensão máxima, em torno de 180 a.C.

Fonte: © Wikimedia Commons – <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Greco-BactrianKingdomMap.jpg>

Os habitantes do reino greco-bactriano utilizavam a língua grega para objetivos administrativos e mesmo a língua bactriana local também era helenizada. Isso se pode entrever pela adoção do alfabeto grego e o empréstimo de palavras em grego ao seu vocabulário. Segundo Rachel Mairs (2008, p. 39),

Os habitantes da região [da Bactria] mostravam-se satisfeitos com o fato de atenderem aos critérios de pertença à etnia grega; suas inscrições mostram que eles eram capazes de racionalizar uma gama culturalmente diversa de práticas por meio de um vocabulário cultural grego e que mesmo indivíduos com nomes indianos poderiam gabar-se de sua educação grega.

O reino da Pártia sob os selêucidas

Após a morte de Alexandre, na conferência da Babilônia em 323 a.C., a Pártia tornou-se uma província governada por Nicanor. Já em 320 a.C., na Conferência de Triparadiso, a província foi delegada ao general Felipe, antigo governador de Sogdiana. Posterior a isso, houve invasões ao território parto que, uma vez contidas, fizeram da Pártia uma província autônoma.

Em 316 a.C., Seleuco I Nicator designou um subordinado seu (que ocupava o cargo de sátrapa da Bactria) como governador da Pártia. Nos sessenta anos seguintes, vários membros da hierarquia selêucida foram indicados para o posto de sátrapas desta província.

Em 247 a.C., após a morte de Antíoco II, Ptolomeu III do Egito tomou o controle da capital selêucida em Antioquia, o que deixou incerto o futuro da dinastia selêucida. Aproveitando-se da situação política do reino muito precária, o governador selêucida da Pártia, Andrágoras, proclamou a independência de sua satrapia e começou a cunhar suas próprias moedas.



Figura 6.10: Moeda de Andrágoras. "Principais Moedas dos Antigos", edição de 1889, acervo do Museu Britânico. Fonte: © Wikimedia Commons – <http://en.wikipedia.org/wiki/File:AndragorasBMC.jpg>

Enquanto isso, aparece no cenário político oriental a figura de Ársaces – homem oriundo da Bactria ou mesmo da Cítia – que foi eleito líder dos parni, povo de origem iraniana oriental. Após a separação da Pártia do Império Selêucida e a consequente perda do apoio militar selêucida, Andrágoras viu-se em dificuldades para proteger suas fronteiras e, em torno de 238 a.C., sob o comando de Ársaces e seu irmão, os parni invadiram a Pártia e tomaram, a princípio, controle da região norte daquele território.



Figura 6.11: Moeda com a representação do rei parto Ársaces I (247-211 a.C.).

Fonte: © Wikimedia Commons – http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pdc_24586.jpg

O processo de conquista pelos parni de todo o território da Pártia das mãos de Andrágoras foi bastante rápido. Os selêucidas, por sua vez, procuraram enviar uma expedição punitiva sob Seleuco II que não foi bem-sucedida. Mais tarde, em 209 a.C., sob Antíoco III, os selêucidas recapturaram o território controlado pelos parni, das mãos do sucessor de Ársaces, Ársaces II. Este último aceitou os termos impostos pelos selêucidas e seu território tornou-se uma província com *status* de dependência ou vassalagem. Uma nova tentativa da Pártia arsácida de tornar-se independente só viria a acontecer no tempo do neto (ou sobrinho-neto, não se sabe ao certo) de Ársaces II.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho abaixo, extraído da *Crônica sobre o reino de Seleuco III Keraunos* (texto babilônico em tablete cuneiforme [que tem a escrita feita nele em forma de cunha], acervo do Museu Britânico):

[Ano] 88, Seleuco (III Keraunos) rei, mês Nisannu (I). Naquele mês, no oitavo dia (7 April 224), um certo babilônico, o shatammu do Esagila, providenciou para o x] x do Esagila, sob as ordens do rei, de acordo com o pergaminho que o rei enviara antes, com dinheiro do tesouro real de sua propriedade 11 bois gordos, 100 ovelhas gordas (e) 11 patos gordos para as oferendas de comida, dentro do Esagila, para Bêl, Bêltia e os grandes deuses e [p]ara o serviço do re[i] Se[leu]co e seus filhos. As porções dos bois e os animais sacrificiais acima mencionados ele destinou aos sacerdotes de lamentação e o shatammu. Aos juízes do rei e dos cidadãos [para] Selêucia ele os enviou.

Em termos da organização do Estado selêucida, de que medidas tomadas por Seleuco III no sentido de manter o controle sobre o vasto território trata o texto de sua crônica?

Resposta Comentada

Tendo por base as informações sobre as medidas adotadas pelos soberanos selêucidas, com o objetivo de manter o controle e a obediência dos súditos de seu reino, fica claro no texto a prática do rei de subsidiar os cultos das divindades mesopotâmicas, neste caso no templo babilônico chamado Esagila, cuja divindade era Marduk. O texto é enfático, quanto à origem do dinheiro. Ele provém do tesouro real, trata-se da propriedade da pessoa do rei selêucida que se mostra, assim, respeitoso, generoso e protetor do culto babilônico.

CONCLUSÃO

O território tomado por Seleuco I Nicator, após a divisão do império de Alexandre, estendia-se desde a Anatólia/Ásia Menor e a Síria (a oeste) até a região da Bactria, que fazia fronteira com a Índia e a China (a leste). Neste sentido, a área controlada pelos selêucidas era a mais difícil de administrar, na medida em que compreendia muitos grupos étnicos e diferentes províncias (as satrapias) cujo governo era exercido por líderes locais e sátrapas que não estavam acostumados, nem desejavam uma autoridade central. Por essa razão, as fronteiras do reino selêucida foram sempre flutuantes. A política de colonizar com habitantes gregos as áreas conquistadas foi, no entanto, bem-sucedida durante vários anos. Ainda assim, essa dinastia envolveu-se constantemente em guerras contra a dinastia ptolomaica na disputa por territórios, algo que terminou por enfraquecer ainda mais o poder central selêucida e causar a perda progressiva dos antigos territórios dominados. Esta dinastia foi, por fim, derrotada pela potência romana, que passava a se interessar pelo Mediterrâneo helenístico e terminou por invadir o centro do antigo estado helenístico, em meados do século I a.C.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Observe a moeda a seguir, cunhada no tempo do rei greco-bactriano Pantaleão, entre 190 e 180 a.C., e leia as características dela na legenda.



Figura 6.12: Moeda bilíngue de Pantaleão no padrão indiano. Anverso: deusa indiana Lakshmi, com legenda em Brahmi (sistema de escrita usado no centro-norte da Índia a partir do século III a.C.): RAJANE PAMTALEVASA (rei Pantaleão).

Reverso: leão budista, com legenda em grego: BASILEOS PANTALEONTOS (rei Pantaleão).

Fonte: © Wikimedia Commons – <http://wikimedia.org/wiki/File:PantaleonLion.jpg>

Com base nas informações sobre o reino greco-bactriano, o que se pode afirmar a respeito das imagens e legendas da moeda?

Resposta Comentada

Como vimos nesta aula, o reino greco-bactriano expandiu suas fronteiras em direção à Índia, abrangendo diversos territórios indianos. Também se sabe que a população da Bactria, de origem grega, manteve sua identidade grega, porém incorporando traços dos povos nativos, como o uso da língua bactriana. O mesmo parece ter ocorrido com a expansão em direção à Índia. A moeda do rei grego demonstra a apropriação grega dos símbolos indianos e o uso bilíngue do grego e da escrita indiana naquele período.

RESUMO

Nesta aula, procuramos caracterizar o reino helenístico da dinastia selêucida, que governou a parte oriental das conquistas territoriais de Alexandre, o Grande, em termos de seu território, da busca por legitimação de seu poder e da organização do estado selêucida. A dinastia selêucida, na tentativa de melhor dominar o território sob seu domínio, divulgou a cultura helênica, ao fundar uma série de cidades e colônias de cidadãos gregos nas diversas regiões de seu reino. Ainda assim, a manutenção das fronteiras do reino era complexa e o envolvimento em guerras constantes contra os ptolomeus e, posteriormente, contra os romanos levaram à derrota final de tais governantes. Propiciaram também a independência de uma série de reinos, outrora dominados pelo Estado selêucida. Tais reinos, agora autônomos, localizavam-se tanto a oeste na Ásia Menor

como o reino de Pérgamo (governado pela dinastia dos Atálidas), quanto a leste na Ásia longínqua com o reino da Pártia e o reino greco-bactriano. Este último manteve, de maneira independente, uma forte identidade grega em terras próximas à Índia.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, intitulada “A Macedônia dos antigônidas e as ligas gregas”, você verá em detalhes como se estabelece o poder sobre o território de onde Alexandre é oriundo, a Macedônia. Os sucessores do grande conquistador nesta região são os antigônidas, que têm na figura de Antígono I o fundador da dinastia.

Aula **7**

A Macedônia dos
antigônidas e as
ligas gregas

Juliana Bastos Marques

Meta da aula

Apresentar as consequências da divisão do império de Alexandre para a continuidade da realeza macedônica e para a situação política das cidades gregas, com o estabelecimento das ligas Etólia e Aqueia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo de divisão do império, através da reconfiguração da monarquia macedônica como poder local;
2. identificar as características da autonomia das cidades gregas neste período e a criação de ligas, como a Etólia e Aqueia, bem como seu funcionamento;

Pré-requisitos

Para esta aula, recapitule as Aulas de 12 a 15 da disciplina História Antiga, referentes à Grécia clássica.

INTRODUÇÃO

Como pudemos ver nas duas últimas aulas, a sucessão de Alexandre não foi um processo simples, envolvendo décadas de lutas entre seus generais. O próprio reino da Macedônia foi o principal campo de batalha, com a eliminação da frágil sucessão da casa real de Alexandre e uma complexa sucessão de generais vitoriosos, mas que não conseguiram manter o poder por muito tempo. Como veremos nesta aula, foi só com a consolidação no poder de Antígono Gônatas, em 277 a.C., que uma nova dinastia se consolidou, sem, no entanto, conseguir reconquistar todo o imenso império de Alexandre.

As dinâmicas de poder entre a Macedônia e o resto da Grécia tomaram novas características neste período. Enfraquecidas politicamente, cidades antes poderosas, como Atenas e Esparta, ainda lutaram por influência e autonomia, mas foi só através de ligas de cidades com interesses em comum, agindo de forma articulada, que as cidades-estado da Grécia conseguiram manter alguma autonomia, até que a chegada dos romanos alterasse para sempre esse quadro.

As guerras de sucessão na parte europeia do Império Macedônico

Geralmente, lemos nos manuais e livros didáticos que, após a morte de Alexandre, o império foi dividido entre seus três generais: Ptolomeu ficou com o Egito, Seleuco com a Ásia e Antígono com a Macedônia. Na verdade, a sucessão de Alexandre foi marcada por décadas de instabilidade política, guerras civis, tênues alianças e traições – período conhecido como as Guerras dos Diádocos (do grego *diadokhoi*, “sucessores”). Tudo isso se deu porque Alexandre nunca se ocupou em construir um sistema administrativo e dinástico no seu império que pudesse se sustentar com segurança após a sua morte. No Egito e especialmente na Ásia, como vimos na Aula 4,

ele apenas manteve as estruturas administrativas persas, submetendo e cooptando as lideranças locais, e adicionando por vezes os macedônios no sistema de *satrapias*. Na própria Macedônia, Alexandre havia designado Antípatro como regente e, quando morreu, não designou nenhum herdeiro para o trono.

Não que eles não existissem: Alexandre tinha um meio-irmão, Filipe Arrideu, que sofria de distúrbios mentais. Uma de suas esposas, Roxane, estava grávida e havia grande expectativa de que nascesse um menino. O exército que se encontrava na Macedônia não perdeu tempo e declarou Filipe Arrideu como o novo rei, mas era necessário também um regente. Quase todos os principais generais de Alexandre haviam morrido nas guerras ou sido assassinados por seus rivais, e foi praticamente o segundo escalão o protagonista das lutas de poder que se seguiram. Pérdicas, um dos poucos ainda próximos a Alexandre e à sua corte, impôs-se como *quiliarca* (termo local equivalente a “primeiro-ministro”) até o nascimento do herdeiro, Alexandre IV. Pérdicas logo se viu isolado contra os outros generais, que já planejavam dividir o império e foi morto pelos soldados de Ptolomeu. As intrigas da corte e os interesses dos generais causariam em um curto período de tempo a eliminação de toda a casa dos *argéadas*, a família de Alexandre: foram assassinados Alexandre IV, Roxane (**Figura 7.1**), Filipe Arrideu e a própria Olímpias, mãe de Alexandre.



Figura 7.1: *Casamento de Alexandre e Roxane*, por Giovanni Bazzi (“Il Sodoma”), Palácio Farnese, Roma, 1517. Note como esta é uma representação idealizada do mundo clássico, que mistura elementos típicos das obras do século XVI, como os *putti* (os anjinhos) e a arquitetura renascentista. Roxane aparece sem nenhum elemento indicador de sua origem oriental.

Fonte: Wikimedia commons: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sodoma,_sala_di_alessandro_02.jpg

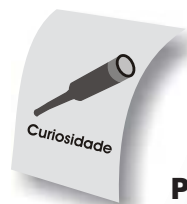
Formou-se logo uma coalizão em torno de Cassandro, na Macedônia, Ptolomeu, no Egito, Lisímaco, na Trácia e Seleuco, na Babilônia, desta vez contra Antígono I Monoftalmos (“de um olho só”) e seu filho Demétrio, generais que pretendiam o controle das possessões macedônicas na Ásia e na Europa. Estes, porém, conseguiram libertar a cidade de Atenas de Cassandro e foram comemorados como divindades salvadoras pela cidade. Aclamados como reis por seu exército, foram os primeiros a se apresentar como uma dinastia nova, acabando com o discurso ilusório de continuadores da dinastia *argéada*. Cassandro e a coalizão dos generais conseguiram, por sua vez, derrotar e matar Antígono, na famosa batalha de Ipsus, em 301 a.C., retratada por Plutarco na *Vida de Demétrio* – a batalha é tida como o marco final da divisão do império de Alexandre entre os seus sucessores (**Figura 7.2**).



Figura 7.2: Divisão do Império Macedônico após a batalha de Ipsus, na qual a coalizão de Cassandro, Lisímaco, Seleuco e Ptolomeu derrota Antígono Monofthalmos e seu filho, Demétrio.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b0/Diadochen1.png>

No entanto, Demétrio consegue invadir e conquistar a Macedônia, e ainda conta com a sorte de Cassandro e seus descendentes morrerem de causas naturais em pouco tempo. Demétrio ainda sonhava com a restauração do império de Alexandre sob sua liderança, mas logo os macedônios cansaram-se de sua adoção de costumes orientais, assim como Alexandre havia feito, e expulsaram-no.



Você conhece a expressão “vitória de Pirro”?

Segundo o dicionário Houaiss, é uma “vitória que traz quase tanto prejuízo ao vencedor quanto ao derrotado”. O rei Pirro (319-272 a.C.), de Épiro, um território a oeste da Macedônia, também procurou aumentar seu território,



Figura 7.3: Busto de Pirro, Museo Archeologico Nazionale, Nápoles (Itália).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Pyrrhus.JPG>

lutando contra os romanos, que na época estavam começando a se tornar uma grande potência militar. Pirro foi vitorioso nas batalhas que travou contra Roma, mas elas lhe custaram tantas perdas que o rei não conseguiu consolidar seu poder, precisando abandonar seus planos de conquista.

Nesse período, os generais sucedem-se rapidamente no trono da Macedônia. Em 288 a.C., Lisímaco, rei da Trácia, a leste, e Pirro, rei do Épiro, a oeste, acabaram dividindo a Macedônia entre si, com Lisímaco logo tomando controle. Após um curto período de Seleuco como rei, Ptolomeu Keraunos (filho do general Ptolomeu) parecia ter finalmente se estabelecido no poder até que foi capturado e morto por gauleses invasores. Aos macedônios, sobrou o filho de Demétrio, Antígono II Gônatas, que finalmente conseguiu se estabilizar no poder e iniciar uma nova dinastia.

Para demonstrar com mais clareza essa sucessão vertiginosa de reis na Macedônia, vejamos um quadro cronológico dos períodos em que reinaram (atenção: todas as datas são a.C.!) (**Quadro 7.1**):

Quadro 7.1: Sucessão de reis na Macedônia

Alexandre III (o Grande)	336-323
Antípatro, regente da Macedônia	334-323
Filipe III Arrideu	323-317
Alexandre IV	323-310
Pérdicas, regente	323-321
Antípatro, regente	321-319
Polipércon, regente	319-317
Olímpias, regente	317-316
Cassandro, como regente	316-305
Cassandro, como rei	305-297

Três filhos de Cassandro	297-294
Demétrio I	294-288
Pirro	288-285
Lisímaco	288-281
Seleuco I	281
Ptolomeu Keraunos (Filho de Ptolomeu I Soter, do Egito)	281-279
Antígono II Gônatas	277-239

Você obviamente notou que fizemos aqui uma narrativa política tradicional até agora: muitos nomes de generais e muitas datas – isso porque nem citamos os nomes das batalhas! Agora vamos analisar por que fizemos isso e o que essa narrativa significa em termos mais amplos, no quadro histórico do período.

Em primeiro lugar, temos o problema do estado das fontes. No estudo de todo o mundo antigo, são os tipos de fontes que estão disponíveis para nós que acabam determinando que história podemos reconstruir. Por exemplo, nos primórdios da história da Grécia, desde a Era do Bronze até o período arcaico, sabemos mais sobre a cultura material, o cotidiano e a economia do que sobre, por exemplo, as sucessões dinásticas ou a estrutura política das cidades e regiões – isso é devido ao fato de que temos muito mais fontes arqueológicas disponíveis sobre o período do que fontes historiográficas e literárias. Já durante o período clássico da democracia ateniense e da Guerra do Peloponeso, sabemos muito mais detalhes sobre a estrutura administrativa e política de Atenas, e sobre as etapas da guerra, porque temos um conjunto de relatos, como o de Tucídides, historiador e general ateniense.

No período que estamos estudando agora, temos poucas evidências arqueológicas expressivas, até porque os arqueólogos ainda têm privilegiado outros períodos históricos para conduzir suas escavações e estudos. Temos, sim, um conjunto considerável de epigrafia e numismática (você se lembra da Aula 2?) e alguns relatos historiográficos muito dispersos e geralmente tardios, recopiados

e abreviados muitos séculos depois. Essas narrativas seguiam o padrão temático da historiografia grega, criado com Heródoto no século V: o que importava para registrar eram exatamente as grandes batalhas e os grandes fatos políticos. Portanto, se nossas “ferramentas” principais para entender o período são textos com essa temática, acabamos nós também nos concentrando nesses fatos.

Mas isso não significa que nós também estejamos restritos a apenas narrar uma sucessão de fatos políticos. Em uma leitura mais atenta dos motivos dessas disputas pelo poder, podemos encontrar as bases de alguns aspectos do mundo macedônico. O próprio mecanismo de legitimidade na sucessão real é um deles. Embora as fontes sejam um pouco imprecisas a respeito, sabemos que a monarquia macedônica tinha regras e costumes muito diferentes das outras monarquias antigas: um novo rei só conseguiria de fato subir ao trono se sua aclamação fosse aprovada pelo exército e pelos nobres, a corte que incluía os principais generais. Esse reconhecimento não era apenas formal e o herdeiro deveria a princípio ser anunciado com antecedência pelo rei antes de morrer, mesmo sendo o filho primogênito.

Como vimos, isso nem sempre ocorreu durante o período entre a morte de Alexandre e a ascensão de Antígono II Gônatas. Em termos institucionais, isso gerou confusão e insegurança, tanto que vemos quantos nomes no **Quadro 7.1** se apresentam como regentes, e não como reis. Apenas quando Cassandro sentiu-se seguro o suficiente no comando dos exércitos e no domínio do território é que conseguiu se impor como rei, tentando também criar uma dinastia. O sucesso posterior de Demétrio deixou claro pela primeira vez que o tempo dos projetos mundiais de Alexandre havia passado e não mais voltaria; o mundo helenístico estava definitivamente dividido. A ascensão de Antígono II Gônatas representou, na verdade, uma última opção do exército e dos nobres macedônicos perante o fracasso do estabelecimento do poder entre os generais Pirro, Lisímaco, Seleuco e o filho de Ptolomeu.

A dinastia dos antigônidas

Em relação aos primeiros reis da dinastia antigônida, Antígono II Gônatas (277-239), seu filho Demétrio II (239-229) e Antígono III Dóson (229-221 – todas as datas referentes aos períodos que governaram), temos uma quantidade muito menor de fontes disponíveis, boa parte epigráficas. Neste período, por volta de 280, um grande número de gauleses, vindos das terras ao norte, invadiu, pilhou e destruiu as terras da Ilíria e da Trácia, e duras batalhas foram necessárias na Macedônia e na própria Grécia, para expulsá-los. Foi como general nessas campanhas que Antígono II Gônatas conseguiu assegurar seu poder, conquistando a lealdade dos nobres macedônicos. Consta que reinou de maneira pacífica até sua morte e a estabilidade da região, durante seu longo governo, foi sem dúvida uma exceção no período.



A escultura da Vitória de Samotrácia é uma das mais famosas obras de arte da Antiguidade e hoje ocupa um lugar de destaque no Museu do Louvre, em Paris. Acredita-se que ela tenha sido feita em comemoração à vitória naval de Antígono II Gônatas sobre Ptolomeu II Filadelfo, próximo à ilha de Cos, em 255 a.C.



Figura 7.4: Vitória de Samotrácia.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Nike_of_Samothrake_Louvre_Ma2369_n4.jpg

Desde Filipe II, os sucessivos reis macedônicos operaram uma mudança bastante significativa na região, fundando diversas cidades. Até então, mesmo com uma capital, Péla, a Macedônia era tipicamente uma região de vilas e comunidades rurais esparsas, ao contrário da Grécia urbanizada, ao sul. Filipe fundou várias cidades, entre elas Phillippi (**Figura 7.5**), e anexou as colônias gregas que haviam sido fundadas na costa, como Anfípolis e Pidna. O exemplo foi seguido por Alexandre em várias outras partes de seu vasto império, com Alexandrias fundadas desde o Egito até os confins da Bactria (Afeganistão). Cassandro foi o responsável por uma fundação importante: Tessalonike (era o nome de sua esposa), hoje a segunda maior cidade da Grécia. Essas fundações na Macedônia foram feitas por *sinecismo*, ou seja, o agrupamento de vilas já existentes em torno de um novo centro urbano comum.



Figura 7.5: Anfiteatro de Phillippi. O espaço é usado até hoje em um festival de teatro que ocorre anualmente, em agosto.

Foi nesses núcleos urbanos que uma nova identidade macedônica formou-se. A anexação das colônias gregas significou a absorção de muitos cidadãos gregos ao território do rei e também a incorporação de instituições típicas da *pólis*, tais como

as assembleias, os magistrados e as divisões administrativas por demos. Antígono II Gônatas também é conhecido por ter incentivado a vida cultural, trazendo à Macedônia poetas, escritores e artistas, e procurando com isso legitimar a Macedônia perante o resto da Grécia, já que, como vimos na Aula 3, a região era tida como quase bárbara pelos gregos até serem submetidos por Filipe e Alexandre.

Mesmo assim, a grande característica da Macedônia em relação à Grécia ainda é a estrutura social, baseada no *ethnos* (geralmente, traduzido como “povo” ou “nação”), ou seja, na identidade étnica, tomada em conjunto, ao invés da identidade grega, construída sobre cada cidade, a *pólis*. Vemos isso refletido nas fontes escritas, tanto literárias quanto epigráficas: os cidadãos de Atenas tomam suas decisões coletivas como “os atenienses”, os cidadãos de Corinto como “os coríntios”, os de Argos como “os argivos”, e assim por diante. Isto é, não encontramos uma unidade étnica e política com “os gregos” quando eles se retratam entre si, apenas quando perante “os persas”, “os egípcios” etc. Já os macedônios nunca aparecem como “os cidadãos de determinada cidade”, mas sempre como “os macedônios”, não importa de que cidade viessem. Isso significa que, embora a coesão interna da sociedade macedônica fosse menor por causa da maior vastidão de seu território comparada ao das *poleis*, sua união e força contra inimigos davam à Macedônia sem dúvida uma vantagem estratégica em relação aos quase sempre desunidos gregos.

Outra consequência disso é que, por mais autocrático que fosse o governo, a sociedade, em especial a elite, sempre manteve certo grau de participação e até de interferência na legitimidade real, como vimos em relação à necessidade de aprovação para a ascensão de um rei. Por isso, alguns estudiosos do período caracterizam a monarquia macedônica como uma monarquia “constitucional” – as aspas são importantes, porque não se quer dizer que havia uma constituição escrita que estava acima do rei, tal como hoje em países, como a Grã-Bretanha e o Japão, mas sim que havia certo controle social a que o rei necessariamente devia se

submeter. Esse caráter de certa maneira informal também explica por que a monarquia macedônica nunca estabeleceu um culto à figura dos reis, tal como vimos no caso dos Ptolomeus, no Egito, e dos Selêucidas, na Ásia. Demétrio I tentou fazê-lo, mas foi rapidamente desacreditado e expulso do poder pelos macedônios.

A situação estratégica da Macedônia

Nem Filipe II nem qualquer outro dos reis macedônicos que se seguiram tiveram como objetivo anexar o território grego como um todo; apenas asseguraram o domínio territorial sobre a região da Tessália, entre a Macedônia e a região grega mais urbanizada ao sul. Ao invés dessa anexação, eles procuraram impor um domínio indireto, misto de coerção militar e aliança comercial. Essa situação não foi de todo incômoda para as cidades gregas, por uma razão estratégica importante: elas precisavam de uma Macedônia forte para se proteger das invasões dos povos ao norte, ilírios, trácios, citas e gauleses. Encontramos essa ideia em Políbio:

...é do interesse dos helenos que o domínio macedônico seja substancialmente reduzido, porém de modo algum que seja eliminado, pois nesse caso eles sofreriam bem depressa as violências dos trácios e dos gálatas [gauleses], como já lhes acontecera em várias ocasiões no passado (*Histórias*, XVIII, 37).



Políbio (220-118 a.C.)

Políbio foi um historiador grego que escreveu sobre a ascensão dos romanos no Mediterrâneo. Suas *Histórias* compunham-se de 40 livros, mas sobreviveram apenas os livros de 1 a 5, a maior parte do livro 6 e alguns fragmentos dos outros livros.

Filho de um importante general da Liga Aqueia (veja abaixo), ele foi capturado pelos romanos e viveu em Roma sob a tutela da tradicional família dos Cipiões, famosa por dois de seus membros que comandaram as maiores vitórias contra os cartagineses na Segunda e na Terceira Guerra Púnica.

A própria Grécia também era importante para a defesa da Macedônia. Controlando o território grego, mesmo que indiretamente, os macedônios evitavam que os outros reinos helenísticos, em especial o ptolomaico e o selêucida, avançassem sobre a Grécia continental e ameaçassem a unidade do território macedônico.

Em relação a esses outros reinos, a estabilidade conseguida pelos antigônidas durante o terceiro século a.C. deriva em boa parte da homogeneidade cultural da população, como vimos. Portanto, não houve na Macedônia nenhuma dificuldade relacionada à integração de povos locais com culturas tão distintas, o que tanto influenciou a administração dos outros reinos helenísticos. Também em comparação, até por causa do tamanho reduzido do território macedônico, a infraestrutura local e os canais internos de comunicação – através de estradas, fortalezas e recursos – eram bem maiores. No entanto, a população diminuiu consideravelmente na Macedônia, consequência da colonização e das migrações para as prósperas regiões orientais que entraram sob domínio grego – alguns historiadores afirmam que até dois terços da população podem ter deixado o território macedônico no período.

Como consequência disso, também foi difícil para a Macedônia desenvolver-se economicamente, por mais que Antígono II Gônatas e seus sucessores tenham promovido o desenvolvimento comercial. Filipe II havia promovido uma campanha de drenagem de pântanos e derrubada de florestas para aumentar a área agrícola, transformando

também grupos pastoris das montanhas em habitantes das novas cidades. Também as minas de prata, próximas a Anfípolis e Phillippi, ajudaram a financiar o exército e as expedições, mas poucos indícios posteriores mostram variações na prosperidade econômica da época de Filipe. Sem dúvida, comparado aos ricos e prósperos reinos do Egito e da Ásia, a Macedônia continuava pobre.



Atende ao Objetivo 1

1.



Figura 7.6: Moeda, retratando Antígono II Gônatas, Museu Britânico.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Antigonus_Gonatas_British_Museum.jpg

O papel das cidades e ligas gregas

Quando Filipe II derrotou as cidades gregas na batalha de Queroneia (338 a.C.), passou a ficar evidente que a época da supremacia das grandes *póleis*, como Atenas, Esparta e Tebas havia chegado ao fim. É sempre importante lembrar que os reis macedônicos nunca chegaram a anexar o território da Grécia, mas preferiram negociar com as cidades-estado gregas individualmente ou em conjunto para garantir uma aparente independência, já que a autonomia política ainda era um objetivo ideológico fundamental para elas – as instituições políticas dos conselhos e assembleias de cidadãos continuaram atuantes. Nesse sentido, a Macedônia também precisou impor sua influência perante outros reinos helenísticos, em especial o ptolomaico, que também pretendia exercer sua zona de influência na Grécia.

As cidades gregas viram-se em uma nova situação de desvantagem militar, mostrando-se enfraquecidas perante a forte articulação dos exércitos profissionais, comandados por reis. Muitas vezes, era também estrategicamente desvantajoso entrar em conflito com outras cidades, que poderiam negociar uma aliança temporária com algum desses reis para proteção ou mesmo arbitrar contendas entre duas outras cidades – os reis tinham mais interesse estratégico no território e força militar para impor sua vontade. Esse também foi um período em que o banditismo e a pirataria aumentaram muito em todo o território grego, fazendo com que as cidades precisassem mais ainda de alianças que trouxessem uma maior segurança. O jogo das aparências foi constante nesse processo, em que os reis “libertavam” cidades do ataque dos inimigos, apenas para colocá-las sob seu domínio, ainda que indireto.

As fontes literárias e especialmente epigráficas mostram-nos como funcionava essa rede de relações diplomáticas e militares, além dos novos interesses das *poleis*. Encontramos uma multiplicidade de decretos sobre as próprias alianças políticas, embaixadas destinadas a oráculos e festivais pan-helênicos, benfeitores particulares que

construíam melhorias públicas de seu próprio bolso, concessões de privilégios e cidadania, disputas de fronteiras e requerimentos de asilo, entre outros.



Festivais pan-helênicos

Os Jogos Olímpicos, instituídos em 776 a.C., eram o festival mais famoso de toda a Grécia Antiga, mas não o único. Os Jogos Píticos (do santuário de Apolo, em Delfos), Nemeus (da cidade de Nemeia) e Ístmicos (no istmo de Corinto) são os mais tradicionais, mas novos festivais foram criados durante o período helenístico, muitas vezes com os nomes dos reis que os patrocinaram. Os festivais apresentavam competições esportivas e artísticas, juntamente com procissões religiosas, e eram abertos a todos os gregos.

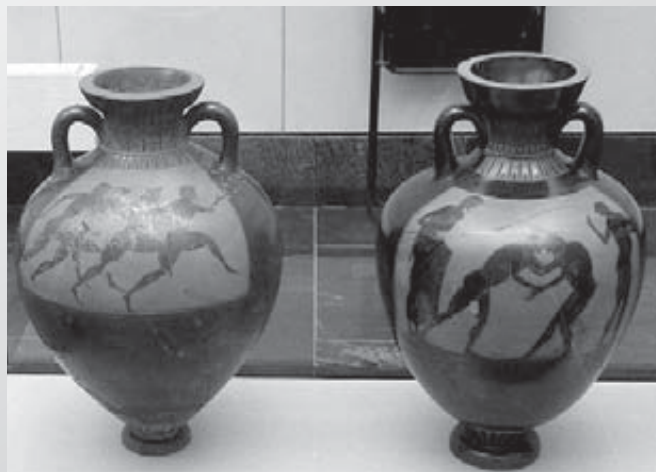


Figura 7.7: Vasos dados como prêmios aos vencedores da corrida (esq.) e da luta (dir.) nos Jogos Panatenaicos. Staatliche Antikensammlung, Munique.

Veja um resumo dos tipos de relações entre cidades que a epigrafia nos revela:

– Pedidos de arbitragem externa nas disputas entre as cidades, que geralmente eram feitos a reis, mas também podiam ser feitos a outras cidades;

– Pedidos de asilo, em grego *asylos*, significando imunidade a represálias (em grego, *sylos*), geralmente com o objetivo de se proteger de piratas. Esses pedidos eram baseados nos privilégios dados anteriormente a templos, onde o deus ou deusa desejava (por um oráculo ou aparição) que o local se tornasse sagrado e protegido;

– Promulgações para celebrar festivais religiosos locais e específicos, nos moldes dos festivais pan-helênicos, revelando prestígio geralmente conquistado por causa de alguma vitória militar ou, mais frequentemente, em honra de alguém ilustre;

– Pedidos de concessão de cidadania, geralmente feitos em cidades despovoadas que precisavam atrair novos moradores, ou de *isopoliteia*, ou seja, concessão potencial de cidadania a pessoas de outras cidades que eventualmente quisessem se estabelecer em outra cidade (por exemplo, quando Atenas concede *isopoliteia* aos cidadãos de Rodes por motivos comerciais);

– Solicitações de *proxenia*, isto é, determinando um cidadão específico para hospedar embaixadores estrangeiros do próprio bolso, em troca de títulos honoríficos;

– Declarações de estabelecimento de *sympoliteia*, em que duas ou mais cidades resolvem se unir em um território comum, mantendo algumas instituições políticas internas e estendendo outras para governá-las conjuntamente (como no caso da Liga de Delos, que vimos na Aula 3).

As *sympoliteias* foram o máximo a que o mundo grego chegou de uma unidade territorial estatal, como a entendemos hoje. Nesse período, duas delas destacaram-se em particular, a Liga Etólia e a Liga Aqueia, ambas em regiões onde nenhuma *polis* havia se

tornado grande, forte ou hegemônica (**Figura 7.8**). A Liga Etólia, que parece já existir no século IV a.C., era composta de cidades ao sul da Tessália, território conhecido no resto da Grécia por seus piratas e bandidos. No entanto, a Liga tinha uma assembleia popular unificada, um *estratego* (general) em comum e um conselho representativo. Sua força militar tornou-se bastante expressiva, com os etólios derrotando os gauleses em 279 a.C. na defesa de Delfos e incorporando gradualmente um território maior. Como veremos adiante, ela se tornou uma aliada estratégica dos romanos, quando estes entraram em conflito com os macedônios.



Figura 7.8: Mundo grego em 200 a.C., com a Macedônia sob Filipe V.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Macedonia_and_the_Aegean_World_c.200.png

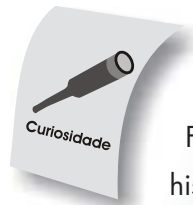
Já a Liga Aqueia foi ainda mais expressiva: ocupando todo o norte do Peloponeso (**Figura 7.8**), expandiu-se ainda mais sob a liderança do general Arato, da cidade de Sícion, chegando a tomar o controle de Corinto das mãos dos macedônios (em 243 a.C.) e entrar em guerra contra Esparta pelo domínio de toda a península. A Liga Aqueia ilustra bem tanto a força quanto a fraqueza dessas alianças territoriais do período, pois elas surgiam de acordo com necessidades circunstanciais de proteção e defesa, e mudavam ao sabor das vitórias e derrotas militares. Aliando-se primeiro a Filipe V, como veremos a seguir, a Liga Aqueia passou para o lado dos romanos quando percebeu que Filipe estava perdendo poder na região, mas também não resistiu e foi dissolvida quando os romanos resolveram se impor e anexar a Grécia a seu império.

Filipe V e a chegada dos romanos

A partir de Filipe V (**Figura 7.9**), que reinou entre 221 e 179 a.C., temos finalmente disponíveis as importantes obras históricas de Políbio e Tito Lívio, o que nos permite saber sobre esse período com uma riqueza muito maior de detalhes.



Figura 7.9: Da esquerda para a direita, moedas com efígies de Filipe V e seu filho Perseu, reis da Macedônia. A semelhança é proposital, indicando continuidade. Fontes: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Philip_V_of_Macedon.jpg e http://en.wikipedia.org/wiki/File:Perseus_of_Macedon_BM.jpg



Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.)

Foi um historiador romano que escreveu uma história da cidade de Roma, conhecida como *Ab Urbe Condita Libri* ("Os livros sobre a cidade desde seu início"), no total de 142 livros. Desses, temos preservados apenas 25%, que tratam dos primórdios de Roma e do período da Segunda Guerra Púnica até a guerra contra Perseu V, da Macedônia. Nesta segunda parte, Tito Lívio usa como fonte direta o texto de Políbio.

Filipe V ascendeu nominalmente ao trono da Macedônia ainda muito jovem, com nove anos de idade, após a morte de Demétrio II. Por isso, seu primo, Antígono III Dóson administrou o reino como regente até morrer de maneira repentina, quando Filipe tinha 17 anos. O novo rei logo se mostrou muito mais belicoso e militarista que os antecessores, envolvendo-se em uma série de disputas com as cidades gregas e com os romanos, que estavam procurando expandir sua área de influência no mundo grego.

O predomínio de Filipe V não foi baseado apenas na conquista militar direta. Como vimos anteriormente em relação às ligas gregas, a estratégia de alianças entre confederações de cidades havia se mostrado estrategicamente vantajosa: além do custo de manutenção dos exércitos pesar menos nos tesouros locais, o arranjo mantinha a aparência de liberdade das cidades gregas. Não podemos menosprezar o segundo fator: esse era um elemento de identidade tão crucial no mundo grego que boa parte da autoridade dos generais, incluindo o próprio Filipe V, vinha da justificativa das suas ações militares como ações benevolentes para manter a independência das cidades gregas. Na primeira dessas alianças de Filipe, os macedônios uniram-se aos tessálios, beócios, epirotas, aqueus e fócios contra a Liga Etólia e Esparta, no que ficou

conhecida como a Guerra Social (de “sócios”, ou seja, aliados), entre 220 e 217 a.C. Foi com o reconhecimento de sua liderança pelas confederações regionais gregas que Filipe estabeleceu-se legitimamente como o poder hegemônico em toda a região.

Na próxima aula veremos com mais detalhes as ações dos romanos; por enquanto, iremos ver a situação do lado macedônico: Filipe V percebeu que os romanos estavam agindo politicamente para influenciar a região a oeste da Macedônia e passou a tentar, ele mesmo, dominar a Ilíria. Na época, os romanos também estavam em guerra contra os cartagineses e seu maior rival, o general Aníbal, havia conseguido importantes vitórias dentro da própria Itália. Assim, Felipe resolveu se aliar a Aníbal contra os romanos e seus aliados, a Liga Etólia e Átalo I, rei de Pérgamo. O confronto terminou sem uma grande vitória de nenhum dos lados, mas representou a entrada definitiva dos romanos no frágil cenário das alianças políticas gregas do período.

Filipe foi derrotado logo depois, em 197 a.C., quando os romanos, já vitoriosos sobre Aníbal, aliaram-se novamente ao reino de Pérgamo e a Rodes para “libertar” Atenas. A cidade havia declarado guerra à Macedônia, desta vez aliada à Liga Aqueia – de fato, a maioria das cidades gregas esperou até o último minuto para decidir qual dos lados apoiaria. Forçado a se resignar apenas com o próprio território da Macedônia, Filipe também pagou uma enorme indenização financeira aos romanos, estipulada exatamente para que suas finanças fossem prejudicadas e seu exército fosse enfraquecido.

Quando seu filho Perseu subiu ao trono, em 179 a.C., os romanos já haviam selado uma aparente aliança com os macedônios, mas suspeitavam que estes ainda mantivessem planos expansionistas. Perseu renovou os laços com Roma, que se mostravam a princípio claramente vantajosos por causa da superioridade militar romana e da presença cada vez maior destes no território grego. No entanto, o conflito tornou-se inevitável e Perseu acabou derrotado pelos romanos na batalha de Pidna, em 168 a. C., no que também representou o fim da dinastia dos antigônidas. Na próxima aula, analisaremos as consequências dessa derrota para o mundo grego.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o discurso do embaixador da Liga Etólia para os espartanos, em 210 a.C. (POLÍBIO, *Histórias*, IX, 28-29) e responda ao que se pede a seguir.

28. Espartanos, tenho certeza que ninguém ousaria questionar que o estabelecimento da dominação macedônica foi o começo da escravidão para os gregos (...) 29. Quanto à política dos sucessores [de Alexandre], preciso falar sobre elas em detalhes? Certamente, não há qualquer homem vivo tão alheio aos acontecimentos que não saiba como Antípatro, após derrotar os gregos na batalha de Lâmia, tratou os infelizes atenienses com extrema crueldade e o mesmo aconteceu com os outros gregos. Sua arrogância e desrespeito à lei são tão grandes que ele instituiu caçadores de exilados, enviando-os às cidades em busca de todo aquele que havia criticado ou ofendido de alguma forma a casa real da Macedônia. Alguns foram arrastados violentamente dos templos, outros arrancados dos altares, e foram todos torturados até a morte. Seu único lugar de refúgio foi o povo etólio. Todos sabem o que foi feito por Cassandro, Demétrio e Antígono Gônatas. Esses eventos aconteceram há pouco tempo, e, portanto, estão vivos na memória de todos. Alguns desses reis introduziram guarnições nas cidades, outros instigaram tiranias, e como resultado todas as cidades foram levadas a compartilhar o nome da escravidão. Mas eu deixarei esses de lado, e falarei sobre o último Antígono [III Dóson], para que alguns de vós não façais interpretações inocentes sobre suas ações e se sintais obrigados sob os macedônios. Pois não foi com o objetivo de salvar os aqueus [a Liga Aqueia] que Antígono começou a guerra contra vós, nem porque ele desaprovava a tirania de Cleômenes [rei espartano] e queria libertar os espartanos. Se algum de vós acredita nisso, é extremamente ingênuo. Ao invés disso, ele pôde ver que seu próprio domínio estaria ameaçado se vós recobrásseis a supremacia sobre os peloponésios [espartanos]. Ele pôde ver que Cleômenes era exatamente o homem que conseguiria fazer isso e que a fortuna estava sorrindo para o seu empreendimento. Ele se juntou à campanha por medo e inveja, sem a intenção de ajudar os peloponésios, mas sim para destruir suas esperanças e aniquilar sua supremacia. Portanto, vós

CONCLUSÃO

A manutenção da monarquia macedônica foi marcada pela tentativa durante décadas de se manter uma continuidade com o legado de Alexandre, seja pela manutenção de laços com sua dinastia, seja pelo projeto inicial de manter o domínio macedônico do máximo possível de terras conquistadas pelo grande general. Reino relativamente pobre e com uma aristocracia intimamente envolvida nas tramas de poder, a Macedônia não só não conseguiu pôr em prática esse plano nas décadas seguintes à morte de Alexandre, como também precisou encontrar várias formas de equilíbrio nas relações com as cidades da Grécia. Esse foi ao mesmo tempo um complexo jogo de manutenção aparente da autonomia das *poleis*, negociada através de frágeis alianças e de luta contra a supremacia dos outros reinos helenísticos na região. Tal equilíbrio de forças mostrou-se tão precário que logo foi substituído pelo domínio completo de Roma.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Nas três últimas aulas, vimos como se configuraram os reinos helenísticos, desde a morte de Alexandre até a conquista romana. O desenvolvimento da Macedônia é bem diferente do que aconteceu no Egito ptolomaico e na Ásia selêucida. Sendo assim, reflita: que consequências das conquistas de Alexandre alteraram de maneira singular as configurações políticas e culturais da sociedade macedônica?

RESUMO

A sucessão de Alexandre foi estabelecida através de décadas de conflitos entre seus generais. Na Macedônia, procurou-se a princípio manter os laços com a dinastia da família de Filipe II e Alexandre, mas isso logo se tornou impossível, devido às disputas territoriais e de poder. Com a realidade mostrando o fim do projeto de reunificar o império construído por Alexandre a partir da Macedônia, a dinastia que conseguiu se consolidar no poder, os antigônidas, foi forçada a se contentar com o domínio apenas do próprio território macedônico. No entanto, a dinastia antigônida conseguiu ao mesmo tempo ampliar seu domínio para as colônias gregas próximas e manter uma maior estabilidade, derivada da relativa homogeneidade cultural da população.

Para garantir seu poder, os reis macedônicos também foram levados a administrar uma rede frágil de alianças com as cidades gregas, muitas delas agora ligadas em confederações, como a Liga Etólia e a Liga Aqueia. Essa havia se mostrado uma forma viável de garantir autonomia política e alguma força militar dentro do jogo, sempre variável de relações com os diferentes reinos helenísticos na própria Grécia. No entanto, com o envolvimento cada vez maior dos romanos na região, o reino macedônico foi perdendo cada vez mais o poder, até ser derrotado e anexado ao Império Romano.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos como e por que os romanos envolveram-se progressivamente com a Macedônia, a Grécia e os reinos helenísticos do Oriente.

Mundo Helenístico

Referências

Aula 1

ALCOCK, Susan. Breaking up the Hellenistic world: survey and society. In: MORRIS, Ian. *Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 171-190.

AMBRÓSIO, Marcelo. A estratégia correta no Afeganistão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/marceloambrosio.php?itemid=12040>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BUGH, Glenn R. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BURKERT, Walter. *The orientalizing revolution. near eastern influence on Greek culture in the early archaic age*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

CALDAS, Pedro S. P.; SANT'ANNA, Henrique M. de. Fixar a onda de luz: o problema da transição das épocas históricas no conceito de helenismo em Johann Gustav Droysen. *História da Historiografia*, n. 1, ago. 2008. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/27/24>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

DROYSEN, J. G. *Geschichte des hellenismus*. Darmstadt: Primus, 1998. Ed. Original, 1843.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GREEN, Peter. *Alexander to actium: the historical evolution of the Hellenistic age*. Berkeley: University of California Press, 1993.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

PETIT, Paul. *A civilização helenística*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PRESIDENTE macedônio cancela ida à Grécia após proibição de pouso. *Folha on line*, São Paulo, 05 jun. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u409208.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2010.

SHIPLEY, Graham. *The Greek world after Alexander: 323-30 BC* (Routledge history of the ancient world). London: Routledge, 2000.

WALBANK, Frank W. *The hellenistic world*. London: Fontana Press, 1981.

Aula 2

AUSTIN, Michael. *The hellenistic world from Alexander to the Roman conquest: a selection of ancient sources in translation*. 2nd. Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BUGH, Glenn R. (Ed.) *The Cambridge Companion to the hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CULTURA material. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: IN-CM, 1989. v.16

ERRINGTON, Malcom. *A history of the hellenistic world: 323 - 30 BC*. Oxford: Blackwell, 2008.

ERSKINE, Andrew. *A companion to the hellenistic world*. Oxford: Blackwell, 2008.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Moeda e concepção de valor na pólis grega. *Boletim do CPA*, Campinas, nº 4, p. 185-197, jul./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/cpa/boletim/boletim04/16florenzano.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, p. 102-117, 1983.

PURCELL, Nicholas; HORDEN, Peregrine. *The corrupting sea: a study of mediterranean history*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.

SHIPLEY, Graham. *The greek world after Alexander: 323-30 BC* (Routledge History of the Ancient World). London: Routledge, 2000.

Aula 3

AUSTIN, Michael. *The hellenistic world from Alexander to the Roman conquest a selection of ancient sources in translation*. 2th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CARDOSO, C. F. *A cidade-estado antiga*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CHEVITARESE, A. L. *O espaço rural da pólis grega: o caso ateniense no período clássico*. Rio de Janeiro: A. L. Chevitarese, 2000.

DEMÓSTENES. *As três filípicas e oração sobre as questões da Quersoneso*. Tradução de Ísis B. B. Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUARTE, Alair F.; CANDIDO, Maria Regina. *A ação dos soldados-mercenários no período clássico helênico e a experiência de combate entre as sociedades mediterrâneas*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos sobre a Antiguidade/UERJ, 2009. Disponível em: <http://www.nea.uerj.br/publica/artigos/Soldados_Mercenarios_Helenico.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

HERÓDOTO, *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1987.

JONES, Peter V. (Org.) *O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOSSÉ, C. *Atenas, história de uma democracia*. Trad. J. B. Costa. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 1997.

SHIPLEY, Graham. *The greek world after Alexander: 323-30 BC*. London: Routledge, 2000. (Routledge history of the ancient world)

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

XENOFONTE. *Helênicas*. Tradução para o espanhol de Olando Guntinas Tunón. Madri: Editorial Gredos S.A, 1985.

Aula 4

ABUD, Katia Maria. A construção de uma didática da história: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 183-193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2011.

BOSWORTH, A. B. *Conquest and empire: the reign of Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CARTLEDGE, Paul; GREENLAND, Fiona Rose. (Ed.). *Responses to Oliver Stone's Alexander: film, history, and cultural studies*. Madison: University of Wisconsin Press, 2010.

CUSTÓDIO, Pedro Paulo. *Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração*. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_05_%20ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Jairo_Carvalho_do_Nascimento.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2011.

DROYSEN, J. G. *Alexandre o Grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FOX, Robin Lane. *Alexander the Great*. London: Penguin, 1994.

HAMMOND, N. G. L. *O gênio de Alexandre, o Grande*. São Paulo: Madras, 2006.

- MOSSÉ, Claude. *Alexandre*. Lisboa: Europa-América, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NASCIMENTO, Jairo C. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. *Fênix: revista de história e estudos culturais*, [S.l.], v. 5, n. 2, 2008.
- REIS JÚNIOR, Antonio. Filmes nas aulas de história. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 3, n. 9, 1997 Disponível em: <<http://www.usp.br/comueduc/index.php/comueduc/article/view/297/0>>. Acesso em: 30 nov. 2011.
- STONEMAN, Richard. *Alexandre, o Grande*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- WORTHINGTON, Ian. (Ed.) *Alexander the Great: a reader*. London: Routledge, 2003.

Aula 5

- ANCIENT Anatólia. *Hellenistic period*. Disponível em: <http://www.ancientanatolia.com/historical/hellenistic_period.htm>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- ASHTON, Sally-Ann. *Ptolemaic Egypt*. Disponível em: <<http://www.digitalegypt.ucl.ac.uk/gr/background.html>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- COLLINS, John J. *Between Athens and Jerusalem*. 2. ed. Grand Rapids, Mich: William B. Eerdmans Pub., 2000.
- FELDMAN, Louis H. Diaspora synagogues: new light from inscriptions and papyri. In: _____. *Studies in hellenistic judaism*. Leiden: Brill, 1996, p. 577-602.
- FUNARI, Pedro P. *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 2003.
- GRALHA, Julio C. M. *A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas*. 2009. Tese (Doutorado em História)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- GRIFFITHS, J. Gwyn. Egypt and the rise of the synagogue, In: URMAN, D.; FLESHER, P. V. M. *Ancient synagogues: historical analysis and archaeological discovery*. Leiden: Brill, 1994. p. 3-16. v. 1.
- MENDES, Norma M. O sistema político do principado, In: SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- PINSKY, Jaime. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis, SP: Unesp, 1971.

PRICE, Simon. History of the hellenistic period. In: BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (Org.) *Greece and the hellenistic world*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 309-330.

PTOLEMAIC Egypt. Disponível em: <www.digitalegypt.ucl.ac.uk/gr>. Acesso em: 12 dez. 2011.

SELVATICI, Monica. A recriação da identidade judaica na cidade de Alexandria no século I D.C. *Revista eletrônica oracula*, São Paulo, ano 4, p. 28-37, 2008.

_____. Monica. As contribuições da arqueologia para o estudo histórico da sinagoga judaica no século I D.C. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2007.

SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da polis à época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor & Cultura editores, 2009.

STANWICK, Paul Edmund. *Portraits of the ptolemies: greek kings as Egyptian pharaohs*. Austin: University of Texas, 2003.

TCHERIKOVER, Victor. *Hellenistic civilization and the jews*. 2. ed. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1999

TÖRÖK, László. *Hellenistic and roman terracottas from Egypt*. Roma: L'ERMA, 1995.

Aula 6

ANCIENT Anatólia. Disponível em: <<http://www.ancientanatolia.com>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

ERICKSON, Kyle. How to remember one's father: paternal images in the Seleucid Court. *The school of historical studies postgraduate: forum e-journal*. 7th. ed. 2010. Disponível em: <www.societies.ncl.ac.uk/shspgf/Ed_7/Erickson.pdf>. Acesso em 09 ago. 2011.

JAKOBSSON, Jens. History of Iran: seleucid empire (306-c.150 B.C.E.): *Iran Chamber Society*, 2004. Disponível em: <<http://www.iranchamber.com/history/seleucids/seleucids.php>>. Acesso em 03 set. 2011.

LENDERING, Jona. *The seleucid empire* (Syria). Disponível em: <<http://www.livius.org/se-se/seleucids/seleucids.html>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

MAIRS, Rachel. Greek identity and the settler community in Hellenistic Bactria and Arachosia. *Migrations & Identities*, Liverpool, n. 1, 2008, p. 19-43. Disponível em: <http://brown.academia.edu/RachelMairs/Papers/136888/Greek_Identity_and_the_Settler_Community_in_Hellenistic_Bactria_and_Arachosia>. Acesso em: 19 dez. 2011.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

PETIT, Paul. *História Antiga*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1979.

PRÉAUX, C. *Le monde hellénistique: la Grèce et l'Orient de la mort d'Alexander à la conquête romaine de la Grèce (323-146 a.C.)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978. 2 v.

PRICE, Simon. History of the hellenistic period, In: BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (Org.) *Greece and the Hellenistic World*. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 309-30.

ROSSI, Luiz. Alexandre S. Cultura militar e de violência no mundo grego, In: *Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 79-87.

SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da pólis à época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória, ES: Flor & Cultura editores, 2009.

TCHERIKOVER, Victor. *Hellenistic civilization and the jews*. 2nd. ed. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1999.

TURKEY web guide. *Guide Martine* Disponível em: <<http://www.guide-martine.com/history4.asp>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

Aula 7

BUGH, Glenn R. (ed.) *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LUCE, T. J. *Livy: The composition of his history*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

MARQUES, J. B. "Políbio". In: JOLY, F. D. (org.) *História e retórica. Ensaio sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, p. 45-63, 2007.

PETIT, Paul. *A civilização helenística*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

POLÍBIO. *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1996.

SHIPLEY, Graham. *The Greek World After Alexander: 323-30 BC* (Routledge History of the Ancient World). London: Routledge, 2000.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Vols. V e VI (livros XXXV a XLV). São Paulo: Paumape, 1990.

WALBANK, F. *Polybius*. Berkeley: University of California Press, 1990.

